

Tradição e Modernidade na Baixa do Kasanji (1961)

Fernando Correia

**Dissertação de Mestrado em História
(Especialidade em História Contemporânea)**

Orientação científica: Paulo Jorge Fernandes

Janeiro, 2020

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Declaração de Autoria

Declaro que esta tese Dissertação de Mestrado é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação de Mestrado se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, de de

Índice

Declaração de Autoria	ii
Dedicatória	v
Agradecimentos	vi
Resumo	vii
Abstract	viii
Siglas e Acrónimos	ix
Introdução	xi
Estado da Arte	xv
Tradição e Modernidade na Baixa do Kasanji (1961).	1
Capítulo I: A Questão Colonial	1
1.1. A Legitimidade Política de Portugal (1961)	2
1.2. A Sociologia Colonial	11
1.3. O Assimilacionismo Português	13
Capítulo II: 25Algodão, Tradição e Resistência	25
2.1. O Algodão em Angola	26
2.2. A história de um léxico	29
2.3. Malanje: “cidade das pedras”	36
Capítulo III: As Mudanças Sociais e Culturais na Baixa do Kasanji, em 1961	41
3.1. O Reino de Kasanji	42
3.2. Aculturação Portuguesa em Angola	46
3.3. Os ideais Independentistas	58
Considerações Finais	66
Referências Bibliográficas	71
Bibliografia Geral	79
Revistas	88
Jornais	89
Documentos cinematográficos	89
Anexo Documental:	91
Anexo 1: Cópia integral da carta de Fredrich Welwitsch, de 5 de outubro de 1861.	91
Anexo 2: Cópia da Carta do povo aborígine de Angola dirigida às Nações Unidas in História do MPLA, 1ª. Vol. (1940-1966), Centro de Documentação e Investigação de História do MPLA, Luanda, 2008.	102

Índice de Figuras

<i>Figura 1 Flor do Algodoeiro</i>	27
<i>Figura 2 - Kingùri, fundador do reino de Kassanji, com símbolos reais: Coroa e manto.</i>	30
<i>Figura 3 Mapa do distrito de Malanje</i>	39
<i>Figura 4 Localização de Igrejas Cristãs na diocese de Malanje</i>	52

Índice de Tabelas

<i>Tabela 1 - Quadro legislativo</i>	9
<i>Tabela 2 - Distribuição da população de Angola (1940-1960)</i>	18
<i>Tabela 3 - Quadro Somático da População de Angola (1940-1965)</i>	22
<i>Tabela 4 - Quadro comático da população de Malanje</i>	39
<i>Tabela 5- Quadro étnico da população da Circunscrição dos Bondos e Bângalas</i>	44
<i>Tabela 6 - Quadro comparativo da aculturação sofrida entre as populações Bondo e Bângalas</i>	46
<i>Tabela 7 - Quadro comparativo da territorialização religiosa (1940-1960)</i>	52
<i>Tabela 8 - Quadro do Movimento de fiéis católicos para o biénio de 1950-1951, no distrito de Malanje</i>	53

Dedicatória

Aos meus familiares, com particular relevo aos meus progenitores, Joaquim e Ema Flora, já extintos. À Maria Helena, pela forma abnegada como suportou as minhas ausências durante a pesquisa e escrita da presente Dissertação. Este meu agradecimento estende-se também para minha filha Vera Mónica e, como não podia deixar de ser, ao meu irrequieto neto Martim Correia, como homem do futuro, a quem lhes dedico a presente Dissertação de Mestrado.

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento vai para o Professor Doutor Paulo Jorge Fernandes, que aceitou orientar a presente dissertação de mestrado. Com infinita paciência ajudou-me a delimitar o tema e beneficiei imenso dos seus oportunos conselhos. No âmbito académico, permitiu-me a frequência do seminário “As Marcas do Império - século XIX”. De igual modo, ao Professor Doutor Pedro Aires de Oliveira, por ter permitido a frequência do Seminário “As Marcas do Império” dando-me, assim, a oportunidade de convívio com as novas gerações de académicos.

Por dever de memória, uma palavra de reconhecimento ao Departamento de História e aos Professores Doutores Francisco Caramelo, Luís Espinha da Silveira e aos extintos J. Cordeiro Almeida, A.H. Oliveira Marques e Luís Krus, por me terem inculcido o gosto e o rigor pela investigação histórica.

À Dra. Cláudia Sofia Rafael Tavares, pela correção rigorosa do texto, bem como, à Telma Vérán Azevedo Valadão Proença, do Centro de Cópias Arco Iris, pelas atenções recebidas.

Ao Carlos Alberto Alves, amigo de longos anos, por proporcionar discussões académicas sem fim.

Resumo

Em Angola, o ano de 1961 foi marcado por uma crise social e política, que teve como antecedente próximo a mudança do paradigma que se repercutiu no plano colonial e jurídico e que levou à instituição do sistema das regedorias e, ao mesmo tempo, à designada revolta da Baixa do Kasanji.

A causa dessa perturbação foi provavelmente determinada por motivos sociais, culturais e políticos, a saber: oposição dos povos à aculturação portuguesa; resistência ao regime do indigenato, cuja prática promoveu à inversão dos valores de família, pedra angular do cristianismo; concessão, em regime de monopólio, para a cultura e a comercialização do algodão à empresa Cotonang - Companhia do Algodão de Angola, SARL; trabalho forçado ou compelido; e a influência de seitas negras, como a de Simão Toco, de Simão Kimbangu ou, eventualmente, de Maria Nkoie, sacerdotisa congoleza que incitava os seus súbditos a revoltarem-se contra a presença dos europeus em África, o que pode ter resultado, nesse ano, na Revolta da Baixa do Kasanji (Parreira, 1990:146).

Em razão estavam as acusações contra Portugal, por ter desenvolvido naquela área uma economia de trabalho forçado e pela imposição de uma vida de pobreza às populações locais.

Com a revolta, seguiram-se manifestações com rituais messiânicos, iniciáticos, cânticos e preces em louvor ao nome de “Maria”, provavelmente como referente cristão à “virgem Maria” ou a “Fátima”, rainha espiritual de Portugal.

As diferenças comportamentais entre Maholos da RDC e os Maholos da Baixa do Kasanji eram assinaladas pelos primeiros que mostravam um comportamento alegre e exuberante e, com isso, espalhavam o seu ideal independentista. Clamavam: “África para os Africanos” e, com isso, pretendiam erigir uma República que unisse, debaixo da mesma bandeira, a etnia dos Maholos. Os segundos, os Jingas, etnia majoritária da Baixa do Kasanji, mais urbanizados, mas infiltrados pelo PSA, buscaram na teologia cristã o auxílio de que necessitavam. Instruíram-se e tornaram-se fortes opositores à aculturação portuguesa.

Assim, o objeto deste estudo é determinar as causas sociais e culturais que propiciaram transformações sociais e políticas dos povos da Baixa do Kasanji, favorecidas por alguns partidos existentes em territórios vizinhos, nomeadamente na

RDC, ocorridas em tempo anterior do que se convencionou chamar de “A Revolta da Baixa do Kasanji”, ou seja, entre 1940 e 1961.

Palavras-chave: Angola, história, tradição, modernidade, Guerra Colonial, Baixa do Kasanji, Maholos, Jingas.

Abstract

In Angola, 1961 was marked by a social and political crisis, which had as a close precedent the change in the paradigm that had repercussions at the colonial and legal levels and which led to the establishment of the system of the regencies and, at the same time, to the designated revolt of Kasanji downtown.

The cause of this disturbance was probably determined by social, cultural and political reasons, namely: People opposed to Portuguese acculturation; resistance to the indigent regime, whose practice promoted the inversion of family values, the cornerstone of Christianity; concession, under a monopoly regime, for cotton cultivation and commercialization to the company Cotonang - *Companhia do Algodão de Angola, SARL*; forced or compelled labor; and the influence of black sects, such as Simão Toco, Simão Kimbangu or, eventually, Maria Nkoie, Congolese priestess who incited her subjects to revolt against the presence of Europeans in Africa, which may have resulted in the Kasanji Uprising that year (Parreira, 1990:146).

In reason were the accusations against Portugal, for having developed an economy of forced labor in that area and for the imposition of a life of poverty on the local populations.

With the revolt, demonstrations followed with messianic rituals, initiatics, chants and prayers in praise of the name “Maria”, probably as a Christian referent to the “virgin Mary” or “Fátima”, spiritual queen of Portugal.

The behavioral differences between Maholos of the CDR and the Maholos of Downtown Kasanji were pointed out by the first who showed a cheerful and exuberant behavior and, with that, spread their independence idealism. They claimed: “Africa for Africans” and,

with that, they intended to build a Republic that would unite, under the same flag, the ethnicity of the Maholos. The latter, the Jingas, the preponderant ethnicity of Downtown Kasanji, more urbanized, but infiltrated by the PSA, sought in Christian theology the help they needed. They were educated and became strong opponents of Portuguese acculturation.

Thus, the object of this study is to determine the social and cultural causes that led to the ideological contamination of the peoples of Downtown Kasanji, favored by some parties existing in neighboring territories, namely in the DRC, which took place before what was conventionally called “The Uprising of Downtown Kasanji”, that is, between 1940 and 1961.

Keywords: Angola, history, tradition, modernity, Colonial War, Downtown Kasanji, Maholos, Jingas.

Siglas e Acrónimos

ACOA - American Committee On Africa

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino: Lisboa

ABAKO - Aliances des Bakongo

ALIAZO -Aliance des Ressortissants de Zombo

AND/MNE - Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Lisboa

Arquivo Nacional/Torre do Tombo: Lisboa

AOS - Fundo documental António Oliveira Salazar: Lisboa

CEMGFA - Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CEI - Casa dos Estudantes do Império

CIA - Central Intelligence Agence

CMA - Clube Marítimo Africano

DGS - Direção-Geral de Segurança: Portugal

DTA - Direção dos Transportes de Angola

EUA - Estados Unidos da América

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FRAIN - Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas

FUA - Frente Unida Angolana

ELA - Exército de Libertação de Angola

GURN - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

IICA - Instituto de Investigação Científica de Angola: Lisboa

Leopoldville - Nome da antiga capital do Ex-Congo Belga, alterado mais tarde para Kinshasa

MINA - Movimento de Independência de Angola

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros: Portugal

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU - Organização das Nações Unidas

MNC - Mouvement National Congolais

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PSA - Parti Solidaire Africain

PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado: Portugal

RDC - República Democrática do Congo

SCCIA - Serviço de Centralização e Informações de Angola

UPNA - União das Populações do Norte de Angola

UPA - União das Populações de Angola

Introdução

A temática sobre a Baixa do Kasanji surge na minha vida quando prestei serviço militar no Regimento de Infantaria 20, em Luanda, e integrei as suas companhias operacionais na zona Norte. Tudo se iniciou quando, após atribulada recrutamento no Centro de Instrução de Comandos (CIC), fui, em 1968, chamado de urgência ao comando da unidade, na sequência de uma emboscada ocorrida em zona operacional e, durante a qual, o furriel miliciano “Huila Capuya” foi capturado pela coluna do comandante “Afamado” Pedro, da FNLA-Frente de Libertação Nacional de Angola, na zona de Quibala, área operacional da ZIL. Vinte e quatro horas depois, desembarquei de um avião Nord Atlas também conhecidos como “Barrigas de Jinguba”, na localidade do Toto, distrito do Uíge. As primeiras impressões, tudo o que a minha abarcou foi uma terra enegrecida pelas queimadas que se realizavam, a poeira que as colunas motorizadas deixaram no percurso para o aquartelamento, o que toldava a visão e, sobretudo um silêncio de morte.

A Zona Militar Norte (ZIL) da Região Militar de Angola incorporava os distritos do Uíge e do Zaire. A divisão fronteiriça com a RDC era feita pelo rio Zaire. Em toda esta região abundavam os bacongos, Baiacas, Bassorongos, pombos e Mussurongos, Zombos e Pombos.

Nas deslocações operacionais à fronteira do distrito do Uíge com o de Malanje, ouvira do guia operacional, relatos sobre os Acontecimentos da Baixa do Kasanji, em 1961. A ideia que permanecera foi a de que a Cotonang se comportava como uma companhia majestática, ou seja, era um Estado dentro de Outro Estado; os seus representantes não toleravam qualquer insubmissão.

A atividade operacional verificou-se paredes-meias com o território da RDC, São Salvador do Congo, Soyo, Peco, Vale do Loge, bacia do rio M’Bridge, etc., locais de infiltração de colunas de abastecimento da FNLA. As deambulações operacionais levaram-me à amiudadas conversas com um resto da comunidade judaica da Aldeia do Peco, família de Levy de Sousa, acusados pela PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado, de apoio e colaboração com os guerrilheiros daquele movimento emancipatório.

O Vale do Loge, região plana, de terrenos alagadiços e farta, onde se vislumbravam bananeiras, laranjeiras e toranjeiras, habitat de variadas espécies animais, local onde foi fixada a residência dos adeptos de Simão Toco, ficou gravado na minha memória como um recanto abençoado pelo Senhor.

Outra das impressões gravadas em memória era o impacto da rádio congoleza, pois os locais da região tinham à música e na dança, particular apego. Raro era o indígena que não possuía um pequeno rádio transístor, sintonizado às emissoras do Bas Congo, que em dialeto lingala, transmitiam ruidosamente a “Rumba Congoleza”.

Quando a exaustão e o calor apertavam, nada era melhor do que deglutir pedaços de noz de cola, conhecida como “makesu” ou “luumisu lua kanda” em dialeto Congo e quimbundo, acompanhada de pequenos golos de água, pois a sua ingestão permitia concluir a caminhada.¹

Décadas depois, o Professor Doutor Virgílio Coelho, em uma das suas passagens por Lisboa, a 18 de abril de 2012, em encontro informal, abordou a questão da Baixa do Kasanji nomeadamente sobre a existência de apoio documental para a pretensão das populações locais, que solicitavam a comemoração da efeméride para o dia 4 de janeiro, como o dia da Revolta da Baixa do Kasanje, em 1961, e não a praticada pelas entidades oficiais.

Foi a partir desse momento que me interessei pela problemática da Baixa do Kasanji, cuja sedução se diluía por outros campos, ou seja, saber que transformações sociais e culturais terão ocorrido no seio dos povos Jingas e Maholos da circunscrição administrativas dos Bondo e Bângalas, distrito de Malanje nomeadamente, no Noroeste de Angola, no período de 1940 a 1961).

É um estudo no qual são introduzidos dois conceitos diferenciados: “Tradição” e “Modernidade”. O primeiro é utilizado, muitas vezes, de forma acrítica, mas concreta, como forma indicativa da preservação dos usos e costumes de cada povo, e que em África tem um profundo valor sentimental, pois possui uma enorme carga da ancestralidade, que é regulada pelo direito costumeiro; “Modernidade” é a quebra de todas as regras do direito rotineiro e a adoção de regras ditas civilizacionais, herdadas do Sistema Colonial, que, no entender de Georges Balandier, é uma teoria que é determinada pela existência de dois modelos societários: a Sociedade Colonial e a Sociedade Colonizada. A primeira é imposta por uma minoria estrangeira, materialmente avançada, racial e culturalmente diferenciada e que dogmaticamente se afirma sobre uma minoria autóctone e materialmente inferior. Essa dominação conduz ao entroncamento de civilizações heterogéneas, no seio das quais se estabelecem relações de antagonismo. A segunda é a

¹ Cf. Oliveira, José Carlos, “Os Zombos na Tradição na colónia e na independência (III Parte). O Comércio de fronteira em Tempo de Guerra” in *Revista militar* nº. 2488, Lisboa, de maio de 2009.

sociedade colonizada que se considera “primitiva” ou “atrasada”, que tem uma participação significativa na situação colonial (Balandier, 2014: 45-46).

Mas quando ocorreram tais acontecimentos já referidos, recaíram sobre os mesmos um manto de silêncio, que só foi quebrado pela imprensa internacional, quando – *The Observer*, *Sunday Times*, *Sunday Telegraph*, *Le Monde*, *New York Times*, *Newsweek* e a revista *Africasia* – revelaram os mesmos, levantando contra Portugal, de acusações, de “Genocídio” e de “Massacre” das populações indígenas.²

A problemática da Baixa do Kasanji, segundo Anabela Silveira, era que as mulheres e crianças incluídas, foram retiradas das aldeias e obrigadas a cultivar a fibra do algodão, algumas vezes em terrenos impróprios, indicados pelos agentes da empresa concessionária – Cotonang, Companhia Geral dos Algodões de Angola, SARL - a quem tinham sido atribuídos os direitos de concessão e comercialização da fibra do algodão. Esta obrigatoriedade do cultivo, forçou a profundas alterações na vida das populações indígenas (Silveira, 2011: 184).

Na génese do conflito, estava a imposição da monocultura do algodão³, facto que levou os africanos a abandonarem as suas culturas autóctones, como o milho, feijão, amendoim, palmeira de dendém, bem como a cultura do tabaco, produtos que lhes serviam de alimentação e de onde retiravam algum lucro no comércio com os europeus. A ausência destes produtos naturais, na sua dieta alimentar, provocava-lhes a desnutrição e revolta.

Ora, sobre a responsabilidade da organização daquela revolta, Anabela Silveira indica o nome de André Rosário Neto, residente no distrito de Malanje, enquanto dirigente de células da UPA - União das Populações de Angola, foi o promotor do Manifesto de Kasanji e subversor daquelas populações (Silveira, 2011: 187).

Porém, o dirigente do MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola, Lúcio Lara, afirmou a 2 de agosto de 1967 que “*Les revolt de Cassange [...], C’est une revolte agraire des producteurs de coton*” (Silveira, 2011: 187).

A incerteza do que se passara na Baixa do Kasanji foi o resultado provável da forma desastrada como o governo colonial abordara a questão, dado que as autoridades

² Cf. Andrade, Mário Pinto, *Baixa do Cassange – Massacre*, Arquivo Mário Pinto de Andrade, Pasta 04356.001.010 in Arquivo da Fundação Mário Soares, Lisboa.

³ Cf. *Cartas de Henrique Galvão*, Arquivo Marcelo Caetano, Ministério das Colónias/Junta da Exportação do Algodão, Caixa 28, 1944 [Arquivo sujeito a expurgo].

administrativas tinham impedido o acesso da imprensa à região. Contudo, os missionários das Igrejas Cristãs, através dos seus canais de informação e comunicação, denunciaram ao mundo as atrocidades cometidas naquela região, pelos portugueses (Oliveira, 2007: 160-165).

Estas alterações comportamentais, dos indígenas, classificadas pelas autoridades como “arrogantes” e “insultos”, passaram a ser expressas com danças e cantares com o seguinte refrão: “*Muenuputu tuge ia gingila*”, ou seja, “o governo português é excremento de passarinho” (Curto, 2013:4).

A dúvida que se instalou foi a de saber a origem de tais condutas tão ostensivas, ou seja, que transformações sociais e culturais terão havido, para que aqueles povos exibissem um comportamento público tão acintoso para com Portugal.

A tudo isto, os cientistas sociais, como Antunes 1996: 219-224), Cann (1998:40-41), Coelho (2003:56-57), Freudenthal, (2000:13), Curto (2016:151-188), Nunes (Vol. VI-Tomo 1, 1998), Keese (2004: 247-275), Silveira (Vol. II, 2013: 39-57) e Pélissier (Vol.I, 1997: 382-383) deram diversas variáveis explicativas: “trabalho forçado”, “trabalho compelido” ou “formas de trabalho escravo”.

Contudo, estes investigadores não abordaram algum estudo sobre o impacto causado pela aculturação portuguesa sobre os povos Maholos e jingas, nomeadamente sobre a obrigatoriedade da utilização da língua portuguesa, falada ou escrita, da utilização de vestuário do tipo europeu, da utilização do tipo de habitação, em detrimento dos seus “usos e costumes”, mutações que levavam os autóctones a sentirem-se infelizes (Silveira, 2011:187).

O que se equaciona, é o de saber a razão da interferência das elites da RDC, em Angola nomeadamente na Baixa do Kasanji, comutados com Holden Roberto, fundador da UPNA? Afinidades étnicas? Ou luta pelo poder para a expulsão do elemento europeus de Angola?

Por esse motivo, a presente Dissertação de Mestrado – Tradição e Modernidade na Baixa do Kasanji, (1961) - é um estudo elaborado e assente em duas hipóteses de trabalho: a primeira é saber se a oposição à aculturação portuguesa foi a causa da Revolta da Baixa do Kasanji; a segunda, é se foram o ideais que ideais independentistas, trasladados do território do Ex-Congo Belga, que contaminaram e incitaram à rebelião os povos da Baixa do Kasanji (1961).

Os Arquivos pessoais, como os dos Generais Fernando Pinto de Resende,⁴ António Soares Carneiro⁵ e do Joaquim Moreira da Silva Cunha,⁶ abertos à investigação, poderão dar uma nova visão da situação das causas que propiciaram o aparecimento dos acontecimentos da Baixa do Kasanji, cuja episódio é o mais marcante foi a contestação popular, à permanência de Portugal em África. (Freudenthal, 1995-1999: 250)

Assim, compreender as suas grandes linhas, as dinâmicas sociais contraditórias do despertar político de África e surgidas junto dos povos Maholos e Jingas, é o objetivo da presente Dissertação, cujas balizas cronológicas compreendem o período entre 4 de janeiro e 28 de fevereiro de 1961. No seu contexto, procurar-se-ão colher inesperados elementos sobre a emergência dos fenómenos das atividades políticas transfronteiriças entre Angola e os povos da RDC.

Estado da Arte

Que transformações sociais, culturais ou sociais terão sofrido na contemporaneidade as sociedades nativas, mormente entre Jingas e Maholos, do grupo linguístico Kimbundu, para que entre dezembro de 1960 e março de 1961, se tivessem insurgido contra a soberania portuguesa, pondo em causa a sua permanência naquele território? Ou a insurgência que existiu não terá sido antes um “choque civilizacional” ou um “choque de raças”?

A presente Dissertação é um estudo sobre um tema que se julga importante e com relevância para a historiografia portuguesa, nomeadamente para o período entre 1940 e 1961, visto que, com abertura de arquivos pessoais, novos factos ou acontecimentos nos são revelados, que até ao presente eram desconhecidos.

Sobre o início da revolta da Baixa, há discrepâncias entre a oralidade e as fontes oficiais. A oralidade fixa o dia 4 de janeiro como o início da Revolta da Baixa do Kasanji, enquanto que, as fontes oficiais indicam o dia 23 de janeiro de 1961, data em que o capitão Telles Grilo, comandante da 3ª. CEE, interveio no posto administrativo de Milando,

⁴ Fernando Pinto de Resende, Correspondência pessoal, *A Guerra do Algodão*, Vol. II, Nr. Prov. 323, *Arquivo Histórico da Força Aérea Portuguesa*, n.º 2508 de janeiro de 2011 (Alfragide).

⁵ António Soares Carneiro, IAN/TT, *Correspondência de Augusto Soares Carneiro*, PT/TT/ASC (1928-2010).

⁶ Joaquim Moreira da Silva Cunha, *Correspondência pessoal*, IANTT, AOS/CP-088, Cx. 945-1.ª Parte; AOS/CP-089, Cx. 946, II Parte; AOS/CP-090, Caixa 947, III Parte.

dando-se início a “Operação Cassange”, mandada realizar pelo Estado Maior General das Forças Armadas de Angola, (Nunes, 1998:147). Concretamente o que se passara?

No dia 23 de janeiro, os trabalhadores do algodão de Milando, maioritariamente de etnia Maholo, recusaram-se a trabalhar nos campos: queimaram as sementes distribuídas pela Cotonang, deitaram o seu cartão de trabalho para o lixo e, obedecendo a rituais messiânicos e iniciáticos, promoveram vigílias com cânticos e preces em louvor do referente cristão: “Maria” ou “Fátima”.

Os relatório operacional do comandante do Batalhão de Caçadores Eventual, Major Camilo Rebocho Vaz, composto pelas 3ª, 4ª. e 5ª. CEE, aponta vários considerandos como uma luta dos descamisados do sistema colonial, onde pairava a pobreza, miséria e fome como os fatores percussores da revolta, pois os indígenas esfomeados eram obrigados a cultivar a planta do algodão, em detrimento de produtos autóctones e vitais para a sua subsistência, (Martins, 1961: 39).

Na verdade, a Cotonang - Companhia Geral dos Algodões de Angola, SARL, empresa de capitais luso-belgas, a quem fora concedido o monopólio da produção e comercialização do algodão, influenciara a administração colonial para a obrigatoriedade da plantação do algodão.

A obrigatoriedade da plantação resultara no trabalho forçado, assumido nas variantes de trabalho por contrato, para homens, e comunitário, para mulheres e crianças, criando, desde logo, a inversão dos valores da família, pedra angular do cristianismo, uma vez que os homens tinham de permanecer longos períodos de tempo longe de casa, o que criou nos indígenas um espírito de revolta.

A influência política produzida no pós-independência da RDC, das seitas messiânicas de Simon Kimbangu, ou da soba Maria N’Guakama, batizada na Missão Católica do Mussuco, mas com residência além-fronteira, que incitava os seus súbditos a revoltarem-se contra a presença europeia em África, (Monteiro, 2018:286-287).

A seita de Simon Kimbangu, fundada em 1949, de credo Baptista e oficializada no pós-independência, na RDC, tornara-se em uma facção política que preconizava o etnonacionalismo e a resistência anticolonial.

Na verdade, Simão Kimbangu era a personificação do seu avô, fundador da seita “Kibanguista”, de nome Simon Kimbangu, que falecera em 1951, depois de 30 anos encarceramento em uma prisão da RDC, (Blanes, 2015: 170).

A seita de Simão Toco desenvolveu-se ao longo do século XX, em Angola. É referida a como sendo a segunda maior igreja cristã de Angola e, etnonacionalista, cujo nome é totalmente português, “Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo”. Tem como característica teológica, o seguimento da profecia do seu fundador - Profeta Simão Gonçalves Toco -⁷, expulso do Ex-Congo Belga em 1950, preso e desterrado para a Baía dos Tigres, em Angola (Blanes, 2015: 171).

Os “deslocados”, eram cidadãos residentes em Leopoldville, que reclamavam a sua angolanidade, mas que não sabiam falar português. Comutados com Abako nos acontecimentos de Leopoldville, que em 1960, marcara uma “plenária” e dia antes, fora proibido pela administração colonial. Nas escaramuças que se seguiram, os “deslocados” foram acusados de estarem conotados com a seita de Simão Toco e fomentarem a subversão no Ex-Congo Belga. Detidos e expulsos para Angola, onde a administração colonial portuguesa os recebeu de braços abertos. Divididos em dois grupos: “letrados” e “não letrados”. Os primeiros foram enviados para Luanda e os segundos pelas fazendas do café do norte de Angola, onde havia a rarefação de mão-de-obra e terão potenciado condições sociais para a eclosão da Revolta da Baixa do Kasanji, em 1961, (Nunes, 2005:61).

Nos tempos que se seguiram, a população masculina fugiu da rígida disciplina dos sobados, ao trabalho forçado, à falta de assistência médica, à fome, à diminuição da natalidade, à forte mortalidade infantil, à invalidez e mortalidade no trabalho e rumou para outros locais. Joaquim Moreira Silva Cunha, afirmou o seguinte:

“[...] *“Não é segredo para ninguém que de Angola saem anualmente alguns milhares de indígenas para os territórios estrangeiros vizinhos (Congo Belga, Rodésia do Sul e União Sul Africana, incluindo nesta o antigo Sudoeste Alemão).* Assim, a Baixa do Kasanji tornou-se num vórtice de violência; tudo serviu para justificar azedumes, ódios e ressentimentos coloniais. Paralelamente, aldeias inteiras ficaram vazias de homens para o trabalho braçal, permanecendo apenas mulheres, crianças e velhos.” (Cunha, 1952[?]:28).

Todavia, é nosso entender, que a supracitada afirmação, de Joaquim Moreira da

⁷ Para uma história do Tocoísmo, Cf. Blanes, Ruy Llera e Sarró, Ramon, “Geração, presença e memória: a Igreja Tocoísta em Angola” in *Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, consultado em 7 de outubro de 2019 (<http://journals.openedition.org/etnografica/3948>). Veja-se também Sobre Simão Toco, Cf. Ferreira, Cléria Lourdes, *O Tocoísmo como Elemento da Identidade Angolana (1950-1965)*, Tese de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

Silva Cunha, peca pelo excesso e em contradição com as estatísticas oficiais publicadas sobre Angola, cujo estudo se insere na presente Dissertação de Mestrado.⁸

Em Malanje, um conjunto de personalidades da sociedade civil, alguns deles pertencentes à clerezia cristã (católicos e protestantes), fez circular um panfleto, denominado “O Manifesto de Kasanji”, assinado por José Domingos Bernardo Kiosa, Rosário André da Conceição Neto, Cónego Manuel Joaquim das Neves, Padre Joaquim Pinto de Andrade, Padre Martinho Samba, Padre Sérgio Macaia, Reverendo da Igreja Metodista do Quéssua Job Baltazar Diogo, Luís Micolo, Félix Gaspar Kamabaia, Moisés Gaspar Kamabaia, João Felizardo Muvimba e José da Silva Lameira, no qual se lançava a ideia de que portugueses e belgas tinham desenvolvido na Baixa do Kasanji uma economia escravocrata, baseada nas culturas obrigatórias, no trabalho compelido ou forçado, na imposição de pobreza extrema às populações angolanas. Este texto, cuja autoria foi avocada pela UPA, era um requisitório político à administração colonial, (Kamabaya, 2016: 20).⁹

Mas o ano de 1961, foi funesto para a administração colonial, uma vaga de independências no Norte do continente africano, que eram os grandes viveiros do movimento nacionalista das colónias, levou ao redespertar étnico das populações do norte e noroeste de Angola.

De igual modo, também se assistiu no desporto, na literatura, influências culturais e políticas que se manifestaram em estreita ligação com os intelectuais e outros africanos do campo. Através destas conexões políticas, foram promovidas tarefas conspirativas com ligações à Angola profunda. Segundo António Costa Pinto, foi o Partido Comunista Português (PCP), o Movimento de Unidade Democrática (MUD-Juvenil) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que promoveram a emergência de plataformas políticas, para que, em 1953, as representações das colónias se apresentassem autonomamente nos areópagos internacionais (Pinto, 1998: 67).

Na viragem dos anos 60, a saída dos estudantes de Portugal para o exterior acentuou-se, pois muitos destes jovens tinham ido para a Metrópole, com bolsas de estudo

⁸ Veja-se quadro N.º 2: Distribuição da População de Angola, p.16.

⁹ Rosário Neto – *Um Grande Protagonista da Guerra de Libertação de Angola*, Luanda, 2016, EAL-Edições de Angola, possui algumas referências, plagiadas do livro de Edmundo Rocha, *Angola: Contribuição ao estudo da Gênese do Nacionalismo Angolano (período 1940-1964). Tesmuno e estudo documental*, Luanda, Ed. Kilombelombe2003. Veja-se também sobre o nacionalismo angolano, Cf. Marcum, John, *The Angolan Revolution*, Cambridge, Mass.: The M. I. T. Press 1969.

de organizações protestantes, partindo depois, legal ou ilegalmente, para o exterior¹⁰. A mais espetacular das fugas, deu-se com a chamada “Fuga dos Cem”, mas que, na realidade, era cento e vinte participantes, com o patrocínio com a organização protestante CIMADE¹¹, a delegação de Coimbra da Casa dos Estudantes do Império (CEI), cento e vinte jovens partiram para o exterior. (Freire, 1995, vol. II, 846).

A partir deste momento, a Metrópole foi perdendo a sua “função de viveiro de elites” e as missões protestantes foram alterando as relações com as autoridades portuguesas. Segundo Mário Pinto de Andrade a capital do Império foi perdendo a magia de outrora, pacata, sonolenta, não tinha o ritmo cultural sem a clivagem rática do “colour line”, (Sanches, 2013: 280 e 292).

Num quadro factual e explicativo, as culturas obrigatórias do algodão, em terrenos impróprios, criaram instabilidade social na região. O grande beneficiário, foi a Cotonang que comercializava, em regime de monopólio, toda a fibra do algodão que circulava no território de Angola.

Para esse estado de coisas contribuiu, segundo Vitorino Magalhães Godinho, o facto de África se ter transformado num fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra barata para a economia-mundo, por força do imperialismo ou do colonialismo, e que parecem ter sido os fatores responsáveis pela escravatura que avassalou África (Godinho, 1990:104-105).

Os estudos de René Pélissier, foram importantes para o conhecimento e a compreensão desta revolta de 1961:

“[...] a revolta na Baixa é a menos conhecida e apesar disso a mais compreensível de todas as revoltas de 1960-1961. Foi um ato de desafio contra o sistema de cultivo obrigatório do algodão. A censura foi tal que não se conhece com precisão quando e onde deflagrou a revolta, que continua sendo hoje uma das revoltas menos conhecida e apesar disso a mais compreensível de todas as revoltas de 1960-61.” (Wheeler e Pélissier, 1971: 174).

Aida Freudenthal considera que a revolta em referência, foi uma questão mais vasta, como a primeira ação subversiva em longa escala processada no Ultramar nos

¹⁰ Sobre a emigração indígena, Cf. *Relatório de Informação – Emigração de indígenas para território estrangeiro*, Processo n.º 15.46, NT. 2105, Luanda, 23 de janeiro de 1954, p. 161.

¹¹ Entrevista de João Vieira Lopes concedida a Fernando Correia, in *“O Processo dos Cinquenta”*. Veja-se também Andringa, Diana, a “Fuga dos Cem” in *As Voltas do Passado: A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2018.

últimos quarenta anos, que a ocultação das origens da revolta foi agravada pelas restrições à entrada de jornalistas estrangeiros em Angola, na sequência dos acontecimentos de 4 de fevereiro e de 15 de março do mesmo ano, que levou a um abalo social, noticiados em todo o mundo, que iriam retirar visibilidade à revolta de Kasanji. Para esta autora, foi uma rebelião de pobreza, que falhou por não ter tido o apoio de outras tribos vizinhas ou dos movimentos de libertação, e que teve na agitação messiânica o desafio ao sistema colonial, (Freudenthal, 1995-1999: 250-251).

Ainda assim, a Revolta da Baixa do Kasanji, segundo René Pélissier citado por Aida Freudenthal, quando vista de Angola, pode ser encarada como uma revolta do desespero e explosão de miséria; mas, vista de Lisboa, pelo poder colonial, era uma ameaça séria que podia comprometer a estabilidade de Portugal, do regime e da hegemonia da sociedade na economia portuguesa (Freudenthal, 1995-1998: 276).

Em 1961, O jornal *O Anticolonial*, fundado por Álvaro Mateus, membro da CEI e militante do PCP, denunciou a revolta como uma “greve” do povo de Kasanji contra o monopólio do algodão da multinacional Cotonang (Pinto, 1998, V:67).

Para John Marcum, a revolta da Baixa do Kasanji teve origem na influência das ideias independentistas do Congo sobre as populações de fronteira, bem como a propagação do movimento “nacionalista-messiânico” dirigido por António Mariano, mais tarde designado por “Guerra de Maria”, que inflamou os ânimos e os descontentamentos contra a cultura forçada do algodão. Acrescenta que os ideais independentistas do Congo, a pressão fronteiriça e, conseqüentemente, a propagação da mística da Guerra de Maria foram fatores a ter conta nos protestos levados a cabo pelos camponeses, devido à queda dos preços do algodão, que tinham reduzido os seus proventos anuais em cerca de 48 dólares americanos (Marcum, 1979, I:124-126).

Do lado do regime colonial havia correntes de opinião que apontavam o dedo aos agitadores políticos vindos do vizinho Congo, insuflando as populações com desordens e desobediência civil. Segundo afirma Manuel Alfredo Morais Martins, estava bem vincado o carácter verdadeiro da sublevação, que ultrapassa em muito a simples reação contra a cultura algodoeira, para se situar no plano da autêntica revolta contra a soberania portuguesa e contra a presença dos brancos na região (Martins, 1961:518).¹²

¹² Cf. Martins, Manuel Alfredo Morais, *Apontamento n.º 34*, de 7 de março de 1961 in Incidentes na Baixa do Cassange, IAN/TT, AOS/CO/UL-39, Capilha 9, p. 518.

As premonições tidas pelos povos da região da Baixa do Kasanji eram expressas com danças e cantares que, de acordo com Eduardo dos Santos, eram, de uma maneira geral, frequentes em todos os povos bantos, manifestações que podem distinguir-se no domínio do espiritual, como as instituições religiosas, estabelecimentos que são a contrafação da religião (Santos, 1962:77-92).

Neste sentido, segundo aquele autor, a mitologia, a magia e a superstição são a contrafação da religião, não são, contudo, religião, ou seja, instituições religiosas e não religiosas são um “conjunto de crenças, obrigações e práticas pelas quais o homem reconhece o mundo sobrenatural, cumpre os seus preceitos e pede os seus favores” (Santos, 1962:80 e 89).

Assim, num quadro interpretativo desta revolta, Camilo Rebocho Vaz, Comandante do Batalhão de Caçadores Eventual e antigo Governador-geral de Angola, afirmou que os nativos eram vítimas dos abusos e roubo descarado dos feiticeiros, capatazes negros, agentes do mato da Cotonang, comerciantes, cabos sipaios e autoridades administrativas (Vaz, 2003: 27-35).

Estes, na verdade, forçavam os sobas a darem-lhes presentes, ao mesmo tempo que recebiam da Cotonang avultadas quantias. Para este militar, o “juramento de Maria” ou “batizado de Maria” mais não foi do que um ato profano, um aproveitamento da fé religiosa mariana que os africanos detinham; que a independência do ex-Congo Belga teve influência na própria evolução e nas dimensões da sublevação em Angola (Vaz, 1998:27-35).

De igual modo, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus afirmam que a Baixa do Kasanji foi o ensaio geral para a guerra (Mateus, 2011: 14) e que teve nas políticas da terra, no trabalho forçado e na política de assimilação o fator decisivo para o eclodir da revolta (Mateus, 2011: 30-35). Foi, na longa duração, um período de grande instabilidade política e social, que, de acordo com António Lopes Pires Nunes, foi agravado com o “discurso da carreira de tiro”, proferido pelo então Governador-geral de Angola, Coronel Sá Viana Rebelo, e, bem assim, pelas movimentações dos congoleses que se arvoravam num profetismo messiânico e criaram as condições ideais para o desenvolvimento da Revolta da Baixa do Kasanji (Nunes, 2005:68-79).

Entretanto, John Cann afirmou que a revolta começou nos últimos meses de 1960 e quando chegou a época da plantação do algodão, em janeiro, muitos trabalhadores

queimaram as sementes, deixaram as ferramentas à beira das estradas e juntaram-se à quase religiosa cruzada para uma visão messiânica da independência (Cann, 1998).¹³

Existem outras visões históricas sobre os acontecimentos ocorridos em 1961, na Baixa do Kasanji: Douglas Wheeler e René Pélissier indicam como fatores preponderantes para a “Guerra de Maria” a preeminência dos movimentos proféticos messiânicos, devido ao seu poder aglutinador, como foi o caso do Tocoísmo (Wheeler e Pélissier, 2009:250).

Anabela Silveira afirma, em tese, que foi a UPA,¹⁴ através de Rosário Neto, que promoveu o levantamento dos campos do algodão; que as tentativas de ocultação da repressão, por parte de Portugal, não foram bem sucedidas, visto que foi através das narrativas dos refugiados que a comunidade internacional teve conhecimento do evento e que na sessão de 15 de março de 1961, da Assembleia das Nações Unidas, foram utilizadas, nas acusações a Portugal, as exposições daqueles refugiados (Silveira, 2011:186). Esta autora afirma que a “Guerra de Maria” foi conduzida pelo catequista António Mariano, que em 1959 emigrara para o Congo, onde fora motorista do “Chefe Kizamba dos Maholos”. Ali tomou contacto com a UPA, mas também com a ABAKO de Joseph Kasavubu e até com o PSA - Parti Solidaire Africain, muito atuante no Baixo Congo com os cultos messiânicos e seguidor fervoroso de Simão Kimbangu. Nas suas viagens, António Mariano tinha aderido às teses da UPA e depressa as levou à vizinha zona algodoeira da Baixa do Kasanji. Mariano utilizava catequistas que aspergiam os fiéis com água de Maria e pregavam o evangelho da UPA entre hossanas a Patrice Lumumba e a Simão Kimbangu (Silveira, 2011:7 e 186).

Em contracorrente a toda esta informação está Patrício Batsíkama, que afirma que o movimento Tocoísta não teve qualquer relação com a Revolta da Baixa do Kasanji, porquanto o tocoísmo é um movimento de paz (Batsíkama, 2015:604).

Todavia, Fernando Tavares Pimenta, numa linha interpretativa, tal como Aida Freudenthal e René Pélissier, afirma que, na Baixa do Kasanji, foi o cultivo forçado do algodão que desencadeou a revolta dos indígenas, ou seja, num quadro factual, dicotómico, amplo e explicativo, os incidentes da tiveram como pano de fundo a violência marcado pela dicotomia existente entre colono e colonizador (Pimenta, 2008: 163).

¹³ Cann, John P., “Baixa do Cassange, o catalisador que levou à correção de um erro” in *Revista Militar*, Lisboa, n.º 2508, de janeiro de 2011.

¹⁴ Sobre o papel da UPA na luta para a independência de Angola, Cf. IANT/TT (PIDE/DGS-Angola), *Holden Roberto*, Processo 1139 SR, s/n, 1487, secreto, de 24 de agosto de 1959, fls.355. Veja-se também “O Manifesto de Kasanji”, IAN/TT (PIDE/DGS-Angola), Processo n.º 2126/59, Cx.1, Relatório 1/96-GAI, 6/10/1960, fls. 1097-1103.

Na verdade, no período de 1960-1974, foram introduzidas ténues reformas no sistema colonial português, com tópicos recorrentes sobre a multirracialidade, visando mascarar a existência de práticas discriminatórias e racistas no Império Colonial, em que, de acordo com Frederick Cooper, o recurso à violência colonial ou à coerção pode indicar formas de uma racionalidade empresarial, fundadas no recurso a levadas sazonais de mão-de-obra, ou seja, de deslocações forçadas ou, eventualmente, voluntárias de massas de trabalhadores, nem todas controladas pelo mesmo Estado colonial português, como foi o caso da Baixa do Kasanji, onde a exploração do regime de trabalho forçado foi levado aos últimos limites (Cooper, 2016:34-35).

Deste modo, o regime colonial procurou, através da intervenção do Exército, a legitimação política para a repressão que se iria desenrolar. De acordo com Diogo Ramada Curto, a retórica legitimista foi validada para salvaguardar os interesses estratégicos dos concessionários e que eram alheios ao interesse nacional, tendo como referente a teoria da “atemorização das populações” e, por esta via, o triunfo de uma facção política nacionalista e integralista que despontava na antiga Escola Colonial (Curto, 2016:162-163).

Todavia, interpretação diferente tem Alberto de Oliveira Pinto, que afirma que a origem da revolta dos indígenas está no facto de estes estarem sujeitos ao imposto de capitação, na obrigação de venderem toda a colheita do algodão a um preço fixado pelo governo e muito inferior ao do mercado mundial, à Cotonang, e que o grande inspirador da insurreição foi o Cónego Manuel das Neves (Pinto, 2017:700 e 702).

Mário Pinto de Andrade, na linha traçada por René Pélissier, referiu, com base nos relatos dos empregados da Cotonang e de funcionários administrativos, que a Revolta da Baixa do Kasanji foi uma rebelião de agricultores algodoeiros indígenas contra o poder senhorial vigente, administrativo e económico, e violentamente reprimido, e que passou para a história de Angola com a denominação do “massacre da Baixa do Cassange”.¹⁵

Ora, em Angola, na modernidade, aqui entendida pelas diferenças culturais e civilizacionais introduzidas pelo colonialismo português (Henriques, 1998:219-220), para o qual a obrigatoriedade do trabalho era compreendida como um avanço civilizacional, ou seja, segundo Miguel Bandeira Jerónimo, o trabalho era uma etapa de

¹⁵ Cf. Andrade, Mário Pinto, “Baixa do Cassange – Massacre”, Arquivo Mário Pinto de Andrade, Pasta 04356.001.010 in Arquivo da Fundação Mário Soares, Lisboa.

vida importante para a valorização do indivíduo enquanto sujeito, progressivamente responsável pelo seu destino (Jerónimo, 2010:166).

Neste sentido, o trabalho forçado *versus* a plantação obrigatória ou trabalho compelido é uma dicotomia que, segundo José Pedro Monteiro, se tornou incontornável para todos aqueles que do Império quiseram fazer uma etapa lucrativa e produtiva, fossem estes agentes privados ou estatais, e funcionou como elemento legitimador da “missão civilizadora” empreendida pelo Estado Império Português (Monteiro, 2018:14-15).

Por esse motivo, a negação ao trabalho transformou-se num mecanismo de punição da ociosidade e num mecanismo de civilização: o ser-se civilizado era uma obrigação pautada pela retórica colonial. Nos anos de 1960-1961, período da emergência da Revolta da Baixa do Kasanji, aqui já referida, que é tida por António Lopes Nunes como uma primeira tentativa separatista de Angola para com a potência colonial que era Portugal.

Efetivamente, na gramática do conflito, “A Revolta da Baixa do Kasanji” está referida cronologicamente pelas autoridades administrativas (governador de distrito, inspetores administrativos, administradores de concelho, chefes de posto, agentes da PIDE/DGS e da PSPA – Polícia de Segurança Pública de Angola e, ainda, as hierarquias militares de Angola) como uma revolta, cuja autoria era dos povos Maholos ou Holos, Bondos e Bângalas (Nunes, 1998:145-154).

Desta alteração social foram apontadas reminiscências religiosas ao século XVIII, ou seja, ao culto antoniano de Beatriz Kimpa Vita, onde que, num quadro de outras variáveis explicativas, a culpabilidade dos acontecimentos foi atribuída aos elementos congolezes designados por “Pessas”, palavra derivada das iniciais PSA, pronunciada pelos autóctones como “Pêças”, que incitavam a população à rebelião e à indignação. Como resultado de todas estas ações, entre o mês de janeiro e final de fevereiro de 1961, a região da Baixa do Kasanji foi sacudida por uma erupção social sem precedentes na história colonial (Nunes, 1998:145-154).

As autoridades civil-administrativa, impedidas de restabelecer a ordem, solicitaram a intervenção do Exército Português e da Força Aérea Portuguesa, cujas ações “musculadas” causaram, segundo alguns testemunhos, milhares de mortos (10.000) e a

destruição de 17 aldeias.¹⁶ Na verdade, o abalo social registado no território provocou acusações graves da comunidade internacional, tendo surgido, por parte de vários estudiosos ou académicos, acusações de “massacre”¹⁷, num evento que foi noticiado em todo o mundo, a contragosto do governo português, e encoberto pela volatização de novos eventos, como o assalto às cadeias de Luanda para a libertação de presos políticos e o 15 de março, de dimensões dramáticas, onde as populações do norte de Angola (europeus e trabalhadores bailundos), foram massacradas pelos guerrilheiros afetos à UPA.

A ocultação deliberada dos acontecimentos numa primeira fase, os relatórios militares, e os testemunhos de missionários católicos ou protestantes que foram divulgados nos círculos das igrejas ou dos movimentos nacionalistas, foram as únicas vozes que proporcionaram uma memória viva dos acontecimentos.

De um outro modo, o estudo de Diogo Ramada Curto e de Bernardo Pinto da Cruz, baseado no relatório de 7 de março de 1961 do inspetor do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Manuel Alfredo Morais Martins, indica como causas profundas dos acontecimentos: a permeabilidade das fronteiras; as características geográficas, étnicas e sociais; e a proximidade com o Congo, que favorecia a fuga das populações e a entrada de agentes de propaganda. O facto de se inserir numa zona alagadiça, com numerosos cursos de água, sem pontes de construção definitiva, impedia a deslocação rápida de tropas, o que poderia acarretar o alto risco de uma reclamação territorial de soberania e, bem assim, ao estabelecimento de um governo saído dos movimentos ditos subversivos e a consequente internacionalização da questão angolana.

Desse facto resultou que as autoridades coloniais, mormente o antigo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, fez chegar a António de Oliveira Salazar um relatório baseado nas afirmações do Inspetor Superior do Gabinete dos Negócios Políticos, da necessidade de advogar uma política de terror contra as populações, contra a via diplomática em curso e levada a efeito pelo Governador-geral de Angola, Álvaro da Silva Tavares. Esta estratégia colonial iria ser, mais tarde, formulada e implementada com a

¹⁶ Sobre os acontecimentos da Revolta da Baixa do Kasanji, cf. Péllissier, René, *La Colonie du Minotaure*, 1978. Cf. Veja-se também Nunes, António Lopes Pires, *Angola 61 – Da Baixa do Cassange a Nambuangongo*, Lisboa, História Militar, Editora Prefácio, pp. 69-79. Veja-se também o Arquivo da Fundação Mário Soares, *Castro Soromenho*, pasta n.º 04356.001.007; e também Araújo, António, “Sanzala Mihinjo – abril de 1961” in *O Império Colonial em Questão – Poderes, Saberes e Instituições (Sécs. XIX e XX)*, Lisboa, pp. 37-57.

¹⁷ Sobre os acontecimentos da Baixa do Kasanji, Cf. Andrade, Mário Pinto de “Camps de Travail Forcé en Angola”. Baixa do Cassange, Arquivo da Fundação Mário Soares, fundo documental de Mário Pinto de Andrade, *Baixa do Cassange – Massacre*, Arquivo Mário Pinto de Andrade, Pasta 04356.001.010.

nomeação de um novo Governador-geral (General da Força Aérea Portuguesa, Venâncio Augusto Deslandes), como forma de “esmagar o terrorismo”, o que constituía uma abordagem política do problema angolano (Curto, 2016:162-163).

Porém, Alexander Keese, num estudo sobre a revolta da Baixa do Kasanji, que utiliza o método comparado, no qual faz alusão ao abuso dos fazendeiros europeus, que era propagado pela prática do trabalho dito voluntário, sugere que Hélio Felgas e Júlio Monteiro, o primeiro como Governador do distrito do Uíge e representante de uma facção reformista do governo de António de Oliveira Salazar, em Lisboa, e o segundo em Malanje, que desempenharam funções análogas naqueles distritos, vieram a ser acusados de “Pacifismo, Indulgência, falta de ação punitiva exemplar.” Ainda assim, o autor chama a atenção para as variações a esse estudo, isto é, a influência das redes alternativas que participaram na preparação da dita revolta, que incluem movimentos religiosos, como a seita de Simão Toco, cujo número de fiéis cresceu a partir de 1957, nos distritos setentrionais de Angola, mas que desapareceu a partir do ano de 1961, no qual, necessariamente, se inclui a preparação da dita revolta (Keese, 2003:97-125).

De acordo com Diogo Ramada Curto, tal como as fontes se referem a Revolta da Baixa do Kasanji, suscita dúvidas, na medida em que é advogada uma política de “atemorização das populações “pela ala reformista que era contra a via diplomática. As variáveis explicativas do conflito, com fonte nos relatórios de Manuel Morais Martins, valorizaram exclusivamente os factores externos da revolta, ocultando deliberadamente o seu conteúdo reivindicativo, pois a narrativa colonial distorce e trunca à voz dos intervenientes africanos. A *visão oficial* está ofuscada pela ideologia do regime, que impossibilita o investigador de *focar* os pormenores da revolta, pois a linha interpretativa foi manipulada e validada pela intervenção do exército português. Ao investigador, depara-se com um nível de inculcação ideológica, que dificulta a análise da relação entre documentos históricos e instrumentos metodológicos conceptuais, (Curto, 2016, 236-237).

Relativamente aos estudos de Alexander Keese, aquele autor afirma que os mesmos são de natureza especulativa, baseados em dados não comprováveis e em questões deixadas em aberto, tais como o número de indígenas que teriam passado a fronteira angolana sem o conhecimento das autoridades portuguesas, insistindo na afirmação de que eram estrangeiros os bandos de terroristas, ou pelo menos os seus dirigentes. Ainda assim, de acordo com aquele autor, na análise histórica é preciso

construir modos de distanciamento e objetivação em relação aos pontos de vista da época em estudo, a fim de evitar reproduzir, no interior de um discurso, as perspectivas descritivas e prescritivas dos documentos que toca por objeto; também lhe compete fugir ao discurso sobre a “memória” colonial, que tende a substituir-se ao que deveria ser da análise histórica. Enfim, se é importante reconstruir a voz dos subalternos, obliterada pelo discurso colonial, também é necessário verificar a veracidade do discurso do agente colonizador, também ele truncado por muitas memórias coloniais, pelo que não é de elaborar um estudo sobre as verdadeiras causas de uma revolta somente na base da análise de documentação que aparentemente foi produzidos pelo saber colonial, demasiado descritivos, como que à sua elaboração presidissem critérios puramente laboratoriais (Curto, 2016:235-239).

Anabela Silveira menciona os relatos memorialistas, quer provenientes de nacionalistas, quer de militares ou de funcionários coloniais portugueses, facto que permite um outro tipo de abordagem. Ainda aquela autora, a revolta da Baixa do Kasanji ultrapassa o plano das reivindicações laborais promovidas pela UPA, tornando-se como o primeiro levantamento “armado” da segunda metade do século XX contra a soberania portuguesa e que foi severamente punido pelas forças colonialistas, nomeadamente, a Força Aérea (Silveira, 2011:7 e 186).

Mas Malanje, fundada em 1852, capital de distrito, por força da sua dinâmica comercial, tornara-se num local de passagem obrigatório para quem se deslocasse para o Sul de Angola. Como encruzilhada comercial e berço do nativismo anticolonial, na transição do comércio de escravos para o comércio legítimo, desempenhou um lugar relevante nas exportações de Luanda para o Katanga, onde abundavam mercadorias atrativas como a cera, o marfim e o cobre e, que viria, mais tarde ser a cidade do café. (Henriques, e Vieira, Pais, 2013: 17)

Aharon de Grassi afirma que as chaves da revolta da Baixa do Kasanji foram as conexões políticas entre as igrejas protestantes, que ajudaram a criar eixos de comunicações com o exterior; acrescentando, ainda, que grupos de pastores da Igreja Metodista, nomeadamente o reverendo Job Baltazar Diogo, em conjugação com outros elementos partidários do independentismo de Angola, intermediaram conexões entre Malanje e Luanda. Para Grassi, cujo suporte científico é o da Geo-história, a Revolta da Baixa do Kasanji teve como linhas de força o estabelecimento de uma rede política entre Malanje e Luanda, na qual se inseriam as missões metodistas e as células dos movimentos

de libertação emergentes. Assim, o trabalho forçado efetuado pelas mulheres, na ausência do marido no contrato, e pelas crianças, pois a elas cabia a assunção do sustento de seus filhos; e a ausência do cabeça de casal, no contrato ou no exterior, teria causado: a queda demográfica, a queda na produção algodoeira, a queda dos preços, a crise geral e o empobrecimento das populações. Aspeto que destaca foram as relações da soba Nguri N’Kama ou Ngudia-Nkama, rainha dos Bassukos ou Massukos, batizada na Missão Católica do Mussuco, em Luremo, com o nome de “Maria”, que contava com cerca de 30 a 35 anos, que, após a independência do ex-Congo Belga, se refugiou naquele território e a quem atribui a premonição dos acontecimentos que precipitaram o país num conflito que ficou conhecido como a Guerra de África (Grassi, 2015:53-133).

De um outro modo, Ana Luísa Mendes da Silva, baseada em documentação produzida por Dom Manuel Nunes Gabriel, revela que, em janeiro de 1961, a população local tinha-se revoltado contra os europeus e que a situação se agravou quando os povos vizinhos, Maholos e Jingas, “aderiram”, com a resistência passiva, cujo movimento se alastrou para a maior parte do território onde as populações, mais atrasadas culturalmente e com as piores vias de comunicação, se revoltaram, (Silva, 2018:63).

De acordo com aquela autora, a resistência passiva foi acompanhada de atitudes desconcertantes, um misto de feiticismo e catolicismo; os feitiços eram queimados, limpavam-se os cemitérios e espalhava-se a convicção de que os mortos iam ressuscitar, pelo que se devia preparar a sua vinda, fazendo-se pequenas lavras, para que os ressuscitados tivessem que comer nos primeiros dias após o seu desaparecimento terreno (Silva, 2018:63).

De igual modo, pretende-se também indagar as interferências sociais e culturais exercidas pelos partidos políticos da RDC, que se julga serem para a linha interpretativa, elementos-chave. Serão avaliadas as razões que Aliances des Bacongo a promover a criação da República do Kongo Central que abrangia cinco regiões do Bas Congo, (Leopoldeville que albergava um conjunto significativo de povos Bacongos e Bangalas, Catarractes, Bas-Fleuve, Kwango e Kwivilu), independentes das restantes províncias da RDC , ou seja, o de querer reunir sob a mesma bandeira, os Maholos da Baixa do Kasanji e os Maholos da RDC.

Em conclusão, julgamos que embora já tivessem sido efetuados vários estudos sobre a Revolta da Baixa de Kasanji, não devem ser colocadas de parte outras linhas

interpretativas, sejam elas históricas, sociais ou antropológicas. O importante é continuar a investigação para se perceber as causas que levaram a prisão e a morte de missionários, pastores e catequistas da Igreja Metodista que representavam naquele tempo cerca de 8,4% da população do distrito de Malanje, ou seja, 37.400 almas e, de populações anónimas. (Freudenthal, 1995-1999:252).

Metodologia:

Em termos metodológicos, a presente dissertação de Mestrado é um estudo centrado nas mudanças culturais e sociais ocorridas na Baixa do Kasanji (1961), ou seja, na análise histórica, tendo como recursos teóricos as fontes orais e documentais, que são instrumentos de recolha e de análise de dados, isto é, a pesquisa bibliográfica e documental.

Dada a possível incoerência nas fontes, utilizamos como metodologia o método comparado, tal como que é preconizado por Marc Bloch, que procurou fixar os requisitos fundamentais de constituição de uma História Comparada. Assim, dois aspetos aparecem irredutíveis e imprescindíveis: a semelhança ou a similaridade dos factos e diferenças nos ambientes em que essa similaridade ocorra. Para o efeito, Marc Bloch sinalizou dois grandes caminhos a serem percorridos: comparar sociedades distantes no tempo e no espaço ou, então, sociedades com certa contiguidade espacial e temporal, tal como acontece com as sociedades e culturas dos povos Jingas e Maholos (Barros, 2007: 13-14).

No final da década de 1990, o historiador britânico John Elliot sustenta que se poderá continuar a reivindicar para a História Comparada o papel desenvolvido pelas identidades nacionais e locais num determinado evento ou facto (Elliot, 1999: 35).

Ora, o valor do método comparativo em história, cujo objetivo principal é expor e explicar problemas, reside na observação e nas diferenças do objeto e no que se repete em outros cenários, ou seja, a identificação de semelhanças e diferenças, visando uma compreensão mais profunda das peculiaridades de cada sociedade.

Na verdade, o valor do método comparativo é a explicitação de um determinado acontecimento que é o resultado da observação das semelhanças e diferenças em duas unidades de investigação, do objeto de estudo, que no caso presente é sobre os povos

Jingas e Maholos.

O método comparativo tem duas fases metodológicas que se entrelaçam e que são sequencialmente articuladas: a descritiva, que supõe a interpretação e converge num estudo mais amplo e elaborado; e a comparativa, em que se formulam as hipóteses e a conclusão analítica. Portanto, fazer analogias, identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades históricas, perceber as variações e o padrão das transformações que ocorreram em uma ou outra sociedade (Barros, 2007: 1-30).

Neste sentido, no presente estudo não será despendida a utilização da metodologia comparativa, que poderá dar uma outra visão de conjunto de ideias e, consequentemente, retratar as mudanças culturais (Curto, 2008: 46-50).

Assim, a presente Dissertação de Mestrado foi elaborada num plano de trabalho que está dividido em três grandes capítulos e subcapítulos, tendo como pano de fundo o estudo de duas etnias: os Maholos, como etnia minoritária, e os Jingas, como etnia majoritária.

O Capítulo I: O Sistema Colonial, é um capítulo que se subordina à lógica do sistema colonial, ou seja, a ideia que os portugueses residentes na Metrópole tinham de África, e particularmente de Angola, um juízo opinativo negativo, porquanto esta fora, até ao primeiro quartel do século XX, uma colónia de degredo, de mistério, do comércio escravocrata e de longa distância. Foi esta situação social e económica que matizou a ideia do El-dourado, da terra de “árvores das patacas”.

A visão de África sempre foi obstaculizada por diferentes formas de discriminação social, criando espaço para a implantação e hierarquização social. A diferença de hábitos, a existência de práticas culturais diferentes dos europeus e a pele negra ou escura dos seus habitantes, levou a que estes regularmente fossem expulsos dos locais de convívio dos europeus, que, no fundo, eram antinomias da rede de relações entre portugueses e africanos, entre portugueses coloniais e portugueses rurais, considerados quase sempre rústicos.

Deste modo, o presente capítulo está subdividido em três subcapítulos: “A legitimidade Política de Portugal (1926-1961)”, que enquadra a legislação publicada pelo Estado Novo sobre o sistema colonial; “A Sociologia Colonial”, na qual George Balandier tipifica o Sistema Colonial; e o “Assimilacionismo Português”, que estuda a hierarquização da sociedade colonial, cujas contradições criaram as condições necessárias para a emergência de um nacionalismo que passou a contrariar a legitimidade política de

Portugal sobre os territórios coloniais.

O Capítulo II: A sociedade Colonial: Algodão, Tradição e Resistência, é um capítulo que trata as vicissitudes de um povo que foi denominado “Imbangala”, de onde descendem os povos Bondo e Bângalas. Assim, este capítulo foi subdividido em três subcapítulos: “O Algodão em Angola”, A Histórica de um léxico” e “Malanje: A Cidade das Pedras”.

É um capítulo que tem como referente a história do léxico do reino de Kasanji, que fora, antes da ocupação portuguesa, fundado por Quingùri, e cuja monarquia desaparecera no segundo quartel do século XIX. É a história da sociedade Imbangala até ao final das guerras de imposição de soberania, que foi entregue, em 1920, pelo Exército português à administração civil do território, com a denominação de Circunscrição Administrativa dos Bondos e Bângalas.

A cidade de Malanje, grafada por Malange, antiga Colónia Penal Agrícola, foi subdividida em três zonas económicas: o planalto de Malanje, a Baixa do Kasanji e a zona de exploração de diamantes, do Luando.

Sobre a sua origem, a oralidade fixa que quando Rodrigues da Graça liderava uma expedição, em 1843, chegara à margem do rio Malanje, que era conhecido como o rio Kadianga ou Carianga para os portugueses. Como na época não havia pontes, os portugueses atravessaram o seu leito por cima de pedras que o rio continha. Na margem oposta, depararam-se com algumas mulheres que lavavam roupa e perguntaram qual era o nome do rio. Como os locais não percebiam a língua portuguesa, sorridentes, responderam: “Ma-lanji NGana” (são pedras, senhor).

No século XX, o distrito de Malanje emergiu como praça económica pujante, como produtora de mandioca e da fibra do algodão e zona de intermediação de diamantes.

No Capítulo III: Mudanças Sociais e Culturais na Baixa do Kasanji, em 1961, com base na abertura de novos arquivos (António Soares Carneiro, Joaquim Silva Cunha, Teixeira de Moraes, Moreira da Silva e Fernando Pinto de Resende), pretende-se realizar um estudo de análise comparada sobre as mudanças sociais e culturais ocorridas em 1961, que se presume terem potenciado a revolta dos povos Jingas e Maholos e que deu a origem à operação militar “Cassange”.

Assim, este capítulo, possui um único subcapítulo, utilizando-se, para o efeito, o método comparativo para análise da sociedade, “As Sociedades Jingas e Maholos”,

tendo como padrão aculturação Portuguesa, para a qual se emprega a tipologia de Marc Bloch e de John Elliott, como forma de compreender as peculiaridades de conjunto e de cada sociedade (Jingas e Maholos), a partir do qual se encerra o presente estudo.

Estudo e Problemática das Fontes

As fontes sobre a Revolta da Baixa do Kasanji são escassas e as que possam existir estão a coberto do arquivo da Cotonang, entregue à Universidade de Coimbra – Departamento de Antropologia, que, à data, se encontram encaixotadas e sem qualquer tratamento arquivístico ou encontram-se no segredo dos arquivos particulares.

Todavia, a ausência de fontes ou de estudos Histórico-Sociológicos Contemporâneos não é motivo para a não elaboração da análise em questão. Contudo, não deixa de ser curioso o facto de Portugal não ter querido saber quem eram os rebelados, Jingas e Maholos, que tiveram um papel importante na Revolta da Baixa do Kasanji, em 1961, cujo papel foi relatado pelas fontes coevas, isto é, na elaboração de análises históricas ou sociológicas.

Assim, para uma bibliografia essencial para a Baixa do Kasanji, foram realizadas as seguintes pesquisas: no Instituto dos Arquivos/Torres do Tombo, fundo documental de Arquivo de António de Oliveira Salazar (AOS), Arquivo Marcelo Caetano (AMC), Polícia Internacional de Defesas do Estado/Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS), da delegação de Angola, fundo documental do Serviço de Centralização e Informações de Angola (SCCIA), Arquivo Histórico Diplomático (AHD), fundo documental do Gabinete dos Negócios Políticos (GNP), Arquivo da Fundação Mário Soares, Fundo Documental Mário Pinto de Andrade, Arquivo Histórico Ultramarino (AHD), Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Arquivo da Força Aérea Portuguesa, fundo documental de Fernando Resende – Correspondência pessoal e Arquivo Militar, completadas pelo trabalho de investigação na ATD - Associação Tchiweka de Documentação. Sem este aturado trabalho de pesquisa não teria sido possível confrontar os diversos estudos efetuados sobre as causas dos acontecimentos da Baixa do Kasanji, conhecidos popularmente por “A Revolta da Baixa do Kasanji” ou “Guerra do Algodão”.

Para a realização de análises sobre a história recente há a ideia de que, da sua ausência, não podem resultar novas investigações como é o caso dos povos Jingas e Maholos, atores da Revolta da Baixa do Kasanji. Neste caso, tanto quanto sabemos, não houve a preocupação de serem adquiridos novos conhecimentos histórico-sociológicos sobre aqueles povos. Esta opinião é corroborada por Virgílio Coelho:

“[...] Não há, tanto quanto sabemos, até esta data qualquer descrição histórico-antropológica sob a forma como as populações “Holo” organizavam os seus cultos aos “génios” da natureza para a regeneração da terra. Nem sabemos se efetivamente o fazem ainda hoje, já que apenas as designações do sistema político religioso nos permitem levar a deduzir que o fizeram no passado e a conjecturar que, possivelmente, ainda o deverão praticar hoje” (Coelho, 2003:57).

Dado o carácter fragmentário de algumas fontes documentais, há a necessidade de revalorizar outras fontes provenientes de entrevistas, entretanto transladas para a história, que devem constituir um quadro de referência complementar a essas mesmas fontes. Para Jill Dias:

“[...] A ausência de fontes escritas contemporâneas para a reconstrução histórica das sociedades das savanas é compensada pela existência de numerosas tradições orais” (Dias, 1998: 336).

Neste quadro e na exegese das fontes da História de Angola, de acordo com Marcelo Bittencourt, a sua análise deve ser muito cuidada, pois encontram-se cheias de minas e armadilhas (Bittencourt, 2000; 161-185).

De igual modo, Christine Messiant refere o carácter ambivalente e fragmentário das fontes, pois a autora afirma que na História de Angola as fontes contêm uma grande dose de imprevisibilidade, (Messiant, 2000:803-859).

Deste modo, Aida Freudenthal e Diogo Ramada Curto referem que, na análise documental do Estado Novo, deve haver alguma reserva, porquanto a maior parte dos documentos políticos produzidos dão uma visão oficial deturpada dos acontecimentos, razão pela qual Freudenthal considera que é “limitada e limitadora”.

A documentação colonial esvazia deliberadamente os acontecimentos que rodearam a “revolta da Baixa do Kasanji”, pois o seu conteúdo reivindicativo é sonogado e remetido para fatores exógenos, (Curto, 2016:177).

Na verdade, há uma miríade de variáveis explicativas, que de seguida passaremos a explicar.

Tradição e Modernidade na Baixa do Kasanji (1961).

Capítulo I: A Questão Colonial

*“Mestiço!
Nasci do negro e do branco
E quem olhar para mim
É como se olhasse
Para um tabuleiro de xadrez:
A vista passando depressa
Fica baralhando como cor
No olho alumbrado de me vê”*

Francisco Tenreiro¹⁸

No presente capítulo, procuramos demonstrar, que o território de Angola, desde o segundo quartel de oitocentos, foi para Portugal um território promissor, que oferecia as melhores condições de se tornar em “um novo Brasil”. O elemento-chave do projeto de colonização estava na “colonização intensiva pela raça portuguesa”, pela instalação de grupos de famílias portuguesas, (Alexandre, IV.Vol.,1998:200).

Todavia, as correntes migratórias europeias dariam lugar a perda do poder económico e político tanto dos sobas como das chefeaturas de linhagem, dos ambundos e dos “moradores africanos”. A repressão que se seguiu das elites africanas contribuiu para dar corpo a uma identidade designada por crioula, (Wheeler e Pélissier, 1971: 84-128).

Deste modo, o presente capítulo foi subdividido em três subcapítulos, ou seja, “A legitimidade política de Portugal (1926-1961)” que enquadra a legislação publicada pelo Estado Novo sobre o sistema colonial; “A sociologia Colonial”, que analisa as especificidades da Sociedade Colonial; e o “Assimilacionismo Português”, no qual se examina a hierarquização da sociedade colonial, cujas antinomias criaram as condições ideais para a emergência de grupos que passaram a contestar o sistema colonial e a legitimidade política de Portugal sobre as colónias.

¹⁸ Tenreiro, Francisco, “Canção do Mestiço” in *Poetas e contistas africanos*, João Alves das Neves (Coord.) São Paulo (Brasil), Editora Brasiliense, 1963, p. 32.

1.1. A Legitimidade Política de Portugal (1961)

A legitimidade política de Portugal sobre as colónias em África, nomeadamente em Angola, foi afirmada por Portugal ao colocar a realidade colonial no centro do debate público, do Estado Novo, do nacionalismo português, integralismo lusitano e, por extensão, a António de Oliveira Salazar.

António de Oliveira Salazar só muito tardiamente manifestou o seu interesse pela integridade territorial de Portugal. A questão de fundo que se coloca, é o de explicar a evolução política de Salazar. Segundo Yves Leonard, na época temia-se que, António de Oliveira Salazar, em nome do rigor orçamental, viesse a ser o coveiro do Império. A razão de tal vocação, é que os seus compatriotas sabiam muito pouco sobre as suas ideias, antes de 1930, (Leonard, 1998: 10).

De facto, em António de Oliveira Salazar possuía um nacionalismo telúrico que mergulhava, antes de mais, nas suas raízes rurais que se situavam nas terras da Beira Alta (Leonard, 1998: 10).

A realidade é que havia, em Portugal, uma ideia sobre África, que era obstaculizada pelo descrédito que se tinha daquele continente e, sobretudo do negro, o que era acompanhado por diferentes formas de discriminação social, criando espaço para a implantação da hierarquização social. Na verdade, administração colonial nunca fez nada para contrariar tal pensamento.

A sociedade portuguesa da época encarava os africanos com desencanto, com uma carga negativa, tenebrosa, revelada pela pele escura, pela escravatura e por hábitos e práticas culturais diferentes dos europeus. Por esse motivo, os africanos eram repelidos, ou regularmente expulsos dos espaços frequentados pelos europeus. A estas animosidades e antinomias, acrescia o facto dos portugueses metropolitanos, considerados quase sempre como rústicos e desinformados, diabolizavam África e o Africanos, (Henriques, 1998, V:216).

A título de exemplo: no cinema “Restauração, em Luanda, as suas portas não eram flanqueadas aos africanos ditos “civilizados”, pois a sua frequência estava reservada à sua admissão, à elite europeia. Os Africanos eram remetidos para outros locais, para os mistos o cinema Nacional, ou em alternativa para o Clube Recreativo de São Paulo, e outros

ainda, para periferia, para os bairros negros, onde funcionavam os cinemas Majestic, no bairro de São Paulo pejorativamente conhecido pelo “piolho”, ou eventualmente para o N’Gola Cine, (Henriques, V Vol. 1998: 257).

No Norte de Angola, no distrito do Uíge, onde o governador local Hélio Felgas se preocupava com o desemprego dos mistos, indicando-os para os cargos de capataz das fazendas e, do bem estar dos europeus, na cidade do Negage, após a independência do Ex-Congo Belga ocorrida a 30 de junho de 1960 e a morte de Patrice Émery Lumumba, a 17 de janeiro de 1961, em Lubumbashi, uma onda de violência varreu aquela cidade e, de repente, o racismo e o tribalismo tornaram-se endémicos: negros e brancos não partilhavam o mesmo espaço de lazer ,(Pawson 2014: 164-165).

A cidadã Portuguesa Maria da Conceição Boavida, residente em Luanda, afirma que, quando chegou à Luandas, os empregos menos desejados e mais sujos, eram destinados aos negros; quando passeava com o seu marido, que era negro, ouvia as vozes da sua comunidade, que lhe gritavam:

“[...] *Larga o preto, com tanto branco aqui como é que vai escolher um preto*” (Boavida, 2015:249).

Esta animosidade e discricionariedade tinha o apoio explícito das autoridades locais, situação que se manteve até ao de 1964. Os eventos que decorreram a 4 de fevereiro e 15 de março de 1961, fortaleceu a retórica legitimista e legitimadora avocada por Portugal, recusando, de forma irredutível, dialogar com as suas colónias, contribuindo, com isso, para a desagregação do Sistema Colonial, pois a ideia peregrina era o de assimilar as populações negras ao sistema colonial.

Assim, a legitimidade de Portugal sobre os territórios do chamado Ultramar iniciou-se com os primeiros contatos com o Rei do Congo, no século XVI¹⁹, até à descolonização, que ocorreu em 1975, cujos limites se estendiam desde o Oceano Atlântico, a oeste, até ao rio Kwango, a leste, e do rio Ogoué, no atual Gabão, a norte, até ao rio Cuanza, a sul.

As mudanças que se operaram no sistema colonial, entre 1890 e 1930, foram, de

¹⁹ Sobre o quotidiano do Reino do Congo, Cf. Balandier, George, *La Vie quotidienne au royaume de Kongo du XVIe au XVIIIe siècles*, Paris, Hachette, 1965.

acordo com Aida Freudenthal, em grande medida, induzidas pela sucessiva ampliação do território controlado pela administração colonial portuguesa, como resultado das guerras de imposição da soberania. Essas conquistas passaram a constituir a “fronteira” colonial, que era um espaço territorial fluido e poroso, de contacto, mas também de confronto com “outras” sociedades; era uma área permeável aos intermediários, às mercadorias e informações. Assim, de acordo com aquela autora, a fronteira norte e os limites do enclave de Cabinda resultaram dos tratados assinados com a França e com o rei Leopoldo II da Bélgica, entre 1875 e 1891; os territórios das Lundas seriam também atribuídos, nesse ano, a Angola, que era um vasto território entre os rios Cuando e Cassai. O último tratado foi assinado em 1926, com a União Sul-Africana, a partir do qual o território angolano atingiu uma área aproximada de 1.235.000 km². (Freudenthal, 2000, XI: 263).

No seu conjunto, o domínio português na colónia fundamentava-se no tráfico negreiro, proveniente de zonas longínquas do interior do continente, com especial relevo para o “Império Lunda”, cujo poder difuso se exercia, segundo Valentim Alexandre, sobre uma vasta área da África central, o que resultava que os negros escravizados transitassem pelo território sob o domínio português através do Estado de Kasanji, que servia de barreira entre Angola e Lunda (Valentim, 1998, IV:55).

A partir de 1926, essa legitimidade histórica foi reforçada com a retórica colonial, com um assumido teor ideológico, de fundo integralista, com a utilização de expressões como “Cinco Séculos de Colonização”. Segundo Isabel Castro Henriques, a esta fraseologia foram acrescentados outros mitos fundadores, como a existência de uma continuidade transcontinental entre os diferentes territórios portugueses, do Minho a Timor. Ainda segundo aquela autora, era a fórmula mágica do colonialismo, que a cartografia elaborada na época se encarregou de colocar em evidência, acompanhada pela ideia de que “Portugal não é um país pequeno” (Henriques, V Vol.,1998: 219).

Neste projeto, o elemento-chave estava na colonização intensiva que se pretendia fazer pela raça portuguesa. Segundo Gerald Bender, o objetivo era transformar Angola numa Província de Portugal, ou seja, seria uma extensão do seu território continental, que devia ser complementada com a aculturação (Bender, 2004:185). Mas que tipo de aculturação pretendia Portugal? Seria para atribuir aos autóctones os direitos da territorialidade, detidos e propalados de “oito séculos de

história”? Haveria mais igualdade e fraternidade entre os dois povos, Portugal e Angola? Ou Portugal pretendia preservar uma herança que dizia ser sagrada, “custasse o que custasse”?

Na verdade, segundo Yves Leonard, esta reivindicação da legitimidade política tinha nascido do contencioso político ocorrido entre Lisboa e Londres, por via da recusa britânica em reconhecer os supostos direitos de ocupação portugueses no interior da África Central, do qual saiu definitivamente enraizado o mito da “herança sagrada”, que era uma herança a preservar “custasse o que custasse, aliado da causa dos defensores mais intransigentes da integridade territorial das colónias (Leonard, 1998, V:10).

De facto, António de Oliveira Salazar, então ministro das Finanças e ministro interino das colónias, já em tempos fora sensível às críticas proferidas por Cunha Leal, então governador do Banco de Angola, que num contexto de crise económica em Angola, e por ocasião de uma conferência sobre “O problema do crédito em Angola”, pronunciada na Associação Comercial de Lisboa, no dia 4 de janeiro de 1931, declarara que a colónia se encontrava ao abandono, (Farinha, 2003)²⁰

Fosse esse ou não o sentimento de António de Oliveira Salazar, a verdade é que havia nele uma sensibilidade nacional o animava, que de acordo com Yves Leonard, certamente provinha de um lento amadurecimento político ou de um nacionalismo que enaltecia um passado e defendia a continuidade histórica, “*a de oito séculos de história*” (Leonard, 1998, V :12-13).

Efetivamente, em 1930, foi publicado o Ato Colonial, no qual se desenvolvia uma nova conceção de “*Ideia de Império*”, isto é, a noção da constituição de uma unidade de político de engrandecimento moral e económico, entre o Portugal da metrópole e o imenso Portugal de além-mar. O Ato Colonial era uma peça jurídica que estipulava um regime especial para os indígenas, e em relação aos quais, de acordo com Yves Leonard, Portugal sempre ambicionara ter e manter ligações que podiam perpetuar uma sociedade não igualitária. Ao manter tal comunidade, esta seria uma sociedade fortemente hierarquizada, com ideias marcadas por um darwinismo social, onde desde o final do

²⁰ Veja também, o estudo biográfico sobre a personalidade de Cunha Leal, Cf. Leal, Francisco da Cunha Pinto Cunha, *História do Conflito entre um Ministro das Finanças e um Governador do Banco de Angola*. Veja-se também, Cf. Farinha, Luís, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e Político: um estudo biográfico (1888-1970)*, Tese de doutoramento em História Política e Institucional (século XX), Lisboa [s.n.] 2003.

século XIX mergulhava as suas raízes, marcadas por uma geração dos “heróis de Chaimite” (Bender, 2004:235, nota 15).²¹

Assim, a sociedade daí resultante podia-se dividir em duas categorias: os “civilizados”, que se repartiam por brancos, mestiços e negros “assimilados”, e os “incivilizados” ou indígenas (Leonard, Vol. V., 1998:17).

A partir de 1930, o regime de António de Oliveira Salazar apropriou-se dos mitos fundadores e autoproclamou-se como o herdeiro legítimo da missão multissecular de Portugal e a sua historização, ou seja, operava-se uma transformação, com a criação da “*Mística Imperial*”, na qual se fazia apelo a um ideal, o da “*missão histórica de colonizar e civilizar*”, conceito que remetia para uma ideia federadora – a do renascimento e da grandeza nacional graças ao império colonial:

“[...] com um luxo ostensivo não habitual na paisagem salazarista, a “mística imperial” devia contribuir amplamente para a consolidação do regime, do qual continuava a ser a principal vitrina tanto no plano interno como na cena internacional.” (Leonard, 1998, V:24).

Assim, nesse ano, nascia o Acto Colonial, por necessidade da constituição pacífica de uma unidade política, moral e económica, entre Portugal metropolitano e o imenso Portugal de além-mar, que passariam a designar-se por “*províncias ultramarinas*”, constituindo-se num todo “*unitário e indivisível*”. Este documento mantinha um regime jurídico especial para os indígenas portugueses, em relação aos quais as autoridades portuguesas podiam continuar a manter relações, por assim dizer, de paternalistas.

Sendo assim, é neste contexto que, de acordo com Valentim Alexandre, a ideologia colonial lança mão da teoria Luso tropicalista, de autoria do sociólogo Gilberto Freyre, na qual se reconhecia aos portugueses uma capacidade especial para se instalarem em zonas tropicais, criando sociedades multirraciais harmoniosamente integradas, berço de uma civilização com características próprias (Castelo, 1999: 35).

Deste modo, a identidade nacional portuguesa surge consubstanciada em uma ideologia colonial, transmutada no “*mito do Eldorado*” e o “*mito da herança sagrada*”, isto é, herança constituída de uma identidade tecida ao longo dos séculos e em terreno propício ao renascimento nacional (Alexandre, 1995: 49).

²¹ Cf. Fernandes, Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do (Século XX Império*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2010.

Esta ideia colonial fora já exteriorizada pelo ideal patriótico de António de Oliveira Salazar, que parece ter ocorrido durante seus estudos, leituras e da influência de Maurras, de onde brotou um sentimento nacionalista dominado pela proeza histórica dos Descobrimentos; era uma afeição pátrio marcado pela continuidade histórica, “*a de oito séculos de história*”, (Leonard, 1998: 12).

Este ideal colonial, que fora reproduzido como uma fórmula discursiva junto dos portugueses, era uma forma de modificar o pensamento português, de fazer acreditar que “*as colónias são desde já a nossa pátria, corpo e alma de Portugal*” e as “*grandes escolas do nacionalismo português*” (Leonard, 1998, V:34).

Com o Ato Colonial e a revisão constitucional de 1951, Portugal assumia, de facto, o Assimilacionismo como uma etapa importante na evolução do sistema colonial. O que tornou a ideia colonial portuguesa singular, aos olhos de outras colonizações europeias, não foi tanto o constante e enfático recurso aos termos de “*vocação colonial*”, da “*missão civilizadora*”, ou da “*grandeza nacional*”, mas numa osmose quase perfeita, entre a colonial e a identidade nacional, ou seja, segundo Yves Leonard, a referência extática a um “*Portugal grande país graças às colónias*” e a realidade colonial; simbiose bem conseguida entre o velho sonho multissecular, messiânico, imbuído de uma missão profética de Portugal, que o remetia para um sonho sebástico que, combatido ou exaltado, continuou a impregnar o imaginário português dos anos vinte (Leonard, 2017:35).

O Ato Colonial, com a sua incorporação na Constituição Portuguesa de 1933, com o título do *Ultramar Português*, alterou, deste modo, a terminologia do regime, ou seja, por decreto, Portugal deixava de possuir colónias e trazia os contornos de uma nova política ultramarina, com apropriação dos ideais luso-tropicalistas, que passaram a integrar a nova constituição (Leonard, 1998: 35).

Em 1953, com a Carta Orgânica do Império Colonial vigente desde 1933, foi substituída pela Lei Orgânica do Ultramar Português (lei n.º 2066), que dotou cada “Província Ultramarina” de um Estatuto Político Administrativo. Assim, renascia a expectativa de um renovamento de Portugal graças às colónias, elemento capaz de cristalizar em redor uma verdadeira “*mística imperial*”, fruto de um nacionalismo exacerbado e integralista. Na sua conceção estava a figura jurídica de “indígena”, definida, de acordo com Valentim Alexandre, como “indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distinguiam do comum daquela

raça” (Alexandre, 2017:207-208).

Mas qual era a ideia do regime sobre a raça negra? Em Marcelo Caetano, esta questão foi clarificada:

“[...] Pretos ensinados nas missões ou a viver em fazendas, fábricas ou cidades que abandonaram a vida tribal e grande parte dos usos e costumes tradicionais para adotarem um padrão de vida em que a prática de alguns hábitos europeus se mistura com a persistência de traços característicos ainda da maneira de ser do gentio e que, por isso, embora já dissociados das tribos primitivas, não deixaram de ser indígenas” (Caetano, 1954:17). Mais tarde, em 1957, António de Oliveira Salazar acrescentaria: *“[...] Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relação às quais perfilhamos o dever de chamá-las à civilização – trabalho de formação humana a desempenhar humanamente. Que assim o entendamos e praticamos comprova-o o facto de não existir a teia de rancores ou de organizações ou de organizações subversivas que se apresentem a negar ou a aprestar a substituir a soberania portuguesa”* (Pinto, 2001:16).

Na década de sessenta, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Hérold MacMilan, anunciaria “os ventos da mudança” da descolonização e as organizações nacionalistas das colónias portuguesas já preparavam a luta armada e, em 1960, a chegada de John Fitzgerald Kennedy ao poder marcou a mudança na política africana dos EUA e com uma “escalada” sem precedentes na pressão a favor da descolonização dos territórios portugueses (Pinto, 1998:52).

A partir desse momento, a reivindicação autonomista dos indígenas sofreria uma pressão constante. Com o desaparecimento da Lei do Indigenato, reconhecia-se uma nova realidade, para com todos os aborígenes que não aceitavam a autoridade administrativa, ou por qualquer outro motivo, tenham repudiado a organização política nativa e, que os levava a efetuar migrações transfronteiriças, ou alojarem-se nas periferias das cidades, onde iam constituir núcleos de subversão, ou de mão-de-obra barata ou assalariada, (Curto, 2016: 22-39).

Os indígenas que não aceitavam a disciplina da tribo, dos sobas, que iam residir para as periferias das cidades, onde viriam a constituir grandes aglomerados populacionais denominados “musseques”, dando-se a origem da desintegração das instituições familiares e campo fértil para agitação social. Assim, generalizava-se o

acesso dos indígenas à cidadania portuguesa, (Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954).²²

No campo, ficariam mulheres e os velhos, avessos à transformação social. Assim, administração colonial rompia as relações tradicionais e culturais centradas na tribo e, ao mesmo tempo, com a autoridade gentílica, (Monteiro, 1973: 3).²³

Mas entre a tradição e o desenvolvimento, sub-repticiamente acontecia a mudança. Como forma de os indígenas serem administrativamente controlados, criaram-se o Sistema das Regedorias, e aos sobas deram-se novos poderes, (Curto, 2016:30).

Após a II Grande Guerra, no domínio internacional surgiu uma quase unânime condenação do fenómeno colonial, considerando anacrónico, posição que, com o apoio dos países do bloco do Leste, contribuiu para o aparecimento dos Estados Africanos.

Estas mudanças, tiveram repercussões em Angola nomeadamente na localidade do Quelo, distrito do Uíge, em dezembro de 1960, por ocasião da Eleição do Rei do Congo, verificou-se a recusa de trabalhadores de apresentarem-se ao trabalho, a deserção de tropas indígenas, manifestações de populações oriundas do Ex-Congo Belga, insurgência que rapidamente se estenderia aos distritos da Lunda e de Malanje.²⁴

Por conseguinte, num quadro interpretativo, a legitimidade política avocada por Portugal sobre as colónias, mormente sobre Angola, logrou obter, através de diversas medidas, o apoio de uma larga maioria da população, sendo as elites, no seu conjunto, favoráveis a uma manutenção da soberania portuguesa (Leonard, V, 1998: 47).

Tabela 1 - Quadro legislativo

Ano		Fontes	Assunto
1926		Ministério das Colónias: Estatuto Político Civil dos	Estabelece os deveres e direitos dos indígenas e regulamenta os direitos à assimilação.

²² Veja-se também, Cf. Curto, Ob. Cit., 2016, pp. 256-257.

²³ Veja-se tabela 1: Quadro legislativo.

²⁴ Cf. IAN/TT, AOS/CO/UL-30D, Cx.735, Capilha 2 – *Início dos Acontecimentos no Quelo*, (Informação n.º. 152/61-GU, de 4/01/1961. Veja-se também, IAN/TT, AOS/CO/UL-32B – *Sublevação em Malanje dos indígenas do Norte de Angola* e AOS/CO/UL-40, Capilha 4 – *O Indígena Rebelado*.

		Indígenas	
1930		Ministério das Colónias: Ato Colonial - Decreto-Lei n.º 22.465, de 11 de abril de 1933	Define o quadro jurídico-institucional entre a Metrópole e as colónias.
1933		Ministério das Colónias	Incorporação na Constituição Portuguesa de 1933 da alteração da terminologia do regime, passando as colónias a designar-se por Ultramar Português.
1953		Ministério do Ultramar: Lei Orgânica do Ultramar – Lei n.º 2066, de 27 de junho de 1953	Estabelece as bases gerais do regime político-administrativo das províncias ultramarinas.
1954		Ministério do Ultramar: Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954	Promulga o Estatuto Civil e Criminal dos Indígenas de Angola, Moçambique e Guiné. Abolição do termo “assimilado”.
1961		Ministério do Ultramar: Decreto n.º 43893, de 6 de setembro de 1954; D.R. n.º 207/61, de 06 de setembro de 1961	Revoga o decreto n.º 39666, de 20/05/1954. Define regras de acesso à cidadania portuguesa, cujo processo visava estabelecer uma crescente autonomia do chamado ultramar português. ²⁵

²⁵ O Estatuto Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique (decreto 12.533, de 23.10.1926, incluiu a Guiné em 1927 /Decreto 13.698, de 30.11.1927, e um diploma orgânico q das relações de Direito Privado entre “indígenas” e “não indígenas”, (Decreto 16.474, de 06.02.1929; após o ano de 1930, foram introduzidas regulamentações locais que definiam melhor o “indígena. Finalmente, em 1954, foi publicado o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto 39.666, de 20.05.1954, que em 1961, foi revogado, pelo Sistema das Regedorias. Sobre políticas colonias, Cf. Curto, Diogo Ramada e Furtado, Teresa, Políticas Coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961, Lisboa, edições Afrontamento, 2016.

1.2. A Sociologia Colonial

Em África, os caminhos do êxodo rural conduziram os jovens africanos para as grandes cidades, onde foram confrontados com a hierarquização da sociedade e a ascensão de novos nacionalismos, que constituiu um traço distintivo dos povos colonizados ou até recentemente dependentes – ou dos povos ainda subjugados a um poderio do tipo colonial.

Estas migrações eram o fruto de três realidades distintas: a cultura africana, a cultura ocidental e aquela que emerge destas duas, que é mista. Entre elas verificam-se inúmeras comunicações, vários intercâmbios e um jogo de influências recíprocas (Balandier, 2014:38).

Assim, o Sistema Colonial foi caracterizado como estando assente em duas realidades: a sociedade colonial e a sociedade colonizada. A primeira é a dominadora e a segunda a dominada. A este conjunto sociológico, Balandier atribui a designação de Situação Colonial, que é definida em função da dominação imposta por uma minoria estranha, racial e culturalmente diferente, que se efetua em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e culturalmente afirmada e dogmaticamente assumida sobre uma maioria autóctone, material e culturalmente inferior.

Na verdade, é uma dominação que é imposta por uma minoria estranha, racial ou étnica, sobre uma maioria autóctone, que era material e culturalmente inferior. Ainda de acordo com aquele autor, é uma dominação que conduz ao entroncamento de civilizações heterogêneas: uma civilização maquinista, como uma economia próspera, de ritmo acelerado e origem cristã, que se impõe a civilizações não maquinistas, com uma economia atrasada, de “ritmo lento” e radicalmente não cristã, da qual resulta o caráter antagonista dessas relações – Africana e Ocidental -, isto é, há entre a sociedade colonial e uma sociedade colonizada resistências que conceitualmente são entendidas por Theda Skocpol como mudanças rápidas e radicais das estruturas de classe e do Estado e que são levadas a cabo por classes inferiores (Skocpol, 1979:16).

A interdependência e reciprocidade levam a conflitos que lhe são inerentes e que adquirem importância crescente, à medida que essas sociedades colonizadas evoluem, criando condições para que se realize, segundo Georges Balandier, um “choque de raças”, que é explicado pela função instrumental a que está condicionada a sociedade colonizada;

da qual resulta a necessidade de recorrer não apenas à “força”, mas também a um conjunto de justificações e de comportamentos estereotipados para preservar a sua dominação (Balandier, 2014:42-46).

Em África, a interpenetração étnica é um fenómeno cada vez mais acentuado, levando a que as características originais de cada grupo fossem adulteradas como fruto do encontro de duas sociedades distintas, da qual emerge, segundo George Balandier, uma terceira etnia, de características mistas, que propicia fenómenos de aculturação étnica (Balandier, 2014:62).

As antinomias na sociedade colonial foram uma constante, uma vez que a sociedade angolana era fortemente hierarquizada, construída de baixo para cima, em seis patamares distintos (negro, filho de negros; o cafuzo, filho de negra e mestiça; o mestiço, filho de mistos ou de branco e negra; o cabrito, filho de branco e de mestiça; o branco de Angola, filho de brancos nascidos em Angola; e o branco, filho de brancos nascidos no Continente), ocupando o negro o escalão mais baixo da sociedade, que não tinha quaisquer direitos políticos e sociais, sendo apenas considerado como força de trabalho. A distinção oficial era apenas entre “indígenas” e “assimilados” (Silveira, 2011:74).

Neste sentido, a Sociedade Colonizada (negros) era considerada primitiva, à exceção dos “Assimilados” ou “Novos Assimilados”, devido ao seu potencial económico e ao conservadorismo cultural que, em contato com as sociedades mais avançadas, fora alvo de um processo de transformação e de mudança cultural, que propiciava a mutação na sua estrutura demográfica (Balandier, 2014:62).

Num mundo onde o critério de civilidade de um indivíduo era apontado da familiaridade existente com a metrópole, com o modo de vida de Lisboa, de gostar ou não de “chouriço”, de se pentear ou não com o risco de lado, o Bilhete de Identidade certificava o seu lugar dentro da estrutura (Silveira, 2011: 74).

Nos meios urbanos, ou seja, nas grandes cidades, esses fatores eram importantes, porquanto sinalizavam, perante o sistema colonial, a posição desses indivíduos. A discriminação sentida por “indígenas”, “assimilados” e “mistos” fazia parte de um quotidiano violento. Segundo Gerald Bender, depois da segunda Grande Guerra, os protestos viriam a assumir, por um conjunto de “Novos Assimilados”, um tom decididamente político (Bender, 1980: 222), que se viria a tornar num problema do Assimilacionismo português, (Bender, 1980: 222).

1.3. O Assimilacionismo Português

O que foi o Assimilacionismo? O Assimilacionismo da Nação Portuguesa teve como objetivo, na política indígena, trazer os africanos não civilizados para a civilização europeia, isto é, mediante uma transformação paulatina dos seus usos, costumes e valores morais e sociais (Marques, 2001:25).

Esta pretensão portuguesa foi sempre acompanhada, até ao segundo quartel do século XIX, de diferentes formas de discriminação do africano e práticas escravocratas. Segundo Isabel Castro Henriques, será sempre difícil compreender a forma como a sociedade portuguesa encarou e criou complexos sistemas coloniais. A ideia de África era que os seus habitantes transportavam, dentro de si, uma carga negativa revelada pelo seu percurso social, ou seja, pela cor da pele.

Assim, ainda de acordo com afirmação de Isabel Castro Henriques, a hierarquização nas sociedades coloniais foi complexa, dependendo dos preconceitos gerados ao longo de séculos de relações quase sempre polémicas ou polemizantes, que implicaram constantemente a desvalorização de homens (Henriques, V, 1998: 216).

Neste caso, a portugalização dos costumes, mormente da cozinha e do palato, foi um elemento fundamental que permitiu a assimilação (Henriques, 1998: 225). Dá-se outro exemplo do recurso às esteiras, vulgarmente conhecidos como “luandos”, que não eram mais do que uma “esteira” que era colocada no chão, que, com a europeização, levou a que fosse trocada por camas ou catres, que exigiu outras peças de mobiliário; as máquinas de costura, a casa, a bicicleta, o vestuário e a escrita são objetos civilizacionais que atestam a mudança de estatuto cultural dos indígenas, que normalmente não era aceite pelos portugueses. De acordo Isabel Castro Henriques, a assimilação é, no plano cultural, uma operação que visa substituir os valores africanos pelos dos europeus, ou seja, é uma desafricanização, que incomodou a sociedade portuguesa (Henriques, 1998, V: 230).

Em Angola, as definições de fronteiras estabelecem-se a partir do primeiro quartel do século XX, e os colonos europeus procuraram alargar o tecido urbano, destinado a criar povoações no mato e a incrementar as operações comerciais, com a abertura de estradas.

A branqueação da população é lenta²⁶, mas contínua, permitindo a criação de uma sociedade muito peculiar, que começa a agonizar nos anos trinta e que vai reduzir a liberdade de movimentos sociais e económicos dos mistos e dos africanos “branquizados”. Segundo Isabel Castro Henriques, em contrapartida, o grupo branco torna-se mais coeso e compacto, permitindo alterar as relações sociais existentes (Henriques, 1998, V: 253).

O indígena estava dimensionado ao espaço onde vivia e no qual dependia inteiramente das decisões das autoridades coloniais portuguesas. Por esse motivo, habitava um espaço que evoluiu com o tempo e que foi dividido em dois núcleos: um, que era pertencente aos brancos, ou seja, a cidade branca, e outro, o dos negros ou a cidade negra. Entre ambos, havia uma linha divisória: o asfalto e a terra vermelha (Henriques, 1998, V:253).

A vida do indígena era uma vida sofrida, que promoveu o seu afastamento e aumentou o seu ressentimento colonial. Para ele, a solução foi a emigração. Aldeias inteiras autoexilaram-se para os países da periferia; ficaram os velhos, mulheres e crianças. Segundo Joaquim da Cunha Silva, a emigração de indígenas de Angola para os territórios vizinhos, em grandes aglomerados, levou a que se efetivasse o seu contato com nativos de variadas proveniências, muitas vezes com um nível de vida diferente e relativamente elevado; a aprendizagem de novas profissões ou de novos métodos de trabalho faz com que, quando eles regressarem à terra natal, se sintam desadaptados, indo engrossar o número dos que abandonam a disciplina tribal, mas transportando dentro de si o germen da revolta contra o branco, que era o senhor das plantações, onde era obrigado a trabalhar desde o amanhecer até ao anoitecer.²⁷ Era, no entender de Maria da Conceição Neto, uma “escravidão que parecia não ter fim”.²⁸

As primeiras manifestações de desagrado em relação à política colonial surgiram em Benguela, nos anos de 1940 e 1942, quando um grupo de jovens, por se sentirem

²⁶ Veja-se quadro nº.3: Quadro somático da população de Angola (1940-1960), pág.20 da presente Dissertação.

²⁷ Relatório da visita de estudo a Angola do Professor da Escola Superior Colonial Joaquim da Silva Cunha: I Parte: “Os principais problemas da Política Indígena em Angola” in *Instituto de Investigação de Ciências Tropical, S.I.*: [s.n.], [195?]. - 114p. Mapas, foto - Cota: CDI 10337s.

²⁸ Maria da Conceição Neto, “Uma escravidão sem fim? Equívocos e lacunas na história do trabalho na África colonizada (Século XX): O Caso de Angola In *Seminário de Mestrado As Marcas do Império*” promovido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 24 de fevereiro de 2017.

discriminados, denunciaram a política de recrutamento de funcionários pela administração portuguesa, que preferia empregar colonos portugueses, frequentemente pouco preparados e sem habilitações escolares, do que recrutar africanos escolarizados, considerados por Mário Pinto de Andrade como uma “lúmpen-aristocracia” (Henriques, 1998, V: 254).

Com a introdução do sistema do indigenato, pelo qual os indígenas eram considerados “não civilizados”, originou-se uma prolongada e acalorada competição entre negros e brancos que teve como pano de fundo, de acordo com Pedro Aires de Oliveira, uma legislação que permitia a retirada de terras dos indígenas, em proveito das companhias ou empresas coloniais (Oliveira, 2000:108, nota 63) e criou as condições, segundo Gerald Bender, para as grandes migrações de trabalhadores (Bender, 2004:228).

A Lei do Indigenato, embora se baseasse juridicamente em critérios culturais e não raciais, tinha uma aplicação estritamente racial, pois, segundo Gerald Bender, todo o mestiço que não vivesse como um africano no mato e todos os brancos eram automaticamente considerados civilizados (Bender, 2004:252 e nota 75).²⁹

Na verdade, a subalternidade do regime do “Indigenato” levava ao descontentamento e a princípios de rebeldia e a uma deriva, sem fim, de anti-branco. De acordo com Diogo Ramada Curto, esta deriva, expressa pelos indígenas, tinha como pano de fundo os maus-tratos sofridos por parte dos particulares e que se traduziam em roubos de terras de café, que eram dadas aos colonos recém-chegados ao território; as injustiças de toda a ordem e iniquidades que eram exploradas por uma propaganda subversiva e bem orientada (Curto, 2013:131, nota 24).

Em 1961, com a mudança do Sistema do Indigenato, tudo se transformou. Segundo Gerald Bender,

[...] O indigenato foi revogado, abolindo-se assim a distinção entre cidadãos “civilizados” e “não civilizados”; criaram-se organismos administrativos africanos locais; coordenaram-se leis consuetudinárias portuguesas e africanas; reformulou-se em termos mais rígidos a regulamentação das concessões e ocupação de terras; e foi abolida o sistema de trabalho forçado não remunerado” (Bender, 2004:256).

A assimilação era outorgada com base em critérios duvidosos e discricionários, que era

²⁹ Cf. Tabela 3: Quadro Somático da População de Angola.

marcada pela idade, saber ler e escrever a língua portuguesa, o abandono das tradições culturais, a demonstração de um casamento monogâmico, a utilização do traje europeu e a posse da propriedade móvel e imóvel.

Na verdade, “os Assimilados” eram maioritariamente negros, menos escolarizados, não possuíam o português como língua materna e eram oriundos do interior, isto é, “gente do mato”³⁰ que, no final da década de cinquenta do século passado, iriam ascender ao estatuto de “Novos Assimilados”, que são o produto de um desenvolvimento posterior e diferente da colonização portuguesa; que adquiriram o estatuto através da ação das igrejas missionárias, católicas ou protestantes. De acordo com Christine Messiant, os “antigos assimilados” e “novos assimilados” irão compor uma aliança-quadro no processo de formação e consolidação dos diferentes movimentos de libertação, então emergentes.³¹

Nesta linha interpretativa, Alexander Keese também afirma que a evolução do comportamento assimilacionista levou ao aparecimento de associações culturais, algumas formadas durante o ano de 1880, (Akuà-Ilundu), seguindo uma prática colonial, que se dividiam em agremiações de carácter religioso, mutualista, assistencial e recreativas. (Freudenthal, Vol. XI, 2001: 444).

A Liga Angolana e o Grémio Africano, constituídas em 1913, apadrinhadas por Norton de Matos, e extintas em 1922 e 1938, respetivamente, foram as maiores associações urbanas. A primeira, viria a posteriormente dar origem à *Liga Nacional Africana (1930)* e, à *ANANGOLA-Associação dos Naturais de Angola*, sucedânea do Grémio Africano. Estas coletividades recreativas reuniam grande parte dos representantes das famílias angolanas, negras, mestiças e brancos, nascidos em Angola. (Freudenthal, Vol. XI, 2001: 496).

Seguiam-se a *Sociedade Cultural de Angola (1948)*, a *Associação Recreativa “Espalha Brasa (1959)”*, o *Movimento dos Novos Intelectuais de Angola*, a *CEI - Casa dos Estudantes do Império*, o *CEA - Centro de Estudos Africanos (1951)*, o *CMA - Clube*

³⁰ Nascimento, Washington Santos, *Gentes do Mato: Os Novos Assimilados em Luanda (1926-1961)*, (Tese de Doutoramento), Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História, p. 23. Veja-se também, Cf. Pacavira, Manuel Pedro, *Gente do Mato*, Lisboa, Edições 70. Em Pacavira há uma linha de fratura entre a política e a vida pessoal, Cf. Ângelo, Fernando Cavaleiro Ângelo, *Os Flechas: A Tropa Secreta da PIDE (1967-1974)*, Lisboa, 1.ª Edição. Casa das Letras, 2017, pp. 112-11; e Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Caixa 1802, Peça 2, Fundo SGDN-Ações dos Flechas (1970-72); e IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, Manuel Pedro Pacavira, Processo-Crime n.º 554/66, fls. 84.

³¹ Cf. Messiant, Christine, “Luanda (1945-1961): Colonisés, Société Coloniale et Engagement Nationaliste” in Michel Cahen (Org.) *Vilas et Cidades. Bourgs et Villes em Afrique Lusophone*. Paris: Laboratoire Tiers-Monde/Afrique, 1989.

Marítimo Africano (1954), (Keese, 2013:232).³²

Ser-se assimilado era vestir a pele de um outro personagem, cuja simplicidade de vida tinha grande significado no fator religioso, onde, por exemplo, a Igreja Católica Romana se apresentava como uma igreja dual, em que nas missas de domingo os horários eram diferenciados, ou seja, em horário nobre, a missa para brancos, e em horas de desuso, a missa para negros.³³

Efetivamente, era uma vida dura e expressa com amargura pelo escritor Raúl David:

“[...] Eu fui assimilado. O assimilado teve vantagens e desvantagens. Vou-lhe contar quais eram as vantagens dos assimilados. A vantagem era poder ir ao cinema onde estavam os brancos – quando eles aceitavam – viajar numa carruagem de 2.ª classe, com os brancos, estar no mesmo restaurante, mas isso era tudo fictício, num certo ponto... Porque havia restaurantes de luxo onde o assimilado não entrava por incapacidade financeira e até pelo snobismo dos frequentadores desses lugares” (Raúl David in Laban, 1991:54).

Todavia, esta política colonial ocasionava o desmembramento das estruturas tradicionais, causava o desequilíbrio da vida familiar e, conseqüentemente, a diminuição da natalidade, o despovoamento de muitas regiões³⁴, o empobrecimento do meio rural e das famílias africanas, o desenvolvimento de um profundo sentimento de injustiça e de insegurança das populações.

Na verdade, o sistema de recrutamento de mão-de-obra indígena impunha às autoridades gentílicas o fornecimento coercivo de trabalhadores. Esta arbitrariedade proporcionava aos visados descontentamento, relutância e resistência. Segundo afirma Joaquim Moreira Silva Cunha,

“[...] Não é segredo para ninguém que de Angola saem anualmente alguns milhares de indígenas para os territórios vizinhos (Congo Belga, Rodésia do Sul e União Sul Africana, incluindo neste o antigo Sudoeste Alemão”, (Cunha, 1952[?]: 26).

Aquele autor mais afirma, que as razões de tal fenómeno, se radicam no agravamento

³² Sobre o associativismo cultural, Cf. Freudenthal, Aida, “Angola” in *O Império Africano* (1890-1930), Nova História da Expansão Portuguesa (Coord.) Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 2001, Vol. XI, p.441 e ss.

³³ Neto, Maria da Conceição, “A Missão de Quem? O Papel dos Catequistas e Outros (as) Agentes Locais na Cristianização de Angola (c.1880-1960)” in *Missionação e Poder Colonial em Angola e Moçambique no Século XX*, Colóquio Internacional realizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 6 e 7 de dezembro de 2018.

³⁴ Veja-se quadro N.º 2 - Distribuição da População Geral de Angola.

das condições de vida das populações, o que leva a desmesuradas perdas demográficas.

Na verdade, tais carências são verdadeiras nos distritos de Malanje e Lunda, locais onde a Revolta da Baixa do Kasanji teve fortes repercussões, tal como se poderá constatar na tabela inserta nesta Dissertação, (Tabela 2: Distribuição da População de Angola (1940-1960)).

Todavia, nos restantes distritos os saldos demográficos não foram afetados como se poderá verificar na tabela demográfica que a seguir se insere, deduzindo-se que tais perdas demográficas (1950-1960) foram provavelmente conjunturais, (Cunha, [195?]: 32-33).

Tabela 2 - Distribuição da população de Angola (1940-1960)

	1940	1950	1960
Cabinda	46.277	50.506	58.547
Zaire	81.536	90.668	103.906
Uíge	278.749	309.485	309.412
Luanda	173.504	281.791	346.763
Cuanza Norte	205.678	216.463	273.051
Cuanza Sul	266.523	296.610	404.650
Malanje	443.699	463.011	451.849
Lunda	243.400	266.087	247.273
Benguela	257.521	328.765	487.873
Huambo	553.609	557.062	597.332
Bié	369.556	381.903	452.697
Moxico	264.580	251.675	266.449
Cuando Cubango	80.277	92.695	113.034

Moçâmedes	34.723	44.940	43.004
Huíla	438.318	503.605	594.609
Total Nacional	3.738.010	4.145.266	4.840.719

Fonte: Censos da População de Angola, Repartição de Estatística Geral, Angola. No espaço de 1951 a 1960, a divisão administrativa de Angola sofreu várias alterações, que no presente quadro não foram valorizadas.

Na verdade, às migrações não afetaram o modo de vida dos assimilados, embora estes vivessem paredes-meias com o indigenato. Ser-se assimilado significava uma promoção, uma trajetória ascendente, obviamente obstaculizada e travada pelo desenvolvimento da colonização branca.³⁵ Segundo Gerald Bender, o Estatuto Civil dos Indígenas Portugueses colocava o assimilado como o sinónimo de “civilizado”, aos hábitos culturais europeus, isto é, eram os indivíduos a quem os portugueses consideravam serem aculturados.

Todos esses fatores, ou seja, as contradições do sistema colonial, promoveram a revolta dos indígenas, que em algumas regiões era latente, era a parte visível de um mal-estar social das populações; eram os sinais mais explícitos da resistência camponesa. Segundo Elikia M'Bokolo, este descontentamento era uma realidade que há muito grassava entre os indígenas e assimilados, que com a explosão social na Baixa do Kasanji mudou profundamente a imagem do branco em Angola e sinaliza o seu declínio (M'Bokolo, 2004:385).

Nos assimilados, os mistos compunham o seu núcleo mais visível; em épocas mais recuadas tinham sido os intermediários perfeitos entre o mundo dos negros e o mundo dos brancos (Bender, 2004:192-193).

Os assimilados eram o fruto da união do branco e do negro, que no século XIX, no período do tráfico ilícito, tinham prestado relevantes serviços à administração portuguesa. Porém, segundo Tchernó Djaló, com o desenvolvimento da colonização branca verificou-se a diminuição de casamentos mistos e estes foram paulatinamente

³⁵ Henriques, Joana Gorjão, *Racismo em Português: O Lado Esquecido do Colonialismo*, Lisboa, Edição da Fundação Francisco Manuel dos Santos – Tinta da China, 2016, pp. 19-20.

perdendo a sua influência (Djaló, 2012:123).³⁶

A legislação portuguesa não considerava o misto como filho natural, ou seja, filho de pai branco, quando aquele não era reconhecido, obrigando, com isso, a que numerosos mestiços fossem considerados indígenas, facto que criou, no seio desta comunidade, sentimentos de revolta e de recalcamento social.³⁷

Em 1961, devido à heterogeneidade da sociedade colonial, a miscigenação era um facto sociológico que se estendeu a todo o território. Os mistos, também conhecidos como “os filhos do colono”, que tinham beneficiado de posições sociais interessantes, herdadas de seus progenitores, podiam beneficiar dos estudos efetuados em universidades portuguesas (Rocha, 2003: 62).

A ambiguidade e ambivalência do mestiço criara condições, segundo Elizabeth da Conceição de Fátima Ceita Vera Cruz, para a sagração da política colonial (Ceita, 1994:129).³⁸

Serão estes jovens que, segundo Edmundo Rocha, serão entendidos como os assimilados, que são os privilegiados pelas origens e pela possibilidade de prosseguirem os seus estudos em Coimbra ou Lisboa, isto é, os “assimilados-destinados”, filhos de uma pequena burguesia angolana, que faria da cultura um símbolo e um baluarte do seu *modus Vivendi*, e imbuídos de um sentimento nacional e territorial, que para eles só a luta armada poderia levar a um movimento independentista (Rocha, 2003:65).

Assim, o Assimilacionismo português aparecia, tendo como ideia de fundo o primitivismo da raça negra, uma raça sem cultura e horizonte evolutivo, que só a tutela do Estado e o apoio dos colonos podia regenerar, na medida em que, segundo Valentim Alexandre,

“[...] só o Europeu pode levá-la a cabo, porque só ele possui os valores e o poder de infiltração por ela requeridas” (Alexandre, 2017:416).

³⁶ Veja-se quadro N.º 2: População Geral de Angola., página 20.

³⁷ Sobre minorias étnicas, Cf. “Minorias Étnicas nas Províncias Ultramarinas”, IAN/TT, AOS/CO/UL-37, capilha 2, fls. 24 (1956). Sobre este mesmo assunto, veja-se também, Cf. “Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português – Moçambique, Angola, Tanganica e União Sul Africana. Campanha de 1959”, IAN/TT, AOS/CO/UL-37, capilha 1, fls.7.

³⁸ Vera Cruz, Elisabeth da Conceição de Fátima Ceita, *O Estatuto do Indigenato – O Indígena em Angola (NO) – A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa* (Dissertação de doutoramento), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 129.

António de Oliveira Salazar, antecipando os momentos conturbados que se iriam viver nas colónias de África, afirmou, em 1959,

“[...] *que a guerra em África estava próxima, “o certo ’é que vamos ter uma guerra no Ultramar e será uma guerra de guerrilha”* (Pinto, 2001:45).

No cômputo geral, o assimilacionismo foi a abertura que ocasionou a criação de um amplo movimento social. Esta variação, de acordo com Edmundo Rocha, iria criar as condições necessárias para que, no terreno, se realizasse a coesão entre a cidade e o campo, numa relação identitária ou de oposição, agrupadas num conglomerado político e ideológico, no qual resultou que “os filhos do país”. (Rocha, 2003:62).

As escassas elites, formadas pelo aparelho escolar colonial, em aliança com os missionários protestantes e católicos, se tornaram num elemento da consciência coletiva: “[...] *São estes angolanos que viriam a constituir a peça fundamental de todos os movimentos nacionalistas. Mergulhando as suas origens nas sanzalas ou nos musseques, foram eles que dinamizaram as massas populares durante a guerra de libertação*”.³⁹

Mas, em Angola, a luta pela independência significou, segundo Maria da Conceição Neto, por um lado, a guerra, e por outro, a clandestinidade e atividade diplomática (Neto, 2008:188).⁴⁰

A “branquização” frenética que se registou em Angola, nas zonas do Norte, foi caracterizada pela ocupação de fazendas de café, que em tempos mais recuados foram retiradas aos negros. Os seus antigos proprietários refugiaram-se no Ex-Congo Belga, mormente na cidade de Leopoldville, o que permitiu àqueles refugiados efetuarem vagas de contestação à colonização portuguesa ou, por vezes, tal contestação era assumida por dirigentes da UPA. Essa contestação levou a que, na opinião de Isabel Castro Henriques, brancos e negros vivessem de costas voltadas, ou seja, viviam com medo uns dos outros,

³⁹ Sobre o nacionalismo angolano, Cf. Silveira, Anabela, *Dos Nacionalismos à Guerra. Os movimentos de libertação angolanos- 1945-1965*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento), Porto, 2011, pp. 186 e ss.

⁴⁰ A 15 de março de 1961, no Norte de Angola, eclodiram os massacres praticados contra os europeus pela UPA, e que marcaram o início da Guerra Colonial, que teve o seu fim com a Revolução de 25 de abril de 1974. Para o efeito, veja-se também, Silveira, Ob. Cit., 2011:191; e Araújo, António, “Sanzala Mihinjo, abril de 1961” in *O Império Colonial em Questão: Poderes, Saberes e Instituições* (Org.), Miguel Bandeira Jerónimo Edições 70, Lisboa, pp. 37-57; Veja-se também, Cf. René Pélissier, *Apud* Maria Anabela Silveira, *Dos Nacionalismos à Guerra – Os Movimentos de Libertação Angolanos (1945-1965)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade da Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2011, pp. 187-188.

pelo que a coabitação se tornava impossível (Henriques, 1998:259).

Tabela 3 - Quadro Somático da População de Angola (1940-1965)

Anos	Branços	Mistos	Negros	Outos
1940	44.083	28.035	3.665.829	63
1950	78.826	29.648	4.036.687	105
1960	172.529	53.392	4.604,362	166

Fontes: Repartição de Estatística Geral. Censo Geral da População de Angola, entre 1940 e 1965.⁴¹

Ora, o caráter central da ideologia colonial, para Angola tinha como vetor fundamental a colonização branca. Por esse motivo, entre os anos de 1940 a 1960, o incremento de 128.446 indivíduos brancos (43,48%), e negros com crescimento de 938.533 indivíduos (7,6%). Paralelamente nesse período, verificou-se a diminuição dos casamentos mistos, embora se tenha registado o crescimento da natalidade de 25.357 indivíduos (22,9%), o que significa que, para o período em causa, houve uma significativa perda de influência dos negros.

Contudo, em 1930, com a publicação do Ato Colonial, foi desenvolvida uma nova conceção ideológica, a “Ideia de Império”, isto é, a constituição de uma unidade de engrandecimento político e moral de Portugal. Neste sentido, o Ato Colonial era uma peça jurídica fundamental nas relações com os indígenas, em relação aos quais Portugal sempre ambicionara estabelecer uma ampla relação e manter laços não igualitários, mas que fossem a extensão de um Portugal além-mar.

Mas a partir do ano de 1951, António de Oliveira Salazar apresentou, na

⁴¹ No quadro 3, no intervalo de 1940 a 1960, utilizou-se o conceito da composição racial do seguinte modo: Brancos, indivíduos cujos progenitores sejam ambos da raça branca; Negros, cujos progenitores sejam ambos negros; Mistos, para os indivíduos descendentes do cruzamento de pessoas de raças diferentes; Outros, para os indivíduos que não caibam nas classificações anteriores (Repartição de Estatística Geral – 3.º Recenseamento Geral da População, Base para a Recolha de Dados, 1.º Vol. 1960, p. 15. Para os anos de 1940 a 1950, verifica-se uma diminuição de mistos, devido à rarefação de casamentos. De igual modo, também se nota, de 1940 a 1960, uma diminuição da população negra, devido à provável emigração para o exterior de Angola.

Assembleia Nacional, uma proposta que revogava o Ato Colonial, passando os naturais das colónias a serem considerados “Assimilados”, passando a serem conhecidos pela designação de “Novos Assimilados”, que, devido à disputa pelo poder, depressa entraram em confronto com os “antigos Assimilados”.

Em 1953, a Carta do Império Colonial, vigente desde 1933, foi substituída pela Lei Orgânica do Ultramar Português, data a partir da qual as colónias passaram a ser designadas de “Ultramar Português” e passaram a ser dotadas de um estatuto de autonomia, mas sempre dependentes, política e economicamente, da Metrópole.

A política assimilacionista, conduzida pelo Estado Novo, levou a que os “antigos Assimilados” e os “Novos Assimilados”, que eram maioritariamente negros, mas que não tinham fluência na língua, adotaram uma aliança-quadro na luta contra a presença portuguesa em África.

Estes assimilados iriam criar as condições materiais para estabelecer uma relação identitária e de oposição ao regime colonial, em aliança com os missionários, como elemento da consciência coletiva.

Seriam os jovens, filhos de uma burguesia média alta, que viriam a engrossar o número de estudantes das universidades de Lisboa, Coimbra, e excecionalmente para a cidade do Porto, ou as universidades Metodistas no Brasil, Nigéria ou EUA.

Todavia, algumas franjas políticas da etnia dos Jingas, com conluio de pastores ou reverendos da Igreja Metodista, em Malanje, criaram conexões políticas e corredores de comunicação no eixo Malanje-Luanda e, por via desta, para Leopoldville e depois Acra (Ghana), por onde circulava propaganda política antiportuguesa.⁴²

Assim, conclui-se, que a Questão Colonial, foi uma realidade mitificada sobre um sistema político ditatorial económico e culturalmente atrasado. É uma história de exaltação do passado nacionalista.

O Acto Colonial foi um instrumento da legitimidade portuguesa, que tinha um alcance jurídico considerável, que substituiu a ordem interna reconhecida pelo Estado e constante nas disposições da Constituição de 1911.

Neste quadro jurídico o Estatuto Político e Civil dos Indígenas de Angola e

⁴² Sobre a presença de Holden Roberto em Acra, Cf. IAN/TT, AOS/CO/UL-38 A, Caixa n.º 834, Pasta 11.

Moçambique, vulgarmente conhecido pelo Estatuto do Indigenato, assegurava, aos indígenas os direitos naturais, a transformação dos seus usos e costumes, a valorização da sua atividade e à sua integração no tecido social da vida colonial. Porém, este regime perpetuava uma sociedade não igualitária e fortemente hierarquizada.

As correntes migratórias que se fizeram sentir no período de 1940 a 1960, foram uma a fuga do quotidiano violento das aldeias, dos bairros, dos musseques, do “trabalho forçado” ou “compelido”, à hierarquização social que se fazia sentir, em suma, era uma recusa à aculturação portuguesa.

Com o desaparecimento do indigenato, generalizou-se destribalização e, com isso, aquisição da cidadania.

A “Gente do Mato” passaram a ser apelidados de “Novos assimilados”, foi-lhes facultada a cidadania portuguesa. Era gente que tinha imigrado para os grandes centros urbanos. Populações ambiciosas que entraram em competição com os “Antigos Assimilados”, criando o espaço que lhes permitiu à ascensão ao poder.

A emigração europeia fazia-se sentir, entre a década de 1950 a 1960, com grande vigor, passando de 78.820 para 172.529 indivíduos. Este processo histórico, criou criaram condições materiais para a saída de jovens indígenas para o exterior do território, onde foram alimentar redes clientelares e de recrutamento dos emergentes movimentos de libertação.

Em suma, este capítulo tem como tema principal a colonização portuguesa em Angola e introduz formas explicativas para a compreensão da revolta da baixa de Kasanji.

Capítulo II

Algodão, Tradição e Resistência

*Naquela roça grande não têm chuva
É o suor do meu rosto que rega as plantações,
Naquela roça grande tem café maduro
E aquele vermelho-cereja
São gotas do meu sangue feito seiva.
O café vai ser torrado,
Pisado, torturado,
Vai ficar negro da cor do contratado*
[António Jacinto]⁴³

Em Angola, a República desenvolveu projetos coloniais da fase final da monarquia. Completou a conquista militar e transformou a maioria da população em “indígenas” através do Estatuto Criminal dos Indígenas de Angola, Moçambique e Guiné, promulgado pelo Estado Novo em 1933, que era ilegal e discriminatório. De fora, ficara a colónia de Cabo Verde, cujos habitantes iriam beneficiar do pleno estatuto de cidadania portuguesa. A generalização do “imposto de capitação” conhecido também pelo “imposto da cubata” ou “imposto indígena”, o avanço do caminho-de-ferro, a expansão da rede de estradas com recurso ao trabalho forçado ou compelido, muitas vezes de forma gratuita, a entrega, em regime de monopólio, à Companhia Geral dos Algodões de Angola, SARL, da exploração do algodão, expedientes que consolidaram a ocupação económica e política da região e, a valorização do papel das missões,.

Assim, Algodão, Tradição e Revolta é o roteiro deste capítulo, no qual se procura demonstrar qual foi o interesse de Portugal pela cultura do algodão, a tradição local e a resistência política das populações à política indígena, são fatores de análise.⁴⁴

⁴³ Jacinto, António, “Monangamba” in *Coletânea de Poemas*, Edição da Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, 1961, p. 45.

⁴⁴ Maria da Conceição Neto, «A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o «indigenato»», *Ler História* [Online], 59 | 2010, posto online no dia 26 janeiro 2016, [consultado no dia 12 junho, 2020.] URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1391>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1391>.

2.1. O Algodão em Angola

Em Angola, as primeiras tentativas para a exploração do algodão, em grande escala, iniciaram-se nos anos de 1830, perto de Moçâmedes, em São Nicolau e Carumjamba. Nesses anos, como resposta à crescente procura internacional, o governo colonial tentou estimular a sua cultura através da abolição de direitos alfandegários sobre as exportações. Todavia, a cultura do algodão absorvia grande quantidade de mão-de-obra compulsiva, (M´Bokolo, 2007, II: 332).

O distrito de Moçâmedes tornou-se, na época, num grande exportador de algodão, pois vendia cerca de 94% da produção das exportações de algodão de toda a província, tendo aumentado em cerca de 700% a sua produção entre 1861 e 1865, atingindo o seu máximo em 1874 (Dias, 1998: 451).

A plantação do algodão foi particularmente intensa na região do Dombe, onde, no princípio da década de 1860, se registaram cerca de quarenta plantações agrícolas, pertencentes a proprietários brasileiros, ligados ao comércio de Benguela e Catumbela. As dificuldades financeiras levaram, em poucos anos, à venda ou penhora da maior parte dessas fazendas mais pequenas, que acabaram por serem absorvidas por empreendimentos maiores.

Em 1861, em carta-relatório de Friedrich Martin Josef Welwitsch [1806-1872],⁴⁵ datada de 20 de agosto de 1861, para o Rei D. Pedro V e incitava-o a investir na cultura do algodão, em Angola, por supostamente ser uma planta arbustiva espontânea.

“[...]Como outra considerável vantagem que offerece o território angolense aos lavradores de algodão, deve ser lembrado que ali os algodoes, na maior parte dos sítios, não precisam de irrigações artificiais, circunstancia que simplifica e torna muito mais económico o grangeio d’elles; n’aquella zona equinocial acham-se as estações do anno de tal modo distribuídas que as chuvas da primavera, continuadas ou por vezes interrompidas, até o outono, provocam e promovem poderosamente a vegetação (o desenvolvimento) dos algodoeiros, enquanto a subsequente estação secca do inverno se torna mui própria e favoravel, á fructificação e colheita dos algodões; e efetivamente

⁴⁵ Veja-se anexo documental, cópia integral da cópia de Frederish Welwitsch, de 5 de outubro de 1861.

*encontrei, durante as minhas digressões em Angola, não poucas plantas de algodão em pequena e em maior escala, tanto no interior da provincia como nos districtos de Loanda e de Mossamedes, que sem terem jamais recebido rega artificial, todavia se achavam no mais florescente estado, resultado este tanto mais para admirar por ser bem sabido que a maior parte dos lavradores d'esta parte da Africa tropical até agora ainda não se lembraram de estrumar ou adubar as respectivas terras, nem mesmo para dedicar-lhes a atenção e o zêlo com que se alcançam tamanhos resultados em paizes menos favorecidos pelo clima.*⁴⁶

A flor do algodão, depois de cardada e manufaturada, permitia à indústria do têxtil fornecer tecidos que embelezavam o quotidiano feminino e, bem assim, os “cotins”, “gorgões” e as “popelinas” masculinas e o fabrico de cobertores, a “manta do preto”.

Em 1926, o Comandante João Belo, Ministro das Colónias, reformulou o comércio do algodão, pois decretou o regime de concessões e estipulou que os concessionários tinham o direito exclusivo da compra do algodão aos indígenas, a preços fixados pelo governo.⁴⁷

Nesse ano, após uma queda dos preços mínimos para a fibra produzida nas colónias e transportada, em barcos portugueses para a Metrópole. Nesse mesmo ano, em Angola, a exploração e comercialização do algodão foi outorgada em regime de monopólio à Cotonang, Companhia Geral dos Algodões de Angola, SARL (Dias, 1998:451).

Figura 1 Flor do Algodoeiro

Este era depois de colhido e transportado em navios portugueses para a Metrópole, onde ia alimentar a indústria do têxtil nacional e internacional.

Como a cultura do algodão exigia muita mão-de-obra compulsiva, os agricultores, exibiam expedientes para a recusa do mesmo. refugiavam-se nas suas velhas tradições ou na resistência para não o plantar. Quando estes argumentos eram alterados pela autoridade administrativa local, emigravam para os



países vizinhos, onde iam constituir grupos antiportugueses ou engrossar os movimentos

⁴⁶ Veja-se em anexo: Carta de Frederish Welwich de 5 de outubro de 1861, página 91.

⁴⁷ Sobre a campanha do fomento colonial, Cf. Relatório de Gilberto Cardoso Martins e Margarida Macedo, “Viagens de Estudo à Angola em 1939” in IAN/TT, AOS/CO/UL-8B, Caixa 724, Pasta 20.

de libertação então emergentes, como a UPNA ou o MPLA.⁴⁸

O algodão era uma planta arbustiva cultivada em todo o território de Angola pelos indígenas, que possuía na Baixa do Kasanji, excelentes condições para a sua plantação, em grande escala, e comercializado, a baixo custo, devido a mão-de-obra, abundante e barata. Os indígenas apresentavam-no, nos mercados dos distritos de Ambaca, Cazengo, Cambambe, Massangano, no eixo Malanje-Luanda, fiados, em rama, ou tecidos gossypinos, redes de tipoia ou tangas.

O cultivo do algodão era conhecido pelos indígenas da África Central desde os tempos remotos. Este, em língua nativa, ou seja, em Kimbundu, tinha o nome de “urugimba”, designação já encontrada pelos primeiros missionários que penetraram no hinterland de Malanje, há mais de um século.⁴⁹

Na Baixa do Kasanji, o vale do Kwango define uma fronteira natural e histórica confinante a leste com a Lunda, sendo uma região habitada há séculos pelas etnias Bondo e Bângalas, do grupo Ambundo, e pelos Bassuku, do grupo Kikongo (Freudenthal, 1995-1999:247).

A Baixa é uma região atravessada, desde o século XVII, por levadas de escravos, cujo tráfico era escoado em direção ao Atlântico e que contribuiu para que, nesse espaço de tempo, se registassem alterações sociais e políticas (Freudenthal, 1981: 247 e 255, nota 25). que é confinante a leste com a Lunda, sendo uma região habitada pelos povos Bôndo e Bângalas, do grupo etnolinguístico Kimbundu e pelos Bassukos do grupo Kikongo.

Assim, esta região de era constituída por uma depressão de cerca de 75.000 quilómetros quadrados, com uma altitude média de 600-700 metros, delimitada por escarpas, pontuada por alguns montes que não ultrapassam os 1200 metros. (Salazar, 1968:54).

A fauna é diversificada e é pautada pela existência de leões, leopardos, chitas e mabecos (que são os cães da pradaria), antílopes de pequeno porte (Bâmbi), esquilos, hipopótamos, gatos cervat, ursos formigueiros, búfalos e palancas, na variedade castanha e negra, hienas malhadas, macacos, porcos-espinhos e grande variedade de peixes, crocodilos e cobras (piton e surucucu africana), enfim, uma extensa variedade de animais.

⁴⁸ Sobre a História do algodão, Cf. Moçambique. Angola, Inspeção às zonas algodoeiras, IAN/TT, AOS/CO/UL-38 A, Caixa n.º 834, Pasta 6, 1961.

⁴⁹ Sobre a cultura do algodão, Cf. Ministério do Ultramar: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, Luanda, 1967, p. 5.

(Salazar, 1968:73).

A meteorologia é regular, com chuvas no período de sete meses e alimentam uma vegetação arbustiva de savana e, em certos casos, de “mata panda”. Portanto, a Baixa do Kasanji apresenta-se com diversas elevações “monte Bango e Papo e Cassala”, a partir do qual se destacam os “Cafefes”. Quando vista de Cabatuquila, a Baixa do Kasanji, na direção de Iongo, parecer-nos-á uma extensa planura a perder de vista, é habitada pelos povos chamados Bondos e Bangalas, descendentes dos Imbangala, que têm uma identidade comum, mas cujas deambulações são diferentes, (Salazar, 1968:51).

Em 1926, Portugal iniciou a cultura e a comercialização do algodão em escala industrial. Com isso, Portugal dava ao seu velho sonho centenário de constituir em Angola um projeto de desenvolvimento territorial (Alexandre, IV, 1998: 92).

Entre os anos de 1926 e 1937, sucessivos diplomas impuseram à indústria nacional a proibição de se importar algodão estrangeiro, a obrigatoriedade genérica de consumir algodão colonial, caro e de má qualidade, aos preços mínimos tabelados pela Comissão Reguladora do Comércio de Algodão, O trabalho compulsivo obrigava os indígenas a cultivar, em terrenos impróprios, e a vender toda a produção aquela empresa, em detrimento das culturas autóctones, cujas consequências foram a sua desnutrição, que causou o mal-estar do indígena provocou o êxodo de milhares de nativos (homens mulheres e crianças) para os territórios vizinhos nomeadamente para o Ex-Congo Belga, (Rosas, VII, 1994: 290).

Mas a cultura do algodão exigia imensa mão-de-obra e contribuiu para a separação entre a Sociedade Colonial e a Sociedade Colonizada. Sucedera-se as migrações de jovens que foram alimentar redes clientelares dos movimentos independentistas, então emergentes, (Henriques, 1998, V, 270).

2.2.A história de um léxico

A história da Baixa do Kasanji perde-se na noite dos tempos que são da história. Tudo se iniciou com atribuição do léxico “Kasanji” e com o aparecimento do famoso Kingùri, que se tornou o rei dos Imbangala.

A oralidade aponta para origem do léxico Kasanji, isto é, para o Estado Imbangala, para Quingùri, que segundo Isabel Castro Henriques, não é o nome de uma personagem, mas sim de um título político. Kingùri, nas suas deambulações, tinha partido da Lunda, com o séquito, para Oeste, em busca de minas de sal e, provavelmente, encontrar-se com os portugueses, de quem já tinha ouvido falar. Acabou por encontrá-los nos princípios do século XVII (Henriques 1997:157).



Figura 2 - Kingùri, fundador do reino de Kassanji, com símbolos reais: Coroa e manto.

Todavia, David Birmingham contrapõe esta datação, dizendo que estes já estariam em Angola desde o século XVI (Henriques, 1997:191). De um outro modo, “Kasanji” terá aparecido no primeiro quartel ou na primeira metade do século XVIII, com a entrada em Angola dos povos que vieram a formar as tribos Luena e Quioca.

Tivesse sido esse o motivo, ou não, na tradição oral consta que entre 1606-1609 ou 1630-1635, um chefe Lunda, de nome Tchinguri ou Tchinguri (Manassa 2014:23), ofereceu os seus serviços em Luanda ao Governador-geral de Angola, Manuel Cerveira Pereira ou Manuel Pereira Forjaz, isto é, entre os anos de 1606-1609 ou entre 1630 a 1635 (Manassa, 2014:27).

A tradição oral recolhida por Calder Miller, citado por Alberto de Oliveira Pinto revela que, os Imbangala eram um povo que descendia em linha reta de Kingùri. Miller afirma que os detentores do título “Kingùri” abandonaram o Império Lunda depois de terem adquirido “poderes sobrenaturais”, que foram transmitidos por Tsibinda Ilunga, caçador e personagem por quem Lueji, irmã de Kingùri, se tinha apaixonado. O mesmo autor considera que as fragmentações levadas a cabo no grupo de Kingùri foram efetuadas pela a ação dos “macotas”. Deste modo,

“[...]as tradições Imbangala posteriores ao início do século XVII, o arco mágico aparecerá várias vezes nas mãos de kulaxingo, o qual sucedeu ao título de Kingùri, os Imbangala fundariam o Estado de Kasanje, aproximadamente na década de 1620”, Pinto: 2015: 267-268)

Assim sendo, Kingùri terá fundado o Estado de Kasanji, primeiro sob a forma de Kilombo, já que o termo Kilombo (Kilombo do Kingùri), edificado na segunda metade do século XVII,⁵⁰ significava o acampamento de caravanas comerciais, ou seja, era um local destinado a agrupar, e a disciplinares guerreiros dispersos. Estes situavam-se a norte do rio Cuanza, isto é, nas preferias do Reino do Ndòngo de Ngola Kiluanji Sambà (Pinto, 2015:274). Mas quem foram os Imbangala?

Subsistem dúvidas sobre o termo “Imbangala, pois são povos de Angola que, de harmonia com a pauta étnica, pertencem a um extenso grupo de falantes do kimbundu⁵¹, ao qual pertencem os NGola ou Jingas, Bondos, Bângalas, Holos ou Maholos, Caro, Chinje, Minungos e Songos e que habitam a região de Kasanji, do distrito de Malanje. Todos estes povos têm digressões diferentes, pois entre eles não há uma identidade definida de usos e costumes, os primeiros são descendentes do antigo Império Jaga Muatiânvua, e os segundos de N’Gola Kiluanji Sambà; por esse motivo, consideram-se descendentes do Huamba até a região que hoje ocupam, (Salazar, 1968:75).

Os Imbangala têm por antepassados os Lundas do Mwata Ynvua e o famoso Quingúri, que após várias deambulações conduziu um grupo de Lundas à Baixa do Kassanji, já cruzados com os Quiçamas de Culaxingo, onde definitivamente se fixaram, cujo agregado inicial admitiu novos engrossamentos, primeiro com os Libolos e ainda com os Tupende, em parte escoraçados da área (Salazar, 1968, I:75).

A área habitada por estas populações está dividida em duas partes distintas: a da falésia, sobranceira a Kassanji, e uma outra, bastante mais extensa, mas que não é mais de que uma fração da Baixa do mesmo nome. O rio Kwango é o principal rio da rede hidrográfica local e que tem como tributários, diretos ou indiretos, o Lui e o Lohanda, ambos com curso geral sul-norte (Salazar, 1968, I, 9-11).

O reino do Kasanji ocupava uma superfície de cerca de 8.500 km², em uma região de baixa altitude, designada por “Baixa de Kasanji”, que era limitada a oeste pelas montanhas de Tala-Mungongo e as “terras de Songo Bondo”, a leste pela margem esquerda do rio Kwango e a Norte pela confluência deste rio com o Lui (Henriques, 1997: 195).

A soberania era tida pelo “Jaga”, termo que é uma autodenominação, ou um título nobre, ou seja, à semelhança do que aconteceu em relação aos títulos dos seus chefes, os

⁵⁰ Sobre a organização de M’Banza e Kilombo, Cf. Henriques, *Percursos da Modernidade em Angola – Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 548, 585-586.

⁵¹ Sobre a língua da Nação kimbundu, Cf. Parreira. Adriano, *Dicionário de Etnologia Angolana*, Luanda (Angola), Plural Editores e Porto Editora, 2013, p. 304.

chamados “Jagas”, pelo que se julga que essa terminologia foi atribuída pelos portugueses no século XVII.

Todavia, Joseph Calder Miller, citado por Alberto de Oliveira Pinto, afirma que foram os portugueses que atribuíram este título ao chefe Imbangala, tal como o seu reino, com o nome de “Kasanji”, em memória do título de Kasanji Kulashinge, que foi o nome do chefe Imbangala quando se verificou o primeiro encontro com os portugueses. Este chefe teria sido neto de Kingùri, que deu o seu nome ao jagado.⁵²

De um outro modo, Alberto de Oliveira Pinto indica que o termo Imbangala teve origem no facto de os próprios habitantes da região de Kasanji se autodenominarem Aquibangala. Mas Isabel Castro Henriques contrapõe esta afirmação e indica que os habitantes que prestavam serviço para os portugueses se autodenominavam de Imbangala, ou seja, eram os cobradores de impostos ao serviço das autoridades portuguesas, utilizavam um varapau em cujo extremo tinha a forma de bengala, dando origem a corruptela portuguesa Imbangala, pelo que era uma sociedade com uma estrutura piramidal, cuja base é constituída por comunidades aldeãs agrícolas, de linhagem matrilinear, que mantêm entre si relações diferentes: os rituais, meios de troca, circulação de criaturas de género feminino como resultado de uma origem ancestral comum (Henriques, 1998:413).

Assim o reino de Kasanji, era uma estrutura política fortemente centralizada, através de um aparelho administrativo, sob o controlo do Jaga e das três linhagens fundadoras que formam o grupo dirigente, ou seja, um triunvirato.

O Jaga tudo pode fazer, pois é reconhecido pela população como uma entidade sobrenatural e mágica, o garante da unidade, da ordem estabelecida, da riqueza e prestígio dos Imbangala, face a outras populações da região, o que não impedia a eclosão de conflitos entre o Jaga e os chefes de aldeias matrilineares, que procuravam obter benefícios, isto é, o apoio das populações, controlar o maior número de dependentes e romper os monopólios existentes ou até, eventualmente, corromper a autoridade dos “Jaga”, que eram formas de poder e aos olhos das populações, simbolizava e personificava essa guerra, a violência, a crueldade, mesmo quando era nele reconhecido o seu carácter mágico e as suas capacidades de bruxo”, (Henriques, 1998:413-421).

A sua base de poder estava assente sobre a guerra e no comércio, atividades que eram organizadas e monopolizadas pelo grupo dirigente do universo Imbangala, o que

⁵² Joseph Calder Miller Apud Isabel Castro Henriques, Ob. Cit., 1997. 191.

exigia uma atividade de guerra permanente para a captura de escravos, controlar o comércio interno e garantir o monopólio das relações com os portugueses.

Na versão de Cardonega, o rei de Kasanji, reconhecido como “Jaga”, tinha um comportamento imperial: vestia-se com finas sedas, era acompanhado por uma banda musical de marimbas e pelo sino de duplo cerimonial do Estado; viajava a cavalo ou de tipoia, rodeado por uma guarda de mosqueteiros (Birmingham, 1992:79).

A partir de 1850, com a imposição da soberania Portuguesa, verificou-se um lento desmoronar da autoridade africana, e concomitantemente o dismantelamento da unidade política de Kasanji que durante séculos desempenhou um importante papel de intermediário no comércio com os portugueses, (Henriques, 1997: 639).

O ano de 1860, foi assinalado por uma grande revolta dos Imbangala, que atingiu todo o sertão, que impediu os comerciantes portugueses de venderem as suas mercadorias, (Henriques, 1997:525).

A partir de 1862, o sistema comercial do hinterland de Kasanji, que se baseava na escravatura, foi alterado. Por decreto do Marquês de Sá da Bandeira, o comércio escravocrata ficava proibido. Mas houve portugueses como forma de enriquecimento rápido, ignoraram as leis provenientes de Portugal ou do Brasil e que continuaram a traficar, (Henriques, 1997:525).

A solução portuguesa para a guerra que se instalara no sertão, foi o abandono da feira de Kasanji. Em substituição, foi criada uma feira em Malanje, em 1867 O comércio que havia com os Imbangala foi, desviado para a cidade de Malanje, o que marcou o fim da hegemonia africana; do Estado do Imbangala.

. As grandes distâncias que as mercadorias tinham de percorrer, levadas pelos carregadores, a dificuldade da sua arregimentação, a autorização para a travessia dos territórios de potentados, as esperas intermináveis para negociar um dente de marfim, dificultavam o comércio português e criaram condições para a sua extinção. (Santos, 1989: 207-240).

A partir de 1867, verificaram-se modificações comerciais, tão ou mais importantes do que as relações étnicas ou clânicas, que tiveram como pano de fundo o recurso ao crédito, o que acelerou a passagem do comércio ilícito para o lícito e contribuiu para a decadência do poder do Jaga de Kasanji, (Henriques, 1989: 547).

Com a introdução das armas de fogo, segundo quartel do século XIX, o comércio de marfim substituiu o dos escravos, que se tornou instrumento de morte. Esta mudança

material pode ser explicadas pela presença comercial portuguesa que se foi alargando em detrimento do espaço africano, que se foi reduziu, cada vez mais, (Henriques, 1989: 547).

Quando se julgava que o estado Imbangala estaria comercialmente liquidado, no período de 1861-1862, ele renasceu: isolado, fechado sobre si próprio, caído no vazio, foi obrigado a reinventar-se. Os homens de negócios dos Imbangala penetraram profundamente no sertão, como forma de obterem produtos locais para comercializar, tornando-os produtores de mercadorias clássicas como a cera, a borracha e os escravos, que eram utilizados no comércio de longa distância. Segundo, Isabel Castro Henriques, os Imbangala passaram a organizar pequenas caravanas de troca comercial, com pequenas quantidades de produtos, que permitiam manter os mecanismos comerciais em funcionamento. Segundo Almeida e Sousa, (Cachimbinha) os caminhos para a europeização dos indígenas fizeram-se muito rapidamente:

“[...] O indígena quando se sentiu completamente vencido, com a implantação de uma “nova ordem”, este passou a olhar com desdém para os moços valentes, de sangue azul, que se arvoraram ainda em principais herdeiros, futuros reis, sem trono. Com a ocupação portuguesa, com os seus primeiros arrolamentos e procurando um processo de reconhecimento da população, fez com que se fracionasse ainda mais os restos dos grandes reinos em pequenos sobados ou grupos de sanzala. Se em alguns pontos desapareceram, por completo, o soba, noutros, até o patriarca ou o seculo, que sobreviveu sempre em toda Angola, também vai desaparecendo” (Sousa, 2008:16).

A demografia, já de si afetada pelo tráfico de escravos, pela doença do sono, foi ainda prejudicada pelo paludismo, que dizimou aldeias inteiras e tornou-se uma doença endêmica. A estas ocorrências, juntaram-se a consequência das transformações económicas e políticas que acompanharam a penetração do capitalismo em sociedades não baseadas no mercado, (Marques, 2016: 101).

O último passo em direção à evolução social, em África, surgiu quando no segundo quartel do século XX, uma pequena burguesia assimilada se assumiu como detentora de um nacionalismo africano ortodoxo e reclamou o fim da dominação colonial, a extinção do racismo, através do derrube do imperialismo, e a passagem para um estágio superior. Esse incipiente nacionalismo iria criar organizações de massa, lançando manifestações, boicotes e greves (M'Bokolo, 2007, II: 301-306).

Na transição para o século o século XX, o comportamento dos indígenas alterou-se, por via da literacia e da ação das missões cristãs, quer católica quer protestante que

promoveram a escrita, o que permitiu aos indígenas ler, interpretar e comentar textos bíblicos, como foi o caso do Reverendo da Igreja Metodista do Quéssua, Job Baltazar Diogo, que traduziu a Bíblia para o Kimbundu (Grassi, 2015:94).

Apropriação da caligrafia pelos indígenas angolanos fez-se a partir do século XVIII, quando Tchibinda Ilunga viajou da Luba para Lunda. A escrita começou por ser um meio usado para a Coroa portuguesa, ou seus delegados, para os contactos oficiais com os poderes africanos. Na sua origem entre os africanos, encontramos sempre os ministros da Igreja, missionários especialmente jesuítas. Encerrado o Convento de Santo Hilário, fundado pelo Jesuítas, em 1760, a transmissão do saber passou a fazer-se, de pais para filhos, ou de “professores comerciantes”, a quem os pais confiavam os seus filhos. A educação consistia em saber ler, escrever, e, em alguns casos, os jovens acompanhavam os professores nas atividades profissionais, ou seja, os jovens desfrutavam de um ensino informal, preservado no tempo como legado missionário.

Muito mais tarde, os chefes dos potentados passaram a mandar a educar os seus filhos. Assim, o comércio de longa distância foi o melhor veículo da expansão da escrita, uma vez que, funcionava com documentação escrita, (Santos, 1998: 469).

Em meados do século XIX, a monopolização da escrita verificou-se quando a palavra ou as decisões dos potentados passaram da palavra para a escrita, tornando normativo no funcionamento de algumas linhagens (Santos, 1998: 469).

Assim, surgiu a figura do Ambaquista, retratado no seu boi-cavalo, apetrechado com tinteiro, caneta, papel e mata-borrão, sempre pronto a escrever, em caligrafia gótica, formulários, requerimentos e consequentemente a prestação de serviços como secretários, conselheiros nas questões com as autoridades coloniais. Estes Ambaquistas, no primeiro quartel do século XX, aparecerão transfigurados na figura de advogado provisionário.

As missões católicas do Espírito Santo, em meados do século XIX, e, mais tarde, os protestantes descobriram a apetência dos locais pela escrita, rendibilizaram-na como “meio-civilizatório”. Este facto contribuiu para a emergência de uma pequena elite indígena, que no quotidiano faziam a comparação da evolução e do nível de vida das famílias europeias com as africanas e, passaram a olhar o colonizador de soslaio, como elemento exógeno, deslocado do seu ambiente.

A parte mais visível destas transformações, que não eram exclusivas de um potentado, estão encandiladas no Arquivo de Estado de Caculo Cahenda, (Tavares e Santos, 2001: 15).

Finalmente, a refletir as longas campanhas militares de imposição de soberania, a 24 de novembro de 1911, deu-se a ocupação de Kasanji pelo Exército português; no ato de rendição são entregues as insígnias do Estado Imbangala (Henriques, 1997:571).

2.3. Malanje: “cidade das pedras”.

As cidades coloniais foram caracterizadas por poderosos recursos de racialização e categorização que instituíam formas de cidadania desigual. São cidades dos impérios e das metrópoles que operam como centros de poder e de conexão de intrincadas redes de relações e de trocas, que está na base do sistema mundial vigente, também ele criado pelo colonialismo. Segundo Nuno Domingos e Elsa Peralta, as cidades coloniais constituem-se como centros administrativos e do poder colonial, (Domingos e Peralta, 2013: X).

Os centros de poder coloniais possuíam um largo número de colonos, com múltiplas atividades económicas e milhares de trabalhadores, lugares de revolta e de subversão, onde existia um quotidiano de desigualdade e de exclusão social. Malanje, tal como em outras cidades de Angola, não tinha qualquer excecionalidade para com os locais. Foi criada em 1852, quando Rodrigues da Graça, numa expedição que efetuou ao Noroeste de Angola e, tendo chegado às margens do rio Kadianga, depois de o atravessar, encontrou mulheres que na margem, esmagavam mandioca sobre as pedras. De seguida, o explorador perguntou-lhes o nome do rio que tinha acabado de atravessar. Dado que elas não compreendiam a língua portuguesa, julgaram que o forasteiro lhes tinha perguntado se “havia homens”, ao que estas prontamente responderam: “Ma-lanji Ngana” (São pedras, Senhor).⁵³

A construção de um forte defensivo em 1852, ocupado pelo exército português em 1857, antiga colónia penal com o nome de “Esperança”, encerrada em 1886, devido às agruras do clima, bem como à fraca qualidade de vida dada dos reclusos, depressa ganhou fama de local avesso à presença de europeus.

Com a revolta dos Imbangala, que colocou o sertão nordestino, a ferro e fogo e para proteção dos comerciantes portugueses, foi transferida em 1862, para Malanje, sede provisória do distrito da Lunda.

⁵³ Cf. <http://aeppea.worldpress.com/2011/03/03/a-provincia-de-Malanje/>, [Consultado em 06/06/2019]

Malanje, rica em belezas naturais e do seu subsolo, (diamantes e ferro) e comércio do algodão, mandioca e milho, produtos que enriqueceram o seu comércio, emergiu como grande entreposto comercial. (Bender, 2004: 149, nota 75).

O Censo Geral da População, elaborado no ano de 1960, indica que, na época, a cidade albergava uma população mista e urbana e rural, de cerca de 120.595 indivíduos, tendo em conta que, se considerava área urbana a que era habitada por populações com número igual ou superior a 2000 habitantes e rural, que residiam em núcleos com número igual ou inferior a 2000 habitantes, critério esse que foi utilizado pela Repartição de Estatística Geral no 3.º Recenseamento Geral da População de Angola.⁵⁴

A cidade de Malanje, cujas linhas divisórias da racialização da estrutura social cidade, estavam patentes na divisão do centro e periferia. O centro, local de residência do colonizador, zona nobre da cidade. Este construído com cimento. A periferia, que era africana mostrava a precariedade, construída segundo outras lógicas, com materiais, diferentes técnicas e materiais, recriações, com o predomínio do adobe, ou do colmo, (Henriques, 2013: 12-14).

Em bairros periféricos como a Carreira do Tiro, Kanâmbua, Ritondo, as casas construídas combinavam estruturas arquitetónicas africanas com as europeias, portas, janelas, telhados de duas águas, terraços, degraus e quintal de serventia, resquícios de antigos núcleos comerciais portugueses do final do século XIX, (Henriques, 2013: 12.14).

O constante vai-e-vem entre a cidade e o campo, permitiu o transporte de ideias e ensinamentos que chegaram às aldeias, atingindo, por sua vez, outras populações, que viriam a ser atraídas pela rede urbana, não pela dominação colonial, mas pela atração da novidade introduzida pelos portugueses, que constituiu estratégia africana de combate às políticas coloniais, apropriando-se das ferramentas da dominação, que no futuro, lhes permitiram competir com o colonizador, (Henriques, 2013: 12-14).

Personagem portuguesa mítica, depois de falecido, sua campa é velada, dia e noite, pelos indígenas da região. De nome, José Teixeira da Silva, sua história é sobejamente conhecida como também a alcunha, “José do Telhado”, pois fora militar famoso, tornara-se chefe de quadrilha mais famoso nas terras do Marão. Desterrado para Angola, para Colónia Penal “Esperança”, ficou conhecido por “roubar aos ricos para dar aos pobres”.

⁵⁴ Repartição de Estatística Geral – 3.º Recenseamento Geral da População de Angola da Direção dos Serviços de Economia e Estatística Geral, Luanda, 1961, p. 23.

Sua campã é velada com desvelo pelos locais.

Malanje, cidade e capital do distrito com o mesmo nome, é constituída pelos concelhos ou circunscrições administrativas de Bondo e Bângalas, Cacuso, Cambo, Duque de Bragança e Songo. Divide-se em três núcleos económicos: o planalto de Malanje, a Baixa do Kasanji e Luando; é uma zona mineira por excelência, com a produção de diamantes, calcário, urânio e fosfatos. De igual modo, é uma região agrícola, com as produções de algodão, mandioca (crueira), arroz, milho, batata doce, sorgo, amendoim, girassol, feijão, soja e hortícolas.

O domínio europeu exercia-se de forma dogmática, pois a oralidade fixa que os negros não podiam circular de noite, ao escurecer quando apanhados pelas rusgas policiais, suas cabeças rolavam como alimento dos geradores da Kapopa. Com um simples “boato”, o poder colonial conseguia que, a partir do lusco-fusco, a cidade tornava-se branca. Mas segundo René Pélissier, Malanje, na década de sessenta do século passado, transformar-se-ia num pequeno centro cultural, económico e religioso do distrito (Pélissier, 1997: 397).

O primeiro esboço desta linha férrea foi elaborado por Pompílio Pompeu do Carpo, em 1848, no qual se preconizava uma ligação de Luanda até Calumbo. Todavia, por falta de meios financeiros, o projeto não avançou. Seria o governador-geral José Baptista de Andrade que iria retomar o projeto em 1862, mas faleceu sem ter atingido o objetivo pretendido.

No ano de 1877, o então Ministro do Ultramar e Marinha, Andrade Corvo, iria determinar o reinício do projeto, levando o comboio de Luanda até a localidade de Lucala e, cinco anos depois, chegaria finalmente à Malanje.⁵⁵

⁵⁵ Cf. Caminho de Ferro de Luanda/Direção dos Caminhos de Ferro de Loanda, Loanda, Imprensa Nacional, 1909.

Figura 3 Mapa do distrito de Malanje



Mapa do distrito de Malanje 1 Distrito de Malanje

Em 1961, a cidade, albergava a seguinte população:

Tabela 4 - Quadro somático da população de Malanje

Raças	Branços	%	Mistos	%	Negros	%
1961	2.418	2	1.195	1	158.849	97

Fonte: Anuário estatístico, Repartição de Estatística Geral, Luanda, 1962.

Que mostra o predomínio da raça negra, que era católica romana, com 150.795 fiéis, em contraponto com os Protestantes, com cerca de 37.517 fiéis, (Tabela 4).

Em 1961, a cidade de Malanje era materialmente pobre, com dois estabelecimentos de ensino, uma escola de instrução primária – Vasco da Gama - frequentada por uma maioria de estudantes brancos e mistos, um externato de ensino secundário (Colégio Veríssimo Sarmento), frequentado por alunos da classe mais abastada e a Escola da Missão Metodista do Quéssua.

A cidade de Malanje, em 1961, sofrera enormes transformações: tornara-se uma

cidade moderna, cosmopolita, com alguns letrados aculturados. O antigo burgo alterara-se e metamorfoseara-se no espelho do distrito, ponto de encontro dos negociantes e de contrabandistas, (Balandier, 2013:7).

Em conclusão, em Angola, o algodão, textil muito apreciado pelos indígenas que o apresentavam nas feiras sob a configuração de artefacto. Depois de plantado, colhido e vendido à Cotonang, era por esta empresa transacionado internacionalmente. De geração espontânea, teve em Angola, no botânico Frederish Welwitch, o entusiasta e o impulsionador desta cultura

Em 1926, a produção e comercialização do algodão foi outorgada à Cotonang, empresa Luso-Belga, em regime de monopólio e, para a sua cultura, foi escolhida, entre outras, a Baixa do Kasanji. Esta respaldada pela autoridade administrativa, promoveu a arregimentação de mão de obra barata, a obrigatoriedade do trabalho compulsivo e plantações obrigatórias. De fora, ficavam as culturas autóctones, base da alimentação dos indígenas.

Capítulo III: As Mudanças Sociais e Culturais na Baixa do Kasanji, em 1961

[Estudo Comparado]

Vinham do Seles e do Amboím do Norte
Os homens brancos e negra cor
Que servem Portugal até à morte

Tomáz Vieira da Cruz⁵⁶

Nos estudos comparativos, há sempre à alusão a um padrão indicativo da mudança, às especificidades, em que se apoia na noção da diferença, pelo que neste estudo o referente é aculturação portuguesa. O comparativismo histórico é um modo de observar a história e à escolha do campo de observação são, no caso presente, Maholos e Jingas, o que não deixa de ser um desafio, uma vez que, tanto quanto se saiba, singularmente não foram, no tempo colonial, efetuados estudos históricos sociológicos sobre estas duas etnias.

Jingas e Maholos são duas etnias da Circunscrição Administrativa dos Bondos e Bângalas, que tiveram um papel preponderante na Revolta da Baixa do Kasanji. A primeira é majoritária e, a segunda é minoritária. Entre elas há semelhanças e diferenças na aculturação Portuguesa. A projeção das suas diferenças, fez cristalizarem-se, cada vez mais, em polos opostos: a primeira, os Jingas extrapolaram as suas fronteiras tribais e provocou modificações culturais, traduzidas em fator de mudança social e cultural. A segunda, os Maholos, ancoraram-se no seu passado tribal, com ligações transfronteiriças; e a segunda. Porquê?

Assim, neste capítulo, pretende-se comparar duas sociedades contemporâneas – Jingas e Maholos – que se configuram como o objeto de nosso estudo de conjunto, como unidade histórico-social, de espaço e temporalidades múltiplas e diferenciadas, que

⁵⁶ Cruz, Tomás Vieira da Cruz, “Romagem ao Quicombo” in *Quissanje*, Lisboa, Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 95.

requerem, no campo da investigação, um exercício de experimentação comparativa, plural, interdisciplinar, de longa duração. Os critérios comparativos foram estabelecidos em Marc Bloch e John Elliott, como as semelhanças e diferenças que ocorram nos ambientes em que tal fenómeno ocorra.

3.1. O Reino de Kasanji

Até ao final do século XIX, as mudanças culturais e sociais nos povos Bondos e Bângalas cristalizaram-se em redor da mudança das técnicas comerciais, com uma aliança tecida entre as autoridades civis e militares portuguesas que promoveram junto das indígenas carências materiais.

A escrita foi fator determinante na organização das relações internas e externas dos potentados e, elemento-chave da transformação social e cultural dos povos de Kasanji (Henriques, 1997: 640). A reconversão comercial abriu caminho ao domínio da região pelos Tchokwe ou Quiocos, que gerou novas dinâmicas comerciais (Henriques, 1997:639).

A destribalização no interior do território, fruto destas antinomias coloniais, levou para as cidades homens e mulheres, que transportavam sonhos e projetos individuais, e protagonizou a socialização das crianças e dos jovens. Estas migrações eram o fruto do trabalho compelido, culturas obrigatórias, queda nos preços do algodão e subalimentação.

A religião, da qual dependia a memória dos antepassados, provocou o reforço dos laços de parentesco, passando a família a dedicar mais atenção aos mais idosos e, com isso, tornou-se gerocêntrica, o que obrigou estas sociedades indígenas a regularem-se pelas práticas europeias. De fora ficava o direito costumeiro.

Deste modo, o sistema colonial gerou naturalmente antagonismos e comportamentos de conflito e desconfiança entre os portugueses e os angolanos, que contribuíram para tornar as relações entre estes dois grupos pródigas em desconfiança mútua e hostilidade.

Era uma relação de mútua desconfiança que durou anos: de um lado, combatentes mortos ou abatidos; do outro lado, em combates, do outro lado, os carregadores mortos de esgotamento, as aldeias dizimadas pela fome, pela doença ou pela miséria. (Henriques, 1997: 637-644).

Estas duas sociedades têm um passado comum, só os seus caminhos são diferentes, pois ambos fazem parte de outros subgrupos ou etnias: Angolas, Axiluanda, Bondos, Bângalas, Dembos, Libolos, Mahungos, Maxiluandas, N'Golas, Quissamas, Quibalas, Songos, que maioritariamente se concentram na Baixa do Kasanji. De acordo com José Redinha, Jingas e N'Golas ou Angolas pertencem ao mesmo subgrupo étnico, pois todos são descendentes do famoso Kingùri (Redinha, Pauta étnica, 1970).

As alterações sociais e culturais que se verificaram na Baixa do Kasanji, foram detetadas pelo Padre Espiritano José Torres Palma, que afirma que, em 1960, na margem esquerda do rio Kwango existiu um movimento de índole supersticiosa que penetrou em Malanje e influenciou a população africana de forma a promover a “resistência passiva” contra os brancos residentes da área.⁵⁷

Após a independência do Ex-Congo Belga, passou haver movimentações entre os Maholos da RDC e os Maholos da Baixa do Kasanji. Agitadores provenientes RDC, que se dizia pertencerem ao PSA ~~que~~ entraram em Angola por Marimba e Quivuange, passando próximo do Quela e estacionando sempre próximo das missões americanas, dirigindo-se para a área de Malang. Uns seguem para o Dondo, enquanto outros seguem para a Quiçama, Ambriz e Luanda. Propalavam os ideais do PSA e de Patrice Lumumba, também conhecidos pelos “Peças” (SCCIA, livro 203:135-138).⁵⁸

De facto, na Baixa do Kasanji, a partir de dezembro de 1960, foram observadas mudanças nos padrões de comportamento sociais e culturais dos indígenas. A 4 de janeiro de 1961, os trabalhadores do algodão deixaram de comparecer nas plantações e que os portugueses tratavam todas as senhoras nativas pelo nome de “Maria”, o que enfureceu os homens e os levou a esta revolta, que se convencionou chamar “A Guerra de Maria”.⁵⁹ nos dias que antecederam a revolta,

“[...] *“nos dias que precederam o morticínio no Norte, teriam aparecido panfletos incitando à rebelião”* (Cardoso, 2005:122). O que de facto terá ocorrido? Ou, para utilizar

⁵⁷ IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, Apontamento escrito pelo Padre Espiritano José Torres Palma da Missão Católica do Mussuco, (ofício n.º 2193/61-SR, de 10/05/1961), com o título “Movimento Religioso-Político na Margem Esquerda do Kwango, Posto de Milando”, Processo s/número, NT. 7965, fls. 275-279.

⁵⁸ Área de penetração da RDC para Angola, Cf. IANT/TT, Informação n.º 376/61-GU, de 25 de março de 1961 - *Movimentos Religioso-Político na margem esquerda do Kwango, Posto de Milando*, s/n, NT. 7965, fls. 273. Veja-se também, Cf. Informação n.º 375/81-GU, de 25/03/1961, AOS/CO/UL-32 A1, Caixa 704, Capilha, 1961.

⁵⁹ Sobre a revolta dos trabalhadores do algodão, Cf., “*Contributo para a História da Revolta da Baixa do Cassange*”, Luanda, 17 de abril de 2018, [Htt://dosQuiocosdesenvolturasedesacatos.blogspot.com/2018/04/contributos-para-historia-da-revolta-da.html](http://dosQuiocosdesenvolturasedesacatos.blogspot.com/2018/04/contributos-para-historia-da-revolta-da.html).

a expressão de George Balandier, tratou-se um “choque de civilizações” ou um “choque de raças”? (Balandier, 2014: 45).

A partir de 4 de janeiro de 1961, a revolta passou a ter um conteúdo distinto, ou seja, com provocação verbal, insultos, desafios, escárnio e ameaças. No fundo, a questão era a mesma: a recusa de cultivar o algodão, pois entendiam que a cultura do algodão era “[...] castigo *do governo*” e que o algodoeiro era uma planta “*que o branco criou para chatear o negro*” (Freudenthal, 2012:16).

Mas qual foi a razão dos Jingas aparecerem em 1961, comunizados com os Maholos, numa revolta que também ficou conhecida como sendo a dos “plantadores do algodão”? Que mudanças sociais e culturais terão acontecido para estes povos desafiassem a autoridade colonial? Resistência à aculturação portuguesa ou a exploração da miséria social, com o trabalho forçado e esquemas abusivos?

Ao longo desses anos, Jingas e Maholos já vinham manifestando protestos contra as desumanas condições a que estavam sujeitos como plantadores de algodão: atos de resistência, simulação e protesto e fuga para as matas ou, eventualmente, para o exterior do território. Quando os sobas Nganga-Muxica e Kivota de Milando foram interrogados, sobre os protestos da população, estes alegaram em sua defesa que já em 1957 tinham queixado e, em troca, começaram a receber represálias por parte da autoridade administrativa, o que os levou a argumentar que do outro lado da fronteira eram livres e, por esse motivo, escondiam-se no mato (Freudenthal, 1995-1999).

A Baixa do Kasanji alberga na época uma população cujo universo é de 425.000 almas, cuja distribuição é a seguinte:

Tabela 5- Quadro étnico da população da Circunscrição dos Bondos e Bângalas

Etnias	População	%
Tchokwe (Quiocos)	30.000	7
Ambacas	40.000	10
Songos	90.000	21

Angolas o u N’Golas	115.000	27
Jingas	150.000	35

Fonte: IAN/TT, SCCIA, livro 203, 1970:31

Estes povos estavam disseminados pelas povoações de Kia Mbamba e Quingombe⁶⁰, no Posto de Luremo, Circunscrição de Camaxilo, a sua organização política cristaliza-se em torno do soba Zovo, da região dos Mabetes, pertencente à tribo Lunda, que é casado segundo os usos e costumes com 13 mulheres, homem de grande prestígio local e cuja ação se estende até aos limites de N’Iofu, onde o seu irmão também é soba, (Corrêa, 1943:464; SCCIA, livro 203: 15).

Assim, Jingas e Maholos sofriam a influência de das igrejas Católica e Metodista, cuja liberdade de culto fora consignada no Acto Geral da Conferência de Berlim, realizada em S. German-en-Laye (10 de setembro de 1919), e por outro lado, pela Portaria n.º 2598, de 26 de março de 1938, foi instituído o princípio a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa.

Entre Jingas e Maholos há certamente semelhanças e as diferenças sociais, que tiveram como pano de fundo à ação missionária, que promoveu, entre outros, a aprendizagem da escrita portuguesa, (Quadro 5), ou seja, à aculturação portuguesa que se espelha na aquisição dos valores brancos, na alteridade vivida no vestuário, na língua, na alimentação, na prestação do serviço militar, nas práticas habitacionais, nos ideais maçónicos, que são elementos civilizacionais importantes, que colidia na prática com os seus “usos e costumes

A organização política e religiosa de ambas as etnias era comum, ou seja, ambas se apresentavam em linhagens, em torno de “Túlamba” e “Mbàanza”, enquanto que as restantes populações que habitam ao longo do rio Kwanza, do Oceano Atlântico (Abidi, Mutolo, Axiluanda, Mbaka e Ngola), estavam dispostas na forma de “*ílamba e Jísòba*”, modelos organizativos que se enquadram no chamado grupo étnico Ambundu ou Mbundu, tal como foi designado pela etnografia portuguesa. A figura do Kílamba e do sòbà são estruturas

⁶⁰ Veja-se Croquis da área da Circunscrição de Camaxilo in IAN/TT, SCCIA, Regedorias e suas autoridades...”, Livro 203, pp. 135-138.

políticas de coesão à volta da terra e da territorialidade (Coelho, 2003: 56-57).

A autoridade máxima da aldeia é o “Soba” ou “Sobeta”, designado por “Muinixe”, coadjuvado pelos “Makotas” no julgamento dos pleitos, e o local de residência é designado por “Banza”.

Os Maholos são povos que parecem ter instintos turbulentos, belicosos, guerreiros, chicaneiros. Mas têm uma particularidade: o gosto pelo canto, pela música, fazendo coros magníficos, com grande variedade de danças, que têm com base a distração, a festa ou até o caráter erótico ou ritual de iniciação, (Corrêa, 1943: 464).

Os Jingas, antigos guerreiros, transformados em agricultores do algodão, a constituição de uma elite letrada que passou a promover vingou a ideia do autonomismo, ou independentismo, ideias utópicas transmitidas através da banalização da escrita, como exemplo das ideias recuperadas do século XIX, reportadas pelo missionário americano Heli Chatelain como por exemplo, a oferta a colónia de Angola aos EUA,(Weeler, 2009:146).

3.2. Aculturação Portuguesa em Angola

Assim, as aculturações portuguesas, num quadro comparativo, entre Jingas e Maholos, verificaram-se em fatores distintivos:

Assim:

Tabela 6 - Quadro comparativo da aculturação sofrida entre as populações Bondo e Bângalas

Semelhanças	Diferenças
Ação missionária, com a banalização da escrita da língua portuguesa.	
Êxodo rural: interno e externo.	
Organização política e social	
Sociedades secretas: “Guerra de Maria” e	

os “Kuribekas”	
Prestação do serviço militar obrigatório que autonomizou populações indígenas	
	<p>Aculturação portuguesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vestuário do tipo europeu - Língua portuguesa - Mudança na estrutura da habitação; utilização de materiais de construção - Conexões políticas com as igrejas protestantes e com a cidade de Luanda e Ex-Leopoldville - Acesso ao Ensino Superior - Habitação.

Tabela elaborada pelo autor com base em estudos antropológicos de Joaquim Cunha Silva (*O Sistema Português de Política Indígena*), Virgílio Coelho (*As Representações Sobre a Terra, A Territorialidade, e os Cultos em Honra dos “Génios” da Natureza na História e na Cultura das Populações de Língua Kimbundu: Questões de Antropologia Histórica* in *Orações de Sapiência*) e George Balandier (*Sociologia da África Negra – Dinâmica das mudanças sociais na África Central*)

Esses fatores distintivos verificam-se com maior exuberância nos Jingas, que detêm a resistência política, a vontade de saber literário e um apurado sentido da descoberta do outro.

A aculturação foi também uma faca de dois gumes: por um lado, Portugal obrigava as missões religiosas a ensinar a língua portuguesa aos indígenas, fator que trazia benefícios para as populações, mas, por outro lado, abria as portas à emergência de um nacionalismo angolano. Todavia, aculturação teve a excepcionalidade da aristocracia do antigo Reino do Congo.

A aprendizagem da língua portuguesa, falada ou escrita permitiu aos indígenas adquirir hábitos de escrita e leitura; ao adquirir tais rotinas, o indígena abandonou os costumes do trabalho braçal e, com isso, perdeu as crenças tradicionais e, conseqüentemente, a inibição da disciplina tribal, pois, sendo letrado, deixou de acatar os seus usos e costumes. (De Grassi, 2015:94).

Ao longo da década, de mil novecentos e quarenta, ou cinquenta, houve alterações do paradigma missionário, segundo António Matos Ferreira, nas mudanças das estruturas sociais tradicionais, houve também um processo de conversão religiosa, pela emergência de formas sincréticas de religiosidade com o Tocoísmo⁶¹ ou o Kimbanguismo (Ferreira, 1998, V: 396).

Estas mudanças sociais promoveram a necessidade de formação de um clero negro, situação que concorreu para o aparecimento de elites locais, oriundas das Missões Católica ou Protestante, que perspectivavam e alimentavam todo um processo autonomista da indigenização e crescente territorialização das igrejas locais, (Ferreira 1998, V: 396).

O protestantismo penetrou em Angola no último quartel do século XIX, pela fronteira Norte, beneficiando das garantias de liberdade religiosa inscritas na Ata da Conferência de Berlim (1885) e no Ato de Bruxelas (1890), ambas ratificadas por Portugal com o Tratado Luso-Britânico (1891). A Baptist Missionary Society implantou-se no Norte, mormente em São Salvador do Congo, e tinha a sua ação junto de São Salvador do Congo, em Angola, e das cidades de Banana, Matadi e Leopoldville.

Nas suas diversas facetas, o protestantismo, atuou com maior eficácia no meio rural do que nos urbanos, pela simples razão de que no meio rural a catequese era mais eficiente para superar a resistência dos indígenas. Depois da catequização, a sua adesão fazia-se em número apreciável, pois, nos meios urbanos, os negros, já desenraizados, eram mais refratários à propaganda protestante. Mas, quando seduzidos, acabavam, muitas vezes, por assumir posições de relevo na hierarquia da Igreja (Gonçalves, 1960, II: 40).

O Metodismo, está dividido em dois ramos; o congregacionalista e o episcopal. Este dispunha de uma organização eclesiástica centralizada, que levava à humanização da sua clerezia, com uma relação com os fiéis do tipo horizontal, de forma a fazer passar mensagens teológicas simples.

Na região do centro, nos distritos de Malanje e da Lunda apareceu como a Igreja

⁶¹ Sobre o Tocoísmo, CF. IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, *Autos de Depoimento de Simão Gonçalves Toco*, Processo n.º 15.46.NT.2105, ofício n.º 7/950/2.ª secção, Secção de Noqui, de 12 de fevereiro de 1950, p. 424. Veja-se também IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, *Depoimento dos Tocoístas, Luyey Fernando, Bizi António, Dongola Filipe*, Processo n.º 15.46, Relatório de informação (PSP) n.º 1.105-55, Luanda, 5 de abril de 1955, p. 85. Veja-se também, CF. Ferreira, Cléria de Lourdes, *O Tocoísmo como Elemento da Identidade Angolana (1950-1965)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Letras de Lisboa, 2012.

Metodista Unida de Angola, fortemente Bispos, Reverendos e catequistas, apreenderam dialetos locais como forma de produzirem laços de fraternidade com as comunidades aldeãs. (Gonçalves, 1960, I:27-31).

Com o avanço da aculturação, a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Metodista passaram a produzir um discurso ambivalente e oposto: os primeiros, avocavam a corporização da sua vocação universal.⁶² Mas detinham imensas dificuldades materiais, uma impressionante pobreza, não tinham meios para honrar os acordos efetuados com o Estado, e dissertavam que ser-se Católico era como ser português, que levou as missões católicas a sobreporem-se à Igrejas Protestante. A sua crescente territorialização, promoveu a sua forte implantação territorial.

Porém, as missões católicas tinham no ensino público o seu calcanhar de Aquiles; pois havia diferenças, pois era um ensino exclusivamente literário – ler escrever e contar. O ensino prático, estava ausente; tinham oficinas e granjas agrícolas, cuja atividade era lucrativa e não pedagógica. A catequese era quase sempre dada por catequistas nativos sem qualquer preparação especial. Segundo Joaquim Silva Cunha, na maior parte dos casos, são os piores elementos da população nativa, porque se embriagam frequentemente, praticam distúrbios e se procuram valer da sua situação de catequistas para obter a impunidade.⁶³

Nos antípodas das missões católicas, situavam-se as missões metodistas. Com uma dinâmica interna diferente e impensável nas católicas. A educação, ocupava um lugar primordial, e tinha em linha de conta a importância e cautela que devia ser dada ao indígena, dando-lhes personalidade e a oportunidade de prolongar os estudos secundários, com atribuição de bolsas de estudo em escolas secundárias ou de Teologia, no exterior, como no Brasil, Nigéria, ou no EUA.⁶⁴ A título de exemplo: Emílio Júlio Miguel de Carvalho, Bispo da Igreja Metodista Unida, em declarações prestadas na sede da Subdelegação da PIDE, em Angola, afirmou que, em fevereiro de 1954, a Igreja Metodista Unida de Angola atribuiu-lhe uma bolsa de estudo para o exterior. Ausentou-se para o Brasil, instalando-se no Seminário Metodista, em São

⁶² Sobre “*Análise das Resoluções do Concílio Vaticano II (1965)*”, IAN/TT, AOS/CO/PC-81, Capilha 1, 2.^a Subd., doc. 2.

⁶³ Relatório apresentado pelo Professor da Antiga Escola Colonial, Joaquim Cunha Silva, ao Ministro do Ultramar sobre “*Os Principais Problemas da Política Indígena de Portugal em Angola*”, [S.I]: [s.n.], [195?]. - 114p.: Mapas, foto - Cota: CDI 10337s, Lisboa, s/data.

⁶⁴ Sobre a educação dos indígenas protestantes, Cf. IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, *Auto de declarações de Emílio Júlio Miguel de Carvalho, e outros*, Processo-Crime n.º 661/61, 315 fls.

Paulo, onde esteve até janeiro de 1959, data em que se transferiu para Evanston, Illinois, nos Estados Unidos da América, onde foi frequentar a escola de Teologia. Em edifício anexo funcionava o Departamento de Estudos Africanos, onde operava a Associação de Estudantes Africanos.

Nas prelações que se seguiram, era proposto aos estudantes a necessidade de libertar África do colonialismo e a promoção do desenvolvimento dos “Nacionalismos Africanos” nos diferentes territórios de África, com vista à sua independência e, consequentemente, à expulsão dos europeus. Acabados os seus estudos, Emílio de Carvalho regressou a Angola em julho de 1960, para dar continuidade ao seu magistério, mas a realidade da vida tornara-o num outro homem.⁶⁵

As Missões Protestantes tinham uma ação educativa que levava os estudantes a falarem corretamente o português. Eram alunos aprumados e disciplinados, com conhecimentos da História de Portugal, de Geografia, de Gramática e com hábitos europeizados, qualidades que influenciavam positivamente a opinião do meio rural.⁶⁶

Por esse motivo, a Igreja Metodista Unida de Angola, no final da década de cinquenta, criou uma enorme empatia junto da população indígena e tornou-se num elemento de prestígio, de referências, que no caminho da sua transição para o assimilacionismo iria desempenhar um papel importante, uma vez que estes elementos passaram a competir com as elites brancas, aparecendo sobretudo no papel de militantes nacionalistas, de líderes religiosos ou de estudantes em universidades portuguesas e que, posteriormente, viriam a encetar todo um processo de radicalização contra o regime colonial português.

Em regra, as aldeias protestantes pareciam ser as mais ricas, estáveis, higiénicas e organizadas, levando a opinião pública a ter uma opinião francamente positiva das mesmas (Soares, 1958:17).

Sobre os jovens formados nas igrejas protestantes pesava a acusação de que

⁶⁵ IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, auto de declarações de Emílio J.M. Carvalho, Processo n.º 617/61, NT. 515, 1.º Volume, p. 42 e ss. Veja-se também, Cf. Carvalho, Emílio J.M., *Depois do Temporal no Combate Prossegue (O Metodismo em Angola)*, Queluz, Igreja Metodista Unida em Angola, 1994. Veja-se também, Henderson, Lawrence W., *A Igreja em Angola, um rio com várias correntes*, Lisboa, Ed. Além-Mar.

⁶⁶ Soares, Amadeu de Castilho - «Bem-estar rural: aspectos sociais: relatório». *Missão para o Estudo da Atração das Grandes Cidades e do Bem-Estar Rural: relatório da campanha de 1957 (Angola)*. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1958, [62].

tinham sido desnacionalizados, uma vez que o ensino que era ministrado permitiu a muitos juvenis adquirir o diploma da quarta classe, documento que lhes permitia ter acesso a uma profissão técnico-profissional, como enfermeiro, professor de posto, padre, catequista ou motorista, conferindo ao africano a possibilidade de ascender ao estatuto social de “assimilado de facto” (Rocha, 2003:62).

Da missionação dos jovens estudantes Protestantes resultou que a Igreja Metodista Unida de Angola tivesse criado dois importantes complexos escolares: a da Missão Evangélica do Dondi e a Missão Evangélica do Quéssua, no distrito de Malanje, onde os jovens vão ocupar um lugar preponderante na formação missionária, visto que estas escolas privilegiavam a formação de leigos.⁶⁷ Júlio João Miguel, em declarações à PIDE/DGS, afirmou que a campanha educacional principiava-se pela instrução dos jovens a quem eram dados ensinamentos de natureza antipatriótica e de lealdade para com a Pátria portuguesa.⁶⁸ A solidariedade cristã não excluía certas preferências dos Baptistas, que trabalhavam dos dois lados da fronteira do Congo, que conheciam mal os Ambundos e deles desconfiavam, principalmente dos militantes do então emergente MPLA.⁶⁹

Nessa campanha educacional, muitos pastores, como Malcom McVeigh, J. Clifford Parson e David Grenfell, não se eximiram em denunciar ao mundo a virulência do sistema colonial português. Acusavam o regime colonial de prender e assassinar vários fiéis do protestantismo e de arrasar várias missões protestantes (Neto, 2006:7).

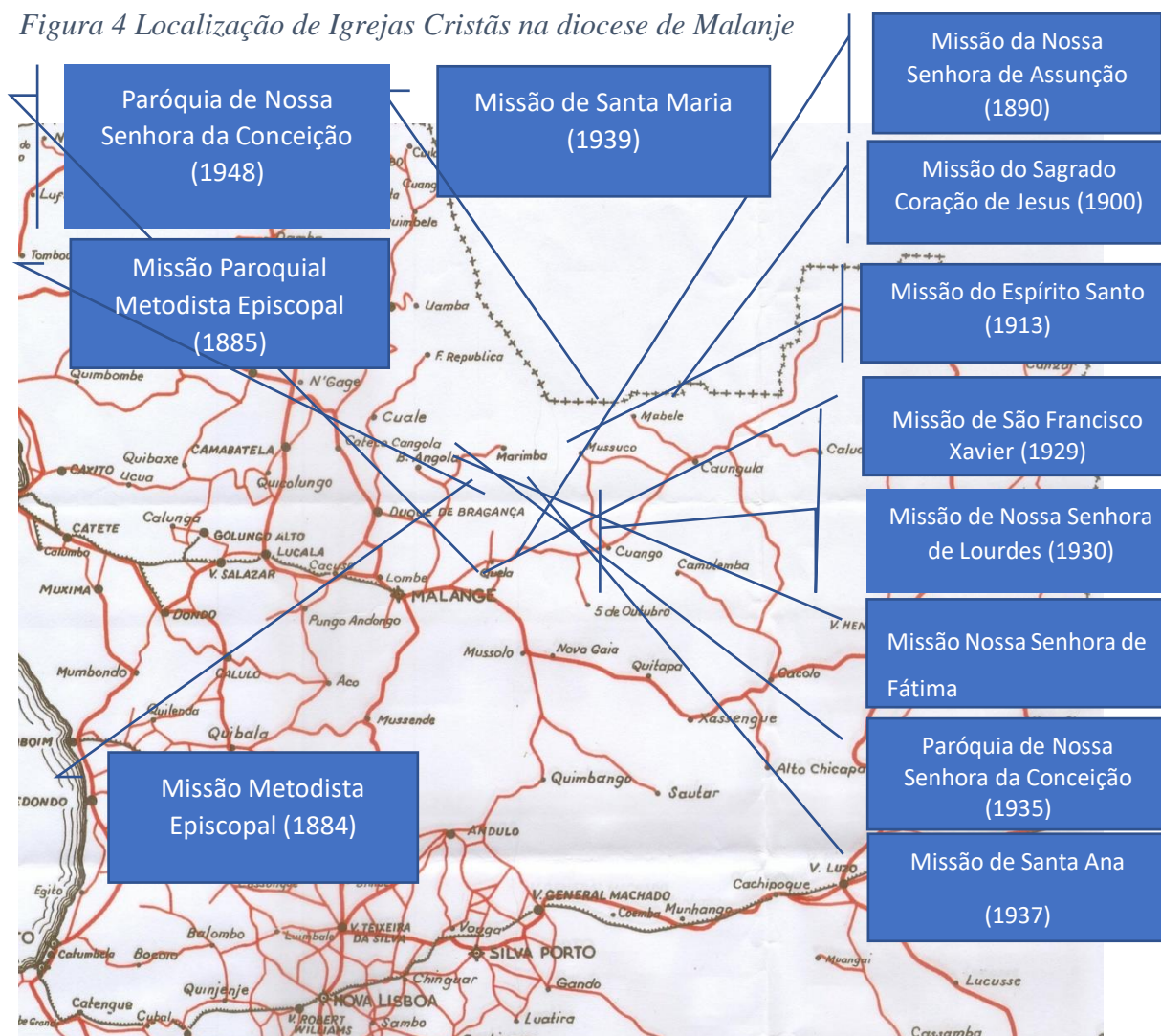
Na territorialização religiosa, o movimento religioso católico, entre os anos 1940 a 1960, é maioritariamente católico e dual, o que não deixa de ser um paradoxo, porquanto a igreja católica local é, naquele período, maioritariamente negra, com cerca de 299.647 fiéis, mas que sofria os efeitos da discriminação social do seu clero, (Tabela 4).

⁶⁷ Sobre a *Missão Evangélica do Quéssua*, Cf. IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, Proc.º Infº 13.08C, NT.1977, Vol. I e Vol. III.

⁶⁸ *Júlio João Miguel*, auto de declarações, IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, de Processo n.º 617/61, NT. 515, 1.º Volume, p. 39 e ss.

⁶⁹ Sobre “*Atividades das Missões Protestantes nos Territórios Ultramarinos*”, IAN/TT-AOS/PC-81, Capilha 1, 2.ª Subd., Caixa 652, doc. 52.

Figura 4 Localização de Igrejas Cristãs na diocese de Malanje



Fonte: Anuário Estatístico, Ano XVIII, Luanda, Imprensa nacional de Angola, 1952 a 1960.

Tabela 7 - Quadro comparativo da territorialização religiosa (1940-1960)

	1940	%	1950	%	1960	%
Católicos	68.177	23	80.675	27	150.795	50
Protestantes	10.186	15	22.413	33	35.795	52
Pagãos	365.281	37	358.481	36	263.429	27

Fonte: Atlas Missionário Português, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar – Centro de Estudos Histórico e Ultramarinos, Lisboa, 1964: 93-95.

Tabela 8 - Quadro do Movimento de fiéis católicos para o biénio de 1950-1951, no distrito de Malanje

Anos	Branços	Mistos	Negros
1950	1.986	1.1407	54.972
1951	2.222	1.4.60	57.565

Fonte: Anuário Estatístico, Ano XVIII (1950-1951), Luanda, Imprensa Nacional de Angola, 1952, pp. 234-237.

Entre os povos Bondo e Bângalas havia sociedades secretas que faziam parte do seu quotidiano e funcionavam do seguinte modo:

“[...] Encontram-se duas categorias dessas associações: uma que tinha por fim vingar-se de antigos ódios, utilizando o veneno. Outra, em que se vestiam de leões, leopardos, e assaltavam os transeuntes, fazendo-se passar por espíritos maléficos.” (Milheiros, 1948:23).

Contudo, Maholos e Jingas possuíam relações com associações secretas: os primeiros, na margem esquerda do rio Kwango, do Posto de Milando, que eram submetidos à ação dos “Songui” ou Pêsse” também conhecidos na RDC como “catequistas”, “professores”, ou simplesmente “catequistas-protestantes”.⁷⁰ Tivessem sido ou não estas seitas, a realidade é apontava para o mês de janeiro de 1961, segundo o testemunho do padre espiritano José Torres Palma, nascia na margem esquerda do rio Kwango, posto administrativo de Milando, uma seita profética-messiânica, de nome de “Maria”, designação que alguns académicos referem como associada à rainha dos Mussocos⁷¹, povos do grupo étnico Bacongo, que habitavam a raia fronteiriça com a RDC, chamada Maria Nguriacama, que se teria exilado para a RDC, e de onde emanava à obediência da filiação tribal.

Os emissários incitavam os indígenas portugueses a fazerem casas novas e acabar com as casas de capim. Dentro de cada casa só devia haver uma cama e cabaça de água;

⁷⁰ IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, Carta do Padre Espiritano José Torres Palma com o título *Movimento Político-Religioso na margem esquerda do Kwango, Posto de Milando*, s/nº., NT.7965, (Ofício n.º 2193/61-SR, de 10/05/1961), fls. 275-279.

⁷¹ Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, Angola, Missão Católica do Mussuco, P.Inf.13-10. A/4, NT.1979.

pratos, enxadas, catanas, facas, arames, cintos e cintas, espingardas, painéis, deviam ser colocados fora de quarto de dormir, ou seja, colocadas na cozinha ou fora de casa. A espingarda, que geralmente era de pistão, devia estar sempre descarregada, e durante a noite era proibido fumar.⁷²

Estas sociedades (Maholos e Jingas) tinham no seu interior relações com as sociedades secretas como os “*Kuribekas*” e com a “Guerra de Maria”, que eram fontes de poder e de organização política. Eram sociedades secretas de origem portuguesa, criadas em 1872, primeiro em Luanda e depois expandidas para outras regiões, como a Vila de Catumbela, Benguela, Huíla e Moçâmedes. Estas coletividades eram frequentadas por uma burguesia angolana, maioritariamente mestiça, como forma de desenvolver um conjunto de protestos e reivindicações económicas.⁷³

Ora, estas questões, já referidas, levam-nos a questionar como é que duas sociedades modernas - Jingas e Maholos - perdidas no tempo, produtos da industrialização, da divisão do trabalho e do capitalismo, recriaram formas de solidariedade equivalentes às relações outrora existentes em pequenas comunidades tradicionais?

Os povos Jingas contrariamente a dos Maholos, estiveram quase sempre em dissidência com os portugueses, divergências que, segundo René Pélissier, datam do ano de 1913 e reveladas quando, em 1961, os sobas, se recusaram a pagar o imposto de capitação. A este respeito, José Vunge, Regedor de Kunda Dya Base, e certamente um dos organizadores da revolta, afirmou:

” [...] Eles perguntaram: Soba Kunda, vai se apresentar?” E respondemos: “Ninguém vai se apresentar, já cumprimos muito. Desde os nossos bisavós, quando veio o colono, até agora, connosco. Estamos cansados. Sempre com o mesmo sofrimento. Hoje é o nosso tempo. Ninguém mais vai cumprir estes mandatos. Se morrermos, mais vale a pena morrer do que ficar na escravatura”, (ATD, 1961).

A importância financeira do distrito de Malanje nomeadamente da Circunscrição Administrativa dos Bondos e Bângalas, grande produtora de algodão, a violência colonial conduziu ao êxodo rural, correntes migratórias que se fixaram nas cidades de

⁷² IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, Carta do Padre Espiritano José Torres Palma com o título *Movimento Político-Religioso na margem esquerda do Kwango, Posto de Milando*, s/nº., NT.7965, (Ofício n.º 2193/61-SR, de 10/05/1961), fls. 275-279.

⁷³ Sobre associações secretas em Angola, Cf. Pimenta, Fernando, Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961), Coimbra, Edições Minerva, 2005, p.85.

Leopoldville, Matadi ou Boma, (Martins, 1961: 32).

Estas correntes migratórias, ajudaram a promover o afastamento, de Angola, de alguns milhares de indígenas, que se dirigiam para os territórios estrangeiros vizinhos (Congo Belga, Rodésia do Sul e União Sul Africana), que atingiram números elevados na Circunscrição de Camaxilo.⁷⁴

As razões destas deslocações prendiam-se com o agravamento das condições de trabalho e de vida e, bem assim, pela esperança de melhoria de vida e compreensão nos locais de destino:

“[...] Por vezes verificam-se deslocações de populações de uma circunscrição ou concelho para outra ou outro em que as populações têm esperanças de ser melhor compreendidas e tratadas. Esboçam-se também movimentos migratórios em função das condições de trabalho oferecidas e em que participa especialmente os nativos que são real e verdadeiramente trabalhadores voluntários. Porém, as emigrações internas que se fazem sentir mais intensamente e que mais problemas suscitam são as que se dão no sentido da concentração em torno dos grandes aglomerados urbanos de europeus. Na verdade, desenham-se em toda a Província correntes migratórias que se dirigem opara os grandes núcleos urbanos que conduzem à formação em torno destes grandes aglomerados de nativos criando problemas de alojamento, de assistência médica e sanitária, de polícia de costumes e até de ordem pública” (Cunha, [195?]: 32-33).

Os migrantes estabelecem-se na periferia das grandes cidades, aglomerados populacionais, que incluem todos os elementos que vivem em torno da família nuclear e os grupos de convivência, a que Balandier chamou de “grupos de camaradas”, pois são o resultado de desajustamentos sociais provenientes da evolução social, (Monteiro, 1973: 2).

Estes aglomerados tornam-se em verdadeiros enclaves de revolta:

“[...] Eu vivia no Marçal e tinha como vizinhos alguns colegas, antigos companheiros meus na Escola de Enfermagem que, como eu, tinham regressado também do seu primeiro trabalho interior, e ainda outros amigos com os quais já havia o hábito de comentar as agruras dos angolanos, e os acontecimentos do dia-a-dia. Alguns desses comentários eram as notícias que nos chegavam ao nosso círculo de amigos, despertando

⁷⁴ IICT, [S.I]: [s.n.], [195?]. – 114 p.: Mapas, foto - Cota: CDI 10337s.

entusiásticas discussões tendo em atenção os assuntos neles contidos. Assim nasceu o embrião de um grupo de patriotas que, desde já, se propunha fazer também algo pela independência de Angola.” (Ventura, 2011:54).

As conotações políticas deram oportunidade aos povos da Baixa do Kasanji, nomeadamente de gerarem canais de comunicação no eixo Malanje e Luanda e, por via desta, com a cidade de Ex-Leopoldeville:

“[...] Ora, foi nessa ocasião que tomámos conhecimento da viagem do Mendes de Carvalho ao Congo (Leopoldeville). No seu regresso, todos nós ficamos ansiosos de saber novidades do Congo, pois na altura falava-se muito do Congo, que era um território colonizado pelos Belgas, tinha um sistema colonial diferente do nosso, existia camufladamente um apartheid mas existia, os negros não tinham a vigilância que era exercida sobre nós, tinham um melhor nível de vida em bairros, que os brancos nunca lá iam e com isso muito mais facilidades políticas, pois tinham as suas organizações políticas e económicas, tinham universidades, ao passo que aqui havia brancos a viverem nos musseques que nos vigiavam. Em suma, pretendíamos saber todas essas diferenças de vida e de estar entre lá e cá” (Chasse, 2012: 287-288).

Na verdade, a emigração rural também atingiu os mais jovens do sexo masculino, em idade púbere, que fugiam em direção aos grandes centros de emprego, fugas que tinham implicações no quotidiano dos agrupamentos das comunidades aldeãs, que lhes cria dificuldades e provavelmente a revolta (Balandier, 2013:43).

As más condições de trabalho dos indígenas na cultura do algodão irão provocar reações e contribuir para a propagação de doenças endémicas, que podem provocar a fuga dos indígenas para locais de difícil acesso, como as matas. De acordo com George Balandier, a fuga processava-se, na maioria das vezes, pela ação dos homens, que deixavam na aldeia mulheres e filhos, que só os tornaria a ver passados meses ou anos. Durante esse tempo, a mulher, isolada, tornava-se no objeto para manter relações adúlteras (Cunha, 195[?]: 56)

As transformações sucediam-se: prestação de serviço militar, na chamada “tropa indígena”, levava os nativos a adquirirem novos hábitos e conhecimentos, e sobretudo ao contacto com diferentes grupos étnicos. Os recrutas pertencentes à mesma etnia conviviam em camaratas que permitiam fazer-se acompanhar pela sua família.

As mudanças que, entretanto, ocorreram dentro do sistema militar, permitiram aos

militares passar a inserir-se no meio urbano e deixarem de serem acompanhados pela família. O militar passou a ter um outro convívio com outros grupos étnicos, com usos e costumes diferentes. Segundo Joaquim da Silva Cunha, estas mudanças permitiram-lhe ter de olhar criticamente sobre o Sistema Colonial e fazer comparações com o seu passado, com o modo de vida a que estava habituado e que tinha contribuído para o afastar da sua comunidade aldeã. (Cunha, 195[?]: 50-51).

O manejo das armas de fogo deu aos militares indígenas uma enorme autoestima, transformando-os em elementos de recrutamento pelos movimentos de libertação, então emergentes. Segundo Anabela Silveira, André Rosário Neto⁷⁵, ministro da Informação do GRAE, teria calculado que, em 1964, cerca de 50.000 angolanos teriam atravessado a fronteira do Kwango e engrossaram as fileiras dos ditos movimentos, número que parece ser exagerado, uma vez que no estudo demográfico atrás efetuado, entre os anos de 1940 a 1960, no distrito de Malanje, houve um crescimento da população em cerca de 8.150 indivíduos (Silveira, 2011: 186).

Mas, entre Maholos e Jingas, foram as práticas habitacionais que os diferenciou: “[...] De há uns anos a esta parte, vem-se notando, entre estas gentes [Jingas], uma geral tendência para o abandono das suas habitações nas ancestrais sanzalas, que pretendem trocar por casas construídas junto dos núcleos populacionais europeus. – É o início dum movimento, que se vai acentuando cada vez mais, para o abandono do povoamento rural e sua substituição por um movimento citadino incipiente. Esta tendência originou uma outra modificação na vida do africano: abandono da sua economia de tipo agrícola para passar ao a europeia, em Sanzalas concentradas, mas afastadas da autoridade gentílica, originou a necessidade de recorrer a chefes “gentílicos” eleitos por africanos nestas condições – os “patrões de sanzala” – que desempenham o papel da autoridade gentílica tradicional. Estes destribalizados acolhem-se então em casas de paredes de elevação de adobe e cobertura de capim, erguidas em locais previamente designadas pelas Autoridades Administrativas, por razões de ordem policial e de sanidade” (SCCIA, 1970:14-15).

A resistência anticolonial dos africanos foi rodeada de múltiplas formas os Cristãos podiam participar no aparelho político; os Protestantes eram repudiados.

⁷⁵ Sobre a personalidade de André Rosário Neto, Cf. IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, *Boletim Informativo da FNLA, n.º 11, de 1-15 de junho de 1964*, D. Inf. N.º 11-25 C/25. Veja-se também Maria Anabela Ferreira da Silveira, *Dos Nacismos à Guerra - Os movimentos de libertação angolanos – 1945-1965* (Dissertação de Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2011, p. 186.

Segundo Elikia M'Bokolo, a recusa ao sistema colonial passou pela passividade ou a fuga para o exterior como forma de afrontar “a lei dos brancos”, (M'Bokolo, 2007:457).

As transformações culturais e sociais concorreram para a emergência dos referentes étnicos: o traçado das fronteiras, a oposição à aculturação, o desejo de conservar ou de reencontrar marcos de origem, segundo M'Bokolo, levaram a que muitos africanos se voltassem para o seu grupo “de origem”, real ou conceptualizado (M'Bokolo, 2007, II: 528).

Deste modo, a língua portuguesa, escrita ou falada, era um vetor fundamental na comunicação no sistema colonial e de agregação aos usos e costumes portugueses, que foi olhada pelos Maholos como uma ameaça à sua identidade étnica.

Por esse motivo, os africanos deviam não só compreendê-la, como também saber utilizá-la, respeitando as normas da sintaxe lusa. De acordo com Edmundo Rocha, só cerca de 1% dos adultos e 1% das crianças africanas é que falavam corretamente o português. No espírito da Portugalização eram os funcionários administrativos que definiam a assimilação do africano, (Rocha, 2003:63).

Maholos e jingas, na defesa do seu património cultural, não ficaram imunes à aculturação portuguesa, quer nas práticas habitacionais, quer na aprendizagem da língua portuguesa. Esta ideia é também expressa pelo escritor angolano Eduardo Agualusa:

“[...] a língua portuguesa que no tempo colonial era falada e escrita por uma percentagem muito reduzida de angolanos, hoje, mais de metade dos jovens e crianças já só fala o português. Creio não existir em África nenhum outro exemplo de um idioma colonial que se tenha enraizado com tanto sucesso.” (Agualusa, jornal “O Expresso”, 1 de junho de 2019).

3.3. Os ideais Independentistas

O anticolonialismo compreende-se como uma busca das populações pelo fim da violência a que estão sujeitas no seu quotidiano e que tem como finalidade a conquista da independência política. É uma luta que permitia repensar as questões sobre a dignidade humana que eram ocultadas pelo regime colonial. Por esse motivo, o colonialismo foi encarado como uma história de cobiça, de terror e heroicidade, (Hoschild, 1999: 242).

A vontade de Holden Roberto ser entronizado como rei do Congo, levou-o às cavalitas do seu tio Manuel Barros Nekaka, Holden Roberto à Leopoldville. Para preparar à sua ascensão, seu tio Manuel Barros Nekaka internara-o na Escola Central Missionária BMS, onde coabitou com outros alunos, os chamados “evolués”, personalidades que iriam ocupar, em futuro próximo, cargos de direção no Ex-Congo Belga. Em 1951, Holden Roberto era funcionário do Ministério das Finanças da Bélgica, em Standleyville, na atualidade Kisangani, data em que regressou a Angola.

Para a entronização ao reino do Congo, havia vários candidatos, entre os quais Manuel Barros Nekaka, ou o seu sobrinho Holden Roberto. Porém, o eleito foi um candidato da simpatia da administração portuguesa, D. António III da Gama, católico do ramo Ki Nvuzi, (Pinto, 2016: 689).

Esta eleição, criou atritos entre os Bacongos e um enorme descontentamento, nomeadamente da NWIZAKO, que tinha ambições de exercer influência ou pretender exercê-la em Angola, pretendia um outro rei: culto e não submisso aos ditames portugueses. Era um velho problema, que agora ressurgia com mais força com a coroação do rei do Kongo, e que dividiu transversalmente a sua base social de apoio que era da etnia Baongo.

Em oposição à subida ao trono de Ntotila,⁷⁶ católico, Holden Roberto regressou novamente a Leopoldville, onde, juntamente com o seu tio, entraram em contato com o missionário protestante George M. Houser, dirigente do American Committee On Africa (ACOA). Em 1957, com apoio dos EUA e da ONU, Manuel Barros Nekaka e Edward Pinnok criaram a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), que, em 1958, que passou a ser presidida por Holden Roberto.

Sobre o futuro rei do Congo, seus apoiantes tinham duas concepções: de um lado, a vontade da restauração do antigo reino do Congo, ideia que era arcaica; e, a desejada vontade de que o futuro rei, fosse um homem culto e não uma marionete vergada aos imperativos dos portugueses. Portugal não ajudou a resolver o problema, antes o complicou, pois os Bacongos não se reviam no monarca que fora entronizado pelo governo colonial, com o cognome de D. Pedro VII, personalidade que já estivera presente na Exposição do Mundo Português, realizada em 1940 e, em 1959, já anquilosado, falecera. A revolta que sucedeu em 1961, não se cristalizou em redor somente da eleição do rei do Congo, pois há outros autores como os grevistas da Cotonang, membros de

⁷⁶ A expressão é de Alberto de Oliveira Pinto, História de Angola, 2016, p.690.

seitas religiosas como o Tocoísmo e o Kimbanguismo, administradores coloniais com perspectivas diferentes de controle. Segundo Alexander Keese, estes eventos emancipatórios não se explicam somente por razões étnicas, sindicalistas, partidárias ou pan-africanistas, é tudo muito mais complexo, tal como acontece na RDC, e que a sucessão do rei do Congo foi um dos motivos dos acontecimentos da Baixa do Kasanji, (Keese, 2004:).

Ora, é sob este pano de fundo que, algumas organizações políticas e religiosas no norte de Angola como o kimbanguismo, Associação dos Cidadãos do Zombo (Aliazo), NGWIZANI a Kongo (NGWIZAKO), Associação dos Povos de Origem Bacongo (N'TO Bako), solicitaram à restauração do antigo reino do Congo, convocando, para o efeito, a Reunião dos Chefes Tradicionais do Kongo (RCCKP), (Oliveira e Gabarra, 2019: 311).

Os Bacongos que residiam em Leopoldville, nos dias de hoje, Kinshasa viam em Holden Roberto o sucessor do Mani Congo. Com manifestações de rua, reivindicavam junto das autoridades portuguesas, mostravam o seu desagrado, e expressavam o seu azedume, em cartas enviadas para António de Oliveira Salazar, pela eleição do futuro rei.

Com a publicação pelo Professor Antoine Van Bilsen - Plano de 30 anos para a emancipação política de África Belga - provocou um enorme alarido político junto dos *évolués*”, (Gabarra, 2019:299)

Em julho de 1956 surgiu o manifesto “La Conscience Africane”, que havia já sido publicado em folha avulsa por Albert Nkuli, em 1953, e de onde terão surgido diferentes projetos emancipatórios – federalistas, centralistas e separatistas – que constituíam a representação de uma África fragmentada por disputas étnicas, que configuraram a instabilidade da conjuntura política do continente africano, que refluíu para a Baixa do Kasanji, em 1961, (Gabarra, 2019: 304)

Com o manifesto “La Conscience Africane” simplesmente os “*évolués*” reiteravam a necessidade de emancipação do território. Mas quem eram os “*évolués*”? Em português, significa indígena “evoluído”, ocidentalizados, educados em escolas missionárias e, na sua maioria, funcionários administrativos do governo colonial belga. Era uma elite letrada e burguesa, criada pela administração colonial belga como forma de recrutar quadros locais para administração pública. A maioria eram católica, monogâmicos e profundamente ocidentalizados. Residiam no Alto Congo e expressavam-se em Quicongo. Aos “*évolués*” o prolongamento da vida académica obrigava os alunos a deslocarem-se para a capital do território, Leopoldville. Em 1954, residiam cerca de 143

000 indivíduos maioritariamente na cidade de Leopoldville, na atualidade Kinshasa, (Gabarra, 2019:307).

Com abertura democrática, no território iriam surgir uma miríade de associações de caráter cultural, desportivas, etno-nacionalistas, religiosas e partidos políticos. Entre estes, no Bas Congo assomou em 1953, primeira associação de cunho cultural com o nome de Aliances des Bakongo (Abako); iriam surgir, mais tarde, outros partidos políticos, como MNC-Mouvement Nationaliste Congolaise, Parti Solidaire Africane, e a seita messiânicas como do Mucongo Simon Kimbangu, enunciado como o impulsionador do movimento *Libération de l'homme noir*. (Gabarra, 2019:307)

De igual modo, mas também de base étnica apareceria, em 1960, o Parti National Unifié, constituído pelos Bangalas da RDC. A sua criação tinha como ideal, o pan-africanismo, cuja finalidade era o de libertar África do colonialismo europeu e expulsar os seus autores, (Gabarra, 2019:302)

A Abako era uma associação cultural que procurava aglutinar os Bacongos residentes nas cidades de Leopoldville, Matadi, no Ex-Congo Belga e, de São Salvador do Congo, em Angola, que procurava as reminiscências dos Bacongos, do qual faziam parte Muxicongos, Mussorongos, Muzombos, Dembos e, Mucussos, a história e cultura Congo, ou Bantu-Kongos. Deles faziam parte os Muxicongos eram povos originários da margem esquerda do rio Zaire, ou Congo, (Gabarra, 2019: 310)

Este grupo a partir do século XIV, havia empurrado, submetido ou até eliminado os anteriores residentes Baiacas, Bassorongos, Bassongos, Bassucos, Bazongos e Pombos, todos falantes do quicongo", dialeto prevalente na cidade de Leopoldville e, dialeto oficial. Mais tarde, a lingala iria sobrepor-se, tornando-se na língua oficial de trabalho, (Gabarra, 2019: 311).

Com Joseph KasaVubu, ele próprio um “évolué”, em 1954, Abako apresentou um contramanifesto cujos subscritores manifestavam a sua preocupação na conservação da língua lingala, história, cultura e civilização Kongo. Para o efeito, preconizava a criação de um jornal “Kongo Dieto” endereçado a todos dialetos quicongo, incluindo “os irmãos de Angola”, a composição de um comité para a criação de uma biblioteca e a edição de um dicionário em dialeto “kikongo”, (Gabarra, 2019: 307).

Os subscritores do “Manifesto da Abako”, Floribert Mulopo, M. Edmond Kianza, Antoine Zuau, Louis Macaya, Pierre Nikanu e Emmanuel Zau, pediam o estímulo da escrita, da cultura e da história Congo:

“Manifeste de l’Abako / [...] Le Manifest contient uniquement nos idées – lisons-nous dans Conscience Africaine de septembre-octobre 1956 – telles que nous les avons mises au point des équipes de longues discussions. Ces idées expriment les aspirations et les sentiments les plus profonds des Congolais. L’enthousiasme unanime que le manifeste a suscité partout au Congo, prouve que nous avons dit tout haut ce que les Congolais pensent tout bas. Nous n’hésitions pas à affirmer qu’aucun Européen n’aurait été capable de rédiger ce manifeste à notre place. Il faut tre Congolais pour les exprimer avec précision” (Conscience Africaine n.º 2, septembre-octobre 1956, page 2).⁷⁷

Qual era a razão deste contramanifesto? Tudo leva a crer que as diferenças conceptuais, residiam no conteúdo identitário dos “évolués”, isto é, na sua ocidentalização, que era contestada pela Abako, na medida em que o nacionalismo anticolonial, tal como defende Partha Chatteraje citada por Sebastian Conrad, é alimentado pela oposição ao Ocidente. Neste sentido, propunha a criação de uma República do Kongo Central, que abrangia cinco regiões, a capital Leopoldville que albergava um conjunto significativo de povos Bacongos e Bangalas, Catarractes, Bas-Fleuve, Kwango e Kwivilu, independentes das restantes províncias da RDC (Conrad, 2019:315)

Mas a Abako também desejava reunir sob a mesma bandeira, a língua, a história Congo, que eram laços de pertença, do qual faziam parte os povos Bacongos de Angola. Nesta cruzada, pretendia respeitar as fronteiras coloniais tecidas durante a Conferência de Berlim, (1884-1885), cujos acordos asseguravam o comércio no rio e na bacia do Congo, e dava ao rei Leopoldo II da Bélgica, a primazia da gestão económica do Congo.

Na Conferência de Bruxelas, realizada em 1959, sobre o calendário emancipatório do Congo, que decorreram no “Table Ronde, “Abako solicitou a “emancipação imediata” do Congo. Tal reivindicação entusiasmou os seus apoiantes. Através das sonoridades da rádio ou das rumbas, “Independence Chá Chá”, a imprensa escrita que glorificava os seus heróis, como Patrice Lumumba, provocou determinante adesão popular, aos novos ventos, da história. Nesse sentido, convocou uma “plenária” para Leopoldville, que dia

⁷⁷ “O Manifesto contém apenas as nossas ideias – lemos na Consciência Africana setembro-outubro de 1956 – como temos desenvolvido, como uma equipe, depois de longas discussões. Essas ideias expressam as aspirações e sentimentos mais profundos dos congoleses. O entusiasmo unânime que o Manifesto tem gerado no Congo, prova o que nós dissemos em voz alta o que os congoleses estão pensando. Não hesito em dizer que nenhum europeu seria capaz de escrever este manifesto em nosso lugar. É preciso ser congolês para conhecer a fundo as ideias e sentimentos dos congoleses. É preciso ser congolês para expressá-los com precisão”, in Nascimento, Evelyn Rosa do, XXVIII Simpósio Nacional de História - O manifesto da ABAKO e o Movimento de Independência no Congo (RDC), 1956-1960, Florianópolis, 2015. Veja-se também Cf. (M’Bokolo, 2007, II:529).

antes, da sua realização, foi anulada pela administração colonial. Com anulação da “plenária”, turbas de apoiantes irromperam pela cidade, saqueando e importunando os europeus nomeadamente mulheres brancas, (Gabarra, 2019: 295).

Entre os apoiantes da Abako, estavam cerca de um milhar de residentes, que reivindicavam a sua angolanidade, mas que não sabiam falar a língua portuguesa. Estes foram detidos pelas Force Publique e expulsos para o país de origem, isto é para Angola, onde foram recebidos pelo governo colonial, da época, de braços abertos, grupo que ficou conhecido como “Os deslocados”, que foram divididos em dois grupos: “letrados” e “não letrados”. Os primeiros, foram encaminhados para Luanda; e os segundos pelo distrito do Uíge, pelas fazendas de café do Norte de Angola, onde se fazia sentir rarefação de mão-de-obra indígena, e ali iriam criar as condições necessárias para a ocorrência da rebelião do 15 de março de 1961, (Nunes, 2005: 65).

Entrementes, no decorrer da 1ª Conferência dos Povos Africanos, realizada em Acra, em 1958, Patrice Lumumba, Franz Fanon, Sékou Touré, Joseph N’Krumah, aconselharam Holden Roberto a não se envolver na questão da sucessão do rei do Congo, pois a questão em si, era um anacronismo tribal, dando a UPNA origem a União das Populações do Norte de Angola, (Silveira, 2011: 153).

No decurso do Conclave Africano, em Acra, a identidade étnica não deixou de ter um papel importante no jogo político regional e a UPNA num espaço de horas, foi transfigurada em União das Populações de Angola (UPA), (Gabarra, 2019: 312).

Os partidos políticos da RDC emergentes na região do Bas Congo, (Abako, PSA MNC) procuraram exportar para África a sua “revolução”, a que posteriormente a UPA a eles se juntou. Propalavam a necessidade de os países de África constituírem para o futuro uma base social letrada como forma de elaborações racionais, em detrimento da ideia de uma barbárie assente nos valores ancestrais atrasados, identificados com as crenças e costumes de certos povos. Nos dias que correm, é suposto ter havido uma ligação da Abako com o MAC, (Ofício nº. 51/960, de 16.MAI.1960, fls.1059/1061, in IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, MAC- Processo nº.2126/59, Cx.1, Silveira, 2011: 153).

Na extensa e permeável na linha de fronteira, que separava os Bangalas do Alto Congo com os Bângalas da Baixa do Kasanji nomeadamente Maholos e Jingas, raia que nunca tinha sido muito rígida nos anos agitados pelas lutas de independência, chegaram em dezembro de 1960, um conjunto de catequistas conhecidos pelos nomes de “Pesse”

ou “Peça”, em que apelavam aos Maholos ou Holos, à construção de novas habitações, medidas higiénicas:

“[...] fazerem casas novas; acabar com a casa de capim e dando vivas à “Lumumba” e a “KasaVubu” e pediam àqueles povos para não seguirem às leis portuguesas, por que havia o advento da chegada de um homem novo para África.”⁷⁸

O fato de Portugal ter descuidado a educação dos indígenas, pois esta era quase inexistente, pois o ensino reduzia-se ao missionário, católico ou protestante, tornava os indígenas mais permeáveis aos ideais provenientes da RDC. Com isso, não foram criados quadros administrativos intermédios e da administração colonial como professores, advogados ou médicos. A sua participação política era nula.

A administração colonial portuguesa não promoveu à assimilação económica dos povos que estavam sobre seu domínio, autorizou, ainda que informalmente, o trabalho forçado ou compelido com remunerações escassas ou impostas que tiveram reflexo no imposto de capitação.

Na “questão das terras”, fechou os olhos ao que constituiu um autêntico esbulho das propriedades dos indígenas e, sobretudo, alheou-se da formação de novas unidades políticas, consubstanciadas na tomada de consciência identitária dos “filhos da terra”, jovens atores políticos, oriundos de uma nova elite, formada em escolas e universidades de matriz europeia.

Assim, administração colonial Portuguesa abriu o caminho a antinomias que, por sua vez, geraram anticorpos configurados pelos “filhos da terra”, por sentirem a necessidade, tal como acontecera com os “évolués” na RDC, de em Angola, haver um processo emancipatório, (Gabarra, 2019: 300).

⁷⁸ Cf. IANT/TT, PIDE/DGS, Angola, Processo s/nº., NT. 7965 (Informação 2765/61-GU, de junho de 1960, Movimento Político-religioso na margem esquerda do Kwango, posto de Milando, fls.273. Veja-se também apontamento escrito pelo padre espiritano da Missão Católica do Mussuco, ofício nº. 2193/61-SR, de 10/05/1961, com o título Movimento Político-religioso na margem esquerda do rio Kwango, Posto de Milando, fls. 275-279. Cf. Neto, André Rosário, “A Guerra de Maria”, in jornal da UPA – A Voz da Revolução, nº. 1/66, p.9, IAN/TT, PIDE/DGS, Angola, Processo nº. 2126/59, UPA/FNLA, Cx. 1, fls.131-147, NT.2943-2946. Cf. IAN/TT, A “História de Maria” relatada pelo intérprete José Nunes Frade, Apontamento nº. 34, de Manuel Alfredo Morais Martins (Informação nº. 262/61-GU, de 7/03/1961), AOS/CO/UL-32 A2, Capilha 23.

No distrito de Malanje, os residentes apresentaram exposições em carta ao governador-geral, materializando o seus ~~os~~ queixumes; também em cartas-relatório para por via de Eleanor Roosevelt, e esposa do 32.º Presidente dos EUA, Franklín Roosevelt (1933-1945) e para o secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld elemento destacado do ACOA - American Committee on Africa).⁷⁹

Os portadores das missivas, Manuel da Costa N'kodo e Agostinho Mendes de Carvalho, enfermeiros e José Manuel Lisboa; faziam viagens intermitentes entre Luanda e Leopoldville e, entregavam-nas ao correligionário do ELA Armando Ferreira da Conceição, funcionário do Consulado Português, em Leopoldville, ou eventualmente a Edward Pinnok, que as reencaminhava para o American Committee on Africa (ACOA), (Chasse, 2012: 84-116).

Em uma dessas viagens, os objetivos foram diferentes:

*“[...] todos nós ficámos ansiosos de saber novidades do Congo, pois na altura falava-se muito do Congo que era um território colonizado pelos Belgas, tinha um sistema colonial diferente do nosso, mas camufladamente existia um apartheid, os negros não tinham a vigilância que era exercida sobre nós, tinham melhor nível de vida em bairros que os brancos nunca lá iam e com isso muito mais facilidades políticas e económicas; aqui havia brancos a viverem nos musseques como forma de nos controlarem, pois tinham as suas organizações políticas, tinham universidades. Em suma, pretendíamos saber todas essas diferenças de vida e de estar entre lá e cá.”*⁸⁰

A PIDE, a 29 de março de 1959, realizou intensas rusgas nas cidades de Luanda e Malanje e cortou rente todas as veleidades autonomistas do emergente movimento panfletário angolano:

“[...] caiu tudo. Nessa mesma noite prenderam os membros da outra associação [Associação Espalha Brasa], o Bengue e os outros. Alguém viu as prisões. De modo que foram a minha casa dizer que fulano fora preso. Passei a noite a avisar as pessoas... Saí de minha casa por volta da 1 hora da manhã, e ao passar de casa em casa, iam-me

79 Veja-se Anexos 2: Cópia da Carta dos aborígenes de Angola às Nações Unidas.

80 IAN/TT, PIDE/DGS-Angola, Auto de Perguntas efetuadas a Pascoal Gomes de Carvalho, in José Manuel Lisboa e Outros, Processo-crime n.º 41/60, Ca.91, fls.226/v.

dizendo: fulano está preso; fulano de tal já está preso]”⁸¹.

A administração colonial portuguesa, em 1961, foi completamente apanhada em contrapé, pelos acontecimentos de 1961, pois não teve em conta que desde 1953, em África nomeadamente no vizinho Ex-Congo Belga, já sopravam os novos “ventos da história”.

Em Malanje, em 1961, efetuaram-se as rusgas e prisões em massa: de noite, a cidade colonial tornava-se branca. Todos os negros suspeitos de pertencerem ao estarem ligados aos movimentos revolucionários, foram presas, ou simplesmente desapareceram.⁸²

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, nesse ano, discutia-se a “Questão de Angola”. nesse ano, os países africanos, como Argélia, Egipto, o Ex-Congo Belga, Ex-Congo Francês, Ghana, Guiné (Conacri) e outros, declaravam-se solidários com o drama do povo de Angola: *“Não se levanta aqui a questão de comunismo ou capitalismo. A questão reduz-se à fórmula mais simples de quais os países que têm suficiente interesse na humanidade para intervir e parar a carnificina em Angola”*⁸³

Por conseguinte, concluímos que as mudanças sociais e culturais aparecidas na Baixa do Kasanji, em 1961, tiveram, na oposição à aculturação portuguesa, na disseminação dos ideais pan-africanos, razões que promoveram alteridades culturais, sociais e de mentalidade dos autóctones e, sobretudo, favoreceu o começo premonitório do movimento emancipatório, de matriz étnica, que passou a regular o olhar dos “filhos da terra” sobre “o colono”.

Considerações Finais

A problemática que se coloca na presente Dissertação de Mestrado é analisar e

⁸¹ Carvalho, Agostinho Mendes de Entrevista a Dalila Cabrita Mateus in *Angola 61: Guerra Colonial. Causas e Consequências*, Lisboa, Texto Editora, pp. 13-14.

⁸² Cf. *Rosário Neto – Um Grande Protagonista da Guerra de Libertação de Angola*, Luanda, 2016, EAL-Edições de Angola

⁸³ Discurso de Joseph Nrumah feito perante o parlamento da República do Ghana, a 30 de maio de 1961, in “Pan-africanismo e Solidariedade com Angola”, ATD-, Associação TCHIVEKA de Documentação, Luanda, 2014, p.89

questionar as mudanças sociais e culturais que terão ocorrido no período entre 1940 e 1961, no seio dos povos Jingas e Maholos da Circunscrição Administrativa dos Bondos e Bângalas, tendo como pano de fundo a revolta da Baixa do Kasanji, em 1961. Para responder a esta questão, propusemo-nos a efetuar uma análise de todo o processo.

Para o efeito, foi elaborado um estudo assente em duas hipóteses. A primeira, era o de saber-se os efeitos ocorridos em Angola pela oposição à aculturação portuguesa. A segundo, que efeitos terá causado a independência da RDC junto dos povos de Angola nomeadamente dos territórios fronteiriços com a Baixa do Kasanji.

No Capítulo I, é abordada a legitimidade portuguesa sobre os territórios de África, nomeadamente sobre Angola, licitude avocada por Portugal desde 1492. Esta ação foi reforçada, a partir de 1926, pela retórica colonial e a fraseologia de “cinco séculos de colonização portuguesa”.

O Estado Novo serviu-se dos mitos fundadores que davam ao território português a continuidade, a integridade e local para a instalação de grupos de famílias portuguesas. A partir de 1930, com o Ato Colonial, regimento jurídico que permitia as autoridades portuguesas perpetuarem a manutenção das relações com as colónias, mas que criou maior desigualdade nos indígenas e potenciou a criação de uma sociedade colonial hierarquizada, desenvolvida em seis patamares, negro, fulo, mestiço, cabrito, branco de Angola e branco da Metrópole, diferenças que foram desenvolvidas ao longo do século XX.

A Questão Colonial” pautou-se pela discriminação social do africano, com práticas do trabalho forçado ou compelido, plantações obrigatórias, trabalho gratuito nas obras públicas, com a utilização de mulheres. A “portugalização” dos costumes promoveu a diferença entre brancos e africanos, que a estes levaria à perda da sua liberdade de viver.

No Capítulo II, revisitámos a história do léxico Kasanji, desde que Kingùri fundou o reino até ao seu apogeu, que ocorreu no segundo quartel do século XIX, com o fim das guerras de imposição de soberania, quando os territórios do antigo reino de Kasanji foram entregues à Administração Civil Portuguesa, com a designação de Circunscrição Administrativa dos Bondos e Bângalas.

No Capítulo III, é feita uma análise comparada entre duas sociedades – Jingas e Maholos - que, em 1961, apareceram comunadas na Revolta da Baixa do Kasanji. Sobre esta matéria, há plêiade de variáveis explicativas.

O estudo comparado permitiu analisar as diferenças e semelhanças entre estas duas sociedades, tendo como padrão à aculturação portuguesa, hipótese, a partir da qual, foram colocadas duas premissas de estudo: a primeira, saber que benefícios colheram às populações locais pela imposição da aculturação portuguesa. A segunda, o de saber se, a longa e permeável fronteira de Angola com a RDC, facilitou a influência política dos partidos políticos implantados na RDC nomeadamente no Bas Congo, Abako, MNC e PSA, junto das populações da Baixa do Kasanji.

Para administração colonial portuguesa era imperativo que a concessão do alvará de cidadania, de larga subjetividade, identificasse os requerentes de cidadania, que eram negros, ou deles descendentes que pela sua ilustração, se distinguiam do comum de sua raça, ou seja, que tivessem o domínio da língua portuguesa, comportamento europeu, no calçar, vestir e pentear. Por esse motivo, o indígena não tinha autenticidade africana, (Pereira, 2002:54).

As crianças da Baixa, em idade de brincadeira, eram obrigadas a seguir os seus pais no esforço diário dos arranjos dos campos do algodão, nas “tongas”,⁸⁴ ou no arranjo de estradas. Por esse motivo, não frequentavam escolas, não sabiam falar a língua portuguesa, e, para eles, Portugal era uma entidade abstrata, de que nada sabiam e tal como acontecia com os seus progenitores, nasciam e morriam analfabetas. Como afirma Maria da Conceição Neto, “Era uma escravidão sem fim”.⁸⁵ (Neto, 2018).

Nas tentativas da aculturação portuguesa, os chefes de posto, os comerciantes do mato, os soldados e os agricultores não tinham qualquer interesse na implementação de fatores de na assimilação ou aculturação dos africanos; o que era importante era a coleta de impostos e recrutar mão-de-obra barata e impuseram uma “portugalização” vigorosa, que era apresentada como exemplo da “missão civilizadora”.

Assim, aculturação portuguesa gerou anticorpos sociais e potenciou as mudanças e culturais que ocorreram no período de 1940 a 1961. Cerca de 600.000 africanos migraram para as cidades de Leopoldville, Luanda ou Malanje, onde constituíram núcleos de atividades subversivas contra Portugal, ou engrossaram os emergentes movimentos emancipatórios de Angola, (Pereira, 2002:54).

⁸⁴ Trabalho forçado.

⁸⁵ Neto, Maria da Conceição, Seminário de Mestrado “As Marcas do Império”, FCSH/UNL, 2018.

Aculturação implicava a uma política de inclusão plena e, com isso, a liberdade, igualdade e fraternidade com os portugueses, o que não era viável, porquanto havia um imperialismo cultural triunfalista, que disseminava a ideia de que o indígena devia ser apartado da cidadania. De igual modo, também não havia vontade que a cultura portuguesa fosse transmitida aos africanos. Eram duas sociedades distintas: colonizadores e colonizados, viviam de costas voltadas.

“[...] Pouco aproveitamos da África e a África pouco aproveitou de nós. O povo português e o povo africano permaneceram desconhecidos um do outro: estrangeiros” (Bender, 2004: 357).

Nos interstícios da sociedade colonizada, ainda que ocultas, havia transformações sociais, culturais e políticas que produziam mudanças.⁸⁶ No emergente nacionalismo angolano, as conexões políticas foram eixos fundamentais para a eclosão do movimento panfletário, encorajados pela clerezia das Igrejas Protestantes, do ramo Baptista ou Metodista, cujos mediadores foram Ralph Edward Dodge, Curie Montero e William Sheimam, cujas relações se entrelaçavam com o American Committee On Africa (ACOA) e “La CIMADE”, organizações que permitiram a saída e apoio dos estudantes angolanos, de Lisboa.

As informações obtidas por essas redes políticas, eram enviadas para o ACOA que as reencaminhava para o corpo diplomáticos dos EUA, na Organização das Nações Unidas (ONU), o que permitiu formar naquele areópago um modelo crítico contra Portugal.⁸⁷

A questão de fundo que se equaciona, transversal ao presente estudo, é que o regime colonial português não assimilou, não integrou os indígenas nas suas estruturas sociais e diretivas e, ao invés, concorreu para o estabelecimento e institucionalização da segregação e hierarquização social, criando antinomias e anticorpos no seio da sociedade colonizada, que gerou anticorpos à aculturação Portuguesa.

⁸⁶ Cf. IAN/TT, Resumo da Evolução dos Acontecimentos em África – AOS/CO/UL-32B informação n.º. 1/NI, do Estado Maior do Exército, confidencial, 23 de janeiro de 1961; Informação em África n.º. 6/NI, do Estado Maior do Exército, reservado, de 10 de outubro de 1960.

⁸⁷ Veja-se Anexos, Carta do Povo Aborígene de Angola..., in História do MPLA, Luanda.

Deste modo, administração colonial portuguesa não teve em conta à assimilação económica, autorizou ainda que informalmente o trabalho forçado ou compelido com remunerações escassas ou impostas que tiveram reflexo no imposto de capitação.

Na “questão das terras”, fechou os olhos ao que constituiu um autêntico esbulho das propriedades dos indígenas e, sobretudo, alheou-se da formação de novas unidades políticas, consubstanciadas na tomada de consciência identitária dos “filhos da terra”, jovens atores políticos, oriundos de uma nova elite, formada em escolas e universidades de matriz europeia.

Por conseguinte, concluímos que as mudanças sociais e culturais aparecidas na Baixa do Kasanji, em 1961, tiveram, na oposição à aculturação portuguesa, na disseminação dos ideais pan-africanos, as razões que promoveram alteridades culturais, sociais e de mentalidade dos autóctones e, sobretudo, favoreceu o advento de um anticolonialismo de matriz étnica e nacionalista.

Esta nossa posição é suportada e consubstanciada pela análise, leitura, interpretação de fontes arquivísticas, impressas, orais e, bem assim, pela compilação de dados estatísticos.

Referências Bibliográficas

1.Fontes Arquivísticas

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo: Fundo documental da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-geral de Segurança:

-A Guerra de Maria, Proc. 2126/59, NT. 2943-2946.

-Autoridade administrativa do distrito de Malanje” - Processo Infº n.º 1448.D/2 – NT.2065.

-Associação Comercial de Malanje”, Processo n.º 14.47.A/7 – NT.2062.

-Campo de Trabalho do Cão Bom (Cabo Verde), Processo n.º 4 - NT.7.

-Ex-Congo Ex-Belga - Processo n.º 11.32.I, (702 fls).

Movimentos Político-religiosos na margem esquerda do Kwango, Posto de Milando, Carta do Padre Espiritano José Torres Palma, [s.n.] NT 7965 (ofício nº. 2193/61, SR, de 10/05/1961 da PIDE/DGS, fls.275-279.

-Comando de Operações Especiais - Processo s/n, NT-7477-CI (2), Pasta 22.

-Condições de Vida das Populações dos Musseques de Luanda, Processo n.º 14.13 A/4, (30 fls.).

-Conjuntura Angolana - Processo n.º 15.13.A/4, (42 fls.).

-Crenças Nacionalistas Angolana - Processo n.º 11.25.C/29, (1 fls).

-Francisco Holbeche Fino - Processo n.º SR 2835/61, NT.3423 (4 fls).

-Geraldo José Mendes de Carvalho - Processo PI n.º 259/61 – NT.501.

-Governo do Distrito de Malanje - Processo s/n NT. 7378.

-Governo do Distrito de Malanje - Processo n.º 17.04G – NT.2186.

-Job Baltazar Diogo - Processo n.º 617/61 – NT.515.

-José Bernardo Kiosa - Processo n.º 5443/58, NT. 2900.

-João Felizardo Muvimba - Processo n.º PI 228 – NT.7231.

- João Miguel de Carvalho Neto e outros - Processo-Crime n.º 617/61- NT.577.
- Jornal de Notícias de Malanje - António Torres de Carvalho, Processo PI. 80 – NT.2186.
- Movimento religioso-político na margem esquerda do Cuango, Posto de Milando, datado de 22/01/1961 (ofício n.º 2193/61-SR, de 10/05/1961; e n.º 68/61-GU, de 19/01/1961) - Processo s/nº. NT.7965, Pasta 14.
- Missão Católica dos Bângalas - Processo n.º 11751 – NT.7324.
- Missão Católica do Mussuco - Processo Infº. 13.10.A/4 – NT.1979.
- Organização Comunista Negra - Processo n.º SR 392/54.
- Partido Solidário Africano (PSA) - Processo n.º SR. 1905/6.
- Ralph Edward Dodge - Processo n.º 435 – NT.7022.
- Processo PI n.º 919 – NT7824;
- Processo PI n.º 4919 – NT.8146;
- Processo SR n.º 888/61 – NT.3082.
- Raymond Eaton Noah - Processo PI n.º 259/61 – NT.501.
- Região Militar de Angola - Processo n.º 11.04 (509 fls).
- Relatórios Secretos Mensais- Processo n.º 16.33.A/3 (98 fls).
- Relatório de Interpretação - Processo n.º 16.46A.
- Região Militar de Angola - Processo n.º 11.04 (509 fls).
- Rosário André da Conceição Neto:
 - Processo PI 286 – NT.6440;
 - Processo n.º 2126/59 – NT. 2943;
 - Processo n.º 27366 – NT.3875;
 - Processo n.º SR 1139/59 – NT.2924-2928;
 - Processo n.º CI (2) 6572 – NT.7443;
 - Processo PI 2942 – NT.7036;
 - Processo CV 2717 – NT.7036.

- Terrorismo, «Angola» - Processo n.º 2125, CI, (2) pasta 1 (589 fls).
- UPA-União das Populações de Angola, Proc. N.º 2126/59 – NT.2943-2946.
- Fundo documental do Arquivo António de Oliveira Salazar (AOS):
- Abako-Situação interna de Angola. Manifestações contra Portugal, AOS/CO/UL-32A 1, Cx.406, Capilha 7.
- Atividades da Abako, AOS/CO/UL, Cx. 406, Capilha 7.
- A História de Maria, relatada pelo intérprete José Nunes Frade, *in* Manuel Alfredo Morais Martins, Apontamento n.º 34 (Informação n.º 262/61-GU, de 7/03/1961, da PIDE/DGS) - AOS/CO/UL-32 A2, Capilha 23.
- Acontecimentos do Norte de Angola - AOS/CO/UL – 32B, Cx. 708, Capilha 40, 1961.
- Acontecimentos em África, AOS/CO/UL-32E, Cx. 70.
- Acontecimentos em África (1958-1967), Processo, AOS/CO/UL.32 A, Cx. 704, Capilha 3.
- Acontecimentos em África, AOS/CO/UL-32 A1.
- Agitação em África - AOS/CO/UL – 32E.
- Acusações dos missionários Batistas sobre atrocidades cometidas AOS/CO/PC, 1961.
- Angola: Incidentes na Baixa do Cassange: Manuel Alfredo Morais Martins: Apontamento n.º 34, de AOS/CO/UL-39, Cx. 835, Capilha 9.
- Alfredo Morais Martins - AOS/CO/UL-32 A2, Apontamento n.º 34.
- Carta do Major Hélio Esteves Felgas a informar que havia incitamentos à população feitos pela UPA para que os habitantes se rebelarem contra o governo português, AOS/CO/UL-32E, Capilha 1.
- Conferência de Imprensa realizada pelo Movimento de Libertação do Ultramar Português, em Londres. Transcrição de Reportagem, AOS/CO/UL-32C, Cx. 708, Capilha 9 (1960).
- Diário Salazar (1933-1968), Processo, AOS/1/57.
- Emancipação do indígena (Informações n.º 216/61-GU, 695/61-GU e 696/61-GU, PIDE). AOS/CO/UL – 32 A2, Pasta 8.
- Eleição do Rei do Congo, AOS/CO/UL-32 A1, Cx. 705, Capilha 18.
- Evolução dos Acontecimentos da Baixa do Cassange - AOS/CO/UL - 32 A2 (Informação

n.º 162/61-GU e 231/61-GU, de 28/02/1961, PIDE), 23 fls.

-Extrato de relatório apresentado na Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunes de 25 a 31 de janeiro de 1960, AOS/CO/UL-36, Capilha 9.

-Fiscalização de fronteiras (1960) - Processo, OS/CO/UL-32 A, Caixa 704, Capilha 16.

-Independência de Angola - Processo, AOS/CO/UL-32 A, Capilha 7, (Informação n.º 51/61-GU, 16/01/1961, PIDE [Digitalizado]).

-Incidente na Baixa do Kasanji, AOS/CO/UL-39, Cx. 835, Capilha 9.

-Indígena Rebelado, AOS/CO/UL – 40, N.º 16, Pasta 4.

-Início dos Acontecimentos na Circunscrição do Quelo, a 4 de janeiro de 1961 (Informação n.º 152/61-GU, PIDE) - AOS/CO/UL – 32 A2, Capilha 14.

Joaquim Moreira da Silva Cunha, Correspondência pessoal, IANTT, AOS/CP-088, Cx. 945-1.ª Parte; AOS/CP-089, Cx. -946, II Parte; AOS/CP-090, Caixa 947, III Parte.

-Ligações do grupo Delgado-Galvão aos movimentos de libertação de Angola e Moçambique AOS/CO/PC – 77, Pasta 199.

-Prisão do Padre Manuel Joaquim das Neves, em Angola, AOS/CO/UL-32C, Caixa 708, Capilha 53 – (1961).

-Processo dos Cinquenta – Processo, AOS/CO/UL – 32 A (51 fls.).

-Problema da mão-de-obra indígena: Parecer de Carlos Henriques Jonas da Silveira, AOS/CO/UL-62, Caixa 856, Capilha 25, de 21/03/1949.

-Angola. Situação Interna nas Propriedades da Companhia Geral dos Algodões de Angola. No Cuale-Massango e Quihungo, AOS/CO/UL-38 A, Cx. 834, Capilha 12.

-Política Ultramarina Portuguesa. Independências dos Territórios Ultramarinos Portugueses. Colonialismo e Anticolonialismo, AOS/CO/UL-38 A, Cx. 834, Capilha 7.

-Situação Política em Angola. Relatório da viagem à Angola de J. Rodrigues dos Santos, Cx.834, Capilha 8.

-Plano Mystérie, AOS/CO/UL-62, Caixa 856, Capilha 25.

-Relações de Angola com o Congo Ex-Belga – Processo, AOS/CO/UL – 32 A - Capilha 3.

-Relatório sobre atividades antiportuguesas no Congo Ex-Belga, elaborado pelo Major

Hélio Esteves Felgas – Processo, AOS/CO/UL-32 A, Capilha 13.

-Relação dos Acontecimentos do Catanga AOS/CO/UL-32B, Caixa 780 (Informação n.º 459/61-GU, de 7/04/61).

-Relações Angola-Congo- Incidentes na fronteira. (1960-1961) – Processo, AOS/CO/UL-32-A, Caixa 704, Capilha 4.

- Relatório do Coronel Fernando de Resende, AOS/CO/UL – 32E, Capilha 1.

-Reivindicações autonomistas por parte das associações comerciais de Angola AOS/CO/UL-40.

-Resistência contra Lumumba, (1960), AOS/NE-25.

-Reuniões do Conselho Ultramarino, AOS/CO/UL – 40, Pasta 16.

-Resumo dos Acontecimentos de África, de 10/10/1960 a 23/01/1961, com data de 23 de janeiro de 1961, elaborado pelo Major Francisco Maria Rocha Simões, AOS/CO/UL-32B, Cx. 707.

-Situação interna de Angola. Pedido de plenos poderes para o governo-geral AOS/CO/UL-39, Capilha 17 - 76, Pasta C.

-Situação em Malanje, Angola, Sublevação de Indígenas (Informação n.º 261/61-GU, de 27/02/1961), Posto de Luremo, Capilha 41.

-Situação em Milando, (Informação n.º 144/61-GU, da PIDE, AOS/CO/UL-32 A1.

-Situação política em Angola -AOS/CO/UL – 59, Pasta 3.

-Situação política em Angola - AOS/CO/PC – 77, Pasta 223 - (1961).

-Terrorismo em Angola, AOS/CO/UL – 30D, Pasta 1, 1961.

-Terrorismo em Angola – Carta de Ana Maria Corrente AOS/CO/UL-57, Capilha 41 –, com data de 03.MAI.1968.

Fundo documental SCCIA - Serviço de Coordenação, Centralização e Informações de Angola:

-Atividades do NTO-BAKO (DC), Processo de informação n.º 15, Caixa n.º 231, (1961-1963), 319 fls.

-Atividades do NTO-BAKO - Processo de informação n.º 21, Caixa n.º 233, (1961-1965),

151 fls.

-Campanha difamatória contra Portugal (DC), Processo de informação n.º 28, s/data, s/n.

-Estruturas Socioeconómicas em Angola, 1965, Processo n.º 277.

-A fixação de fronteiras em Angola, produzido por Luís de Matos, Informação n.º 204, Caixas 262, 9 folhas.

-Os Jingas da Baixa do Cassange - Relatório especial de informação sobre elementos da etnia Jinga, Liv. 190, produzido por Renato Perestrelo.

-Apontamento n.º 34, IAN/TT, PIDE/DGS, Angola, Manuel Morais Martins, 1961, p.39.

-Movimentos subversivos (DC, Processo de informação n.º 36, Caixa 235, 1969, 8 fls.

-MNC (L) – Movimento Nacional Congolês – Lumumba (DC), Processo de informação n.º 197, Caixa 261, 1971, 3 fls.

-Missões e missionários Baptistas (DC), Processo de informação n.º 220, Caixa 265, (1961-1962).

-Missões protestantes-I (DC) - Processo de informação n.º 24, Caixa n.º 234, 1962, 12 fls.

-Processo CI (2), Processo n.º 234, 1.º Volume.

-Regedorias e suas autoridades (LV), 1965, Distrito de Malanje.

-Plano de ação do Pan-africanismo contra Portugal, processo de informação n.º 16, s/data, 25.

-Relatório de informação n.º 12, Movimentos proféticos-messiânicos que penetraram em Angola – Kimbanguismo – (LV). Sumário de informações (SR), 1961-1961, 5 Caixas.

-Tocoísmo – Pareceres sobre proscrição (DC), Processo de informação n.º 200, Caixa n.º 261, 53 fls.

-Tocoísmo. Estudos sobre a seita (DC), Processo de informação n.º 201, Caixa 262, (1962-1966), 463 fls.

Fundo Documental Arquivo Marcelo Caetano:

Felgas, Hélio Esteves, Correspondência com Marcelo Caetano, Cx. 26, n.º 3, anexo 1.

Arquivo do Fundo documental do Ministério da Defesa:

Ações dos Flechas, Cx. 1802, Peça 2, Fundo SGDN (1970-1972).

Arquivo Histórico Ultramarino: Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar:

SR. 105 – Movimento de nativistas de Angola (1961-1966), T72.

SR. 135 – Relatório de governadores.

AHU/UM/GM/GNP/052/Caixa 3, João Pereira Neto: Apontamento n.º 265.

AHU/MU/GM/GNP/052/Caixa 3: Nomeação do Inspetor Superior Manuel Alfredo Morais Martins.

AHU/MU/GM/GNP/52, Caixa 3, Manuel Alfredo Morais Martins, “Apontamento n.º 14: Os Incidentes na Baixa do Cassange, n.º 14, de 30 de janeiro de 1961.

AHU/MU/GM/GNP/052, Caixa 3. Telles Grilo a Silva Santos, tenente em Sunginge. Regimento de Infantaria de Luanda. Terceira Companhia de Caçadores Especiais. Cópia do documento operacional. Operação Tigre (n.º 3/3CCE), 11/01/1961.

AHU/MU/GM/GNP/052, Caixa 3, PIDE, Informação. Baixa do Cassange (696/61).

-Considerações sobre a cultura algodoeira da Baixa do Cassange, Apontamento de João Baptista Pereira Neto, AHU/UM/GNP/18, Cx. 1, 1961.

-Incidentes na Baixa do Cassange – Relatório do Ministério do Ultramar – Gabinete dos Negócios Políticos, secreto, de 7/3/1961, fls.457-523.

Arquivo Marcelo Caetano (AMC):

-Inquéritos de Henrique Galvão, AMC, Caixa 8, Relatório n.º 1-2.

-Condições de trabalho dos indígenas das colónias portuguesas, AMC; Caixa 12, Presidente do Conselho, Ultramar, Relatório n.º 2º.

Fontes Estatísticas:

- Distribuição da população de Angola;
- Distribuição eleitoral de Angola;
- Distribuição dos produtores de algodão (Distrito de Malanje);
- Produção anual do algodão (Distrito de Malanje).

Fontes orais:

.

Entrevistas gravadas:

-Maria da Conceição Dias Jerónimo Boavida [*Américo Boavida: Tempo e Memória (1923-1968)*], Lisboa, editora Mercado de Letras, 2012.

-ATD (Associação Tchiweka de Documentação):

- José Vunge (Regedor de Kunda Dya Base);

-João Vunge (Regedor de Katala Kanjinga);

- Gaspar Kalunga Kazukama (Regedor de Kalueto Kambanje);

-José Kipungo (Bispo da Igreja Metodista);

-Mateus N’Gola Katungo (Soba);

-Buba Mvula Ndalamana (Rei -Kambombo).

Fontes impressas:

-Cartas:

Carta de Frederish Welwitsch, de 5 de outubro de 1861.

“Carta do Povo Aborígene de Angola dirigida às Nações Unidas, 1951” in *História do MPLA*, 1º. Volume (1940-1966), Centro de Investigação Histórico do MPLA, Luanda, 2008.

Mapas:

-Carta geográfica do Distrito de Malanje (Localização da Baixa do Kasanji).

Obras Gerais:

UNESCO para a redação da *História Geral de África*, Brasília, 2010.

-Martins, João Vicente, *Os Tutchokwe do Noroeste de Angola*, [Dissertação de doutoramento em Antropologia], Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

-Manaya, Judith, *Le Parti Communiste et la question coloniale, 1921-1974*, Bordeaux [Dissertação de Doutoramento em ciência política apresentada à Université Montesquieu-Bordeaux IV] 2004.

-*Ruralidade na Narrativa Angolana do Século XX – Elementos de Construção da Nação*. [Dissertação de doutoramento em Sociologia], Universidade da Beira Interior.

Salazar, Sigurd Von Willer, *Bondo e Bângalas: Subsídios etnográficos sobre 2 tribos*, [Dissertação de licenciatura], Lisboa, ISCSP, 2 volumes.

Bibliografia Geral

Adriano Sebastião, *Dos Campos de algodão aos dias de hoje*, Edição de autor, Luanda, 1993.

Andringa, Diana, “A Fuga dos Cem” in *As voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, edições Tinta da China, Lisboa, 2018.

Almeida, Manuel Carlos de Migrações *forçadas e dinâmicas demográficas – O Caso particular de Angola* -, Dissertação de doutoramento em Sociologia (Texto Policopiado), Lisboa.

Alexandre, Valentim, “O Nacionalismo Imperial e a Partilha de África (1875-1891), *História da Expansão Portuguesa*, (Dir.) Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, 1998, Círculo de Leitores, p. 133.

Alexandre, Valentim, “As Periferias da “Implosão do Império”, *A História da Expansão Portuguesa*, História da expansão portuguesa / Dir. Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri, Vol. IV, Lisboa Círculo de Leitores, 1998.

Alexandre, Valentim, *Contra o Vendo – Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Edição Círculo de Leitores, 2017.

Andrade, Mário Pinto de “Baixa do Cassange”: *Massacre*, Fundo documental de Mário Pinto de Andrade, Arquivo da Fundação Mário Soares, Pasta 04356.00/01o, Lisboa

Antunes, Freire, *A Guerra de África, 1961-1964*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 219-224.

Araújo, António, “Sanzala Mihinjo-abril de 1961” in *O Império Colonial em Questão. Poderes e Saberes e Instituições (sec. XIX-XX)*, Lisboa, edições 70, pp.37-57.

Barros, José D’Assunção Barros, *Revista de História Comparada*, vol. 1, n.º 1, Rio de Janeiro, 2007, pp. 1-30 [Consultado em 24/05/2019, em www.hcomparada.historia.ufrj.br]

Associação da Casa dos Estudantes do Império, número especial, (coord.) Aida

Freudenthal, P. Borges, Tomás Medeiros e H. Pedro, Lisboa, p. 13, 2000.

Balandier, George, *Sociologia da África Negra – Dinâmicas das Mudanças Sociais na África Central*, Luanda, Edições Pedago, 2014.

Balandier, George, *Sociologia das Brazzavilles Negras*, Luanda, Edições Pedago, 2013.

Balandier, George, *La Vie Quotidienne au royaume de Kongo du XVIe au XVIIIe siècles*, Paris, Hachefé, 1965.

Bender, 2004

Bittencourt, Marcelo, “A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas” in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 161-185.

Bittencourt, Marcelo, “Estamos Juntos!” O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974), Luanda, editora Kilombelombe, 2008, Vol. I e II.

Bittencourt, Marcelo, *Dos jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana*, Lisboa, Editora Vega, 1999.

Birmingham, David, *A África Central até 1870 – Zâmbia, Zaire e o Atlântico Sul*, Luanda, ENDIPUU VEE – Angola, 1972.

Birmingham, David, *Breve História da Angola Moderna (séc. XIX e XX)*, tradução de Rita Guerra de Carvalho, Lisboa, Editora Guerra e Paz, 2016.

Birmingham, David, *Portugal e África*, tradução e apresentação de Arlindo Barbeitos, 2.^a Ed., Lisboa, Edições Veja, 2010.

Boavida, Maria da Conceição Jerónimo Dias, “Entrevista” a Fernando Correia in *Américo Boavida. Tempo e Memória (1923-1968)*, Luanda, Edição Mercado de Letras, 2014.

Caminho de Ferro de Luanda, Direção dos Caminhos de Ferro de Luanda, Imprensa Nacional, 1909.

Cann, John, *Contrainsurreição em África – O modo português de fazer a guerra (1961-1974)*, Lisboa, Ed. Atena, 1998, pp. 40-41.

Capela, José, *O imposto da Palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas*

colónias, Porto, ed. Afrontamento, 1979.

Caetano, Marcelo, *Os Nativos na Economia Africana*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1954.

Carreira, António, *Carta Étnica de Angola* (esboço), notes ethnographiques de Mesquitela Lima, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1970.

Carneiro, António Soares, IAN/TT, Fundo documental António Soares Carneiro, “Correspondência” (1928-2010),

Clarence-Smith, William Gervase, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975*, Oxford Manchester University Press, 1985.

Coelho, Virgílio, “As Representações Sobre a Terra, A Territorialidade, e os Cultos em Honra dos “Génios” da Natureza na História e na Cultura das Populações de Língua Kimbundu: Questões de Antropologia Histórica” in *Orações de Sapiência*. Luanda, Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Universidade Agostinho Neto, edição Kulonga, Luanda, 2003, pp. 56-57.

Cooper, Frederick, *História de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização*, edições 70, 2016.

Conrad, Sebastian, *O que é a história global?* Lisboa, edições 70, 2019.

Chipenda, Daniel, “A Revolta do Leste” in José Freire Antunes (Org.), *A Guerra de África*, volume II, edições Círculo de Leitores, pp.845-852.

Costa, João Paulo Oliveira e, *História da Expansão e do Império Português*, Ed. A Esfera dos Livros, 2014.

Costa, João Paulo Oliveira, “A descolonização: contornos e dinâmicas internacionais” in Almeida, P. Cardoso (Coord.), *Descolonização IV. A solução*, Ed. Verso da História, 2015.

Cruz, Elisabeth da Conceição de Fátima Ceita Vera, *O Estatuto do Indigenato – O Indígena em Angola (NO) – A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa* (Dissertação de doutoramento), Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 129.

Cruz, Tomás Vieira da “Romagem ao Quicombo” in Quissanje, Lisboa, edições Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004, p.95.

Cunha, Joaquim Moreira da Silva, *O Sistema Português de Política Indígena*, Lisboa,

Agência Geral do Ultramar, 1952.

Cunha, Joaquim M. da Silva, IAN/TT, AOS/CP-088, Cx. 945 (I Parte), Fundo Documental Joaquim Moreira da Silva Cunha, “Correspondência Pessoal”, Lisboa.

Cunha, Joaquim M. da Silva, IAN/TT, AOS/CP-088, Cx. 945 (II Parte), Fundo Documental Joaquim Moreira da Silva Cunha, “Correspondência Pessoal”, Lisboa.

Cunha, Joaquim M. da Silva, IAN/TT, AOS/CP-088, Cx. 945 (III Parte), Fundo Documental Joaquim Moreira da Silva Cunha, “Correspondência Pessoal”, Lisboa.

Cunha, Joaquim M. da Silva, *O Trabalho Indígena: Estudo de Direito Colonial*, 2.^a Ed., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

Cunha, Joaquim Moreira da Silva, *Enquadramento social dos indígenas destribalizados*, Lisboa, Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, 11, n.º 5-6 (1952), pp. 12-30.

Curto Ramada (Org.), *Estudos sobre a Globalização*, Lisboa, 2016, Edições 70, Lisboa, p. 11.

Curto, Diogo Ramada (Dir.), “Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário”, in Curto, Diogo Ramada, Cruz, Bernardo Pinto da, Furtado, Teresa, *políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961*, Porto, Afrontamento, 2016, pp. 17-57.

Curto, Diogo Ramada (Dir.), “Terror e saberes coloniais: Os incidentes na Baixa de Cassanje”, Curto, Diogo Ramada, Cruz, Bernardo Pinto da, Furtado, Teresa, *políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961*, Porto, Afrontamento, 2016, pp. 151-188.

Chasse, Fernando Hedvigés, *O Processo dos Cinquenta. Tempo e Memória (1940-1962). Considerações Históricas*, Luanda, 2012.

Dias, Jorge, “Estruturas socioeconómicas em Angola. Curso de Extensão Universitária. Ano letivo de 1963-1964”, Lisboa, ISCSPU, s/d.

Dias, Jill, *O Império Africano (1825-1890)*, Vol. X, Nova História da Expansão Portuguesa (Coord.), in Nova História da Expansão Portuguesa (Dir.) Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Lisboa, vol. X, Editorial Estampa, 1998.

Dias, Gastão de Sousa, “Viagem que eu, Manuel Correia Leitão, sargento Mor dos moradores do distrito, fiz às demoras partes de Cassange e Olos, no anno de 1755 até o seguinte de 1756” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Vol. 56, n.º s 1-2 (1938), pp. 3-30.

Domingos, Nuno e Peralta, Elsa (Org.), “A cidade Colonial” in *Cidade e Império*.

- Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais, Lisboa, edições 70, 2013.
- Djaló, Tchernó, O Mestiço e o Poder. Identidades, Dominações e Resistências na Guiné, Lisboa, Edições Veja, 2012.
- Ervedosa J., *lês massacres de la Baixa de Cassanje*, *Africasia*, n.º 9, fevereiro de 1970, pp. 30-31.
- Elias, Norbert, *O Processo Civilizador*, 1.º Vol., Edição de Jorge Zahar, Lisboa, 1990.
- Elliot, John H., *National and Comparative History*, na *Inaugural Lecture*, Oxford: Claridon Press, 1991.
- Farinha, Luís, Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e Político: um estudo biográfico (1888-1970), Tese de doutoramento em História Política e Institucional (século XX), Lisboa [s.n.] 2003.
- Felgas, Hélio, “Responsabilidade dos grupos políticos angolanos do Congo Ex-Belga nos acontecimentos de Angola”, Lisboa, separata da *Revista Militar* (fascículo de julho de 1962), p. 44.
- Ferreira, Cléria Lourdes, O Tocoísmo como Elemento da Identidade Angolana (1950-1965), Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.
- Freire, José Antunes, “Depoimento de Daniel Chipenda” in *A Guerra de África*, II Volume, 1996.
- Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2010.
- Freudenthal, Aida Faria, “A Baixa de Cassanje: algodão e revolta”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 18-22, 1995-1999, Lisboa, pp. 245-283.
- Freudenthal, Aida, “Angola” in *o Império Africano*, António de Oliveira Marques e Joel Serrão (Coord.), A Nova História da Expansão Portuguesa, Lisboa, Editora Estampa, 2001.
- Freudenthal, Aida, “Janeiro de 1961: Revolta Camponesa na Baixa do Kassanji, in *As voltas do passado – A Guerra Colonial e as lutas de libertação*, Edição Tinta da China, Lisboa, 2018.
- Gabarra, Larissa Oliveira e, “Narrativas nacionalistas da República Democrática do Congo e as memórias Bakongo,” in *Lutas pela Memória de África*, Universidade Federal da Bahia, 2019, pp.291-321.

Galvão, Henrique, “Cartas”, IAN/TT, AMC, Ministério das Colónias, Junta de Exportação do Algodão, Cx. 28, 1944.

Gabarra, Larissa Oliveira e, “Narrativas nacionalistas da República Democrática do Congo e as memórias Bakongo” in *Lutas pela Memória em África*, Universidade de São Paulo.

História de Angola (4-9 de agosto de 1997), Luanda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 161-185.

Henriques, Isabel Castro, “A Sociedade Colonial em África. Ideologias, Hierarquias, quotidianos”, *História da Expansão Portuguesa – Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Coord.), Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. IV, 1998.

Heywood, Linda M., Nzinga de Angola – Rainha Guerreira de África, Lisboa, Casa das Letras, 2018, pp. 24-25.

Kamabaya, Moisés, André Rosário Neto, Um Grande Protagonista da Guerra de Libertação de Angola, Edições de Angola, Luanda, 2016.

Keese, Alexander, “Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política tradicional e religião na Baixa do Cassanje e no distrito do Congo (Angola), 1957-1961”, *África Studia*, n.º 7 (2004), pp. 247-276.

Jaguaribe, Helio, “A Globalização” in *Um Estudo Crítico da História*, São Paulo, 2001, Editorial Paz e Terra S.A., pp. 603-607.

Jaime, Drumon e Barber, Helder, Angola: *Depoimentos para a História Recente*, s/l, edição de autor, 2011.

Laban, Michele, Mário Pinto de Andrade: *Uma entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997, p. 35.

Leal, Francisco da Cunha Pinto Cunha, História do Conflito entre um Ministro das Finanças e um Governador do Banco de Angola.

“Kasanji nos meados do século XVIII (Relatório da viagem de Manuel Correia Leitão, 1755-1756” in *Boletim da Sociedade Geografia de Lisboa*, 56.^a Série, n.ºs 1-2, 1938, pp. 3-30.

Lopes, João Vieira, “Entrevista” a Fernando Correia in Américo Boavida. Tempo e

Memória (1923-1968), Luanda, 2014.

MBembe, Achille, *Crítica da razão negra*, Lisboa, Ed. Antígona, p. 299.

MBembe, Achille, *On the Postcolony*, Londres, Univerity of California Press.

Marcum, John, *the Angolan Revolution*, Cambridge, Mass.: The M. I. T. Press, 1969.

M'Bokolo, Elikia, *África Negra: História e Civilizações do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, Tomo I, Lisboa, Edições Vulgata, 2003.

M'Bokolo, Elikia, *África Negra: História e Civilizações do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, Tomo I, Lisboa, Edições Colibri, Tomo II, 2007.

M'Bokolo, Elikia, “A África Equatorial do Oeste” in *África desde 1935*, Comité Científico Internacional da UNESCO para a redação da História Geral de África, Brasília, 2010.

Mateus, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial*, Lisboa, Ed. Terramar, 2004.

Mateus, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus, *Angola 61. A guerra colonial: causas e consequências*, Texto Editora, Lisboa, 2011.

Mateus, Dalila Cabrita, “Conflitos sociais na base da eclosão das guerras coloniais”, Raquel Varela, Ricardo Noronha e Joana Dias Pereira (coord.), *Guerras e conflitos sociais em Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri/Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 179-188.

Messiant, Christine, “Luanda (1945-1961): Colonisés, Société Coloniale et Engagement Nationalist “in Michel Caen (Org), Vilas, Bourgs en Afrique Lusotophie, Paris: Laboratoire Tiers-Monde/Afrique, 1989.

Messiant, Christine, O MPLA: As fontes e a sua interpretação in *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4-9 de agosto de 1977)*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, pp. 803-859.

Messiant, Cristine, *L'Angola Colonial, 1961. Histoire e Société. Les Premisses du Movement Nationalist*, Bâle, Schlettwein, 2006.

Monteiro, José Pedro, *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado. Um Império sob Escrutínio (1944-1962)*, Lisboa, Edições 70.

Moreira, Adriano, *Política Ultramarina*, Lisboa, 4.^a Edição.

Miller, Joseph Calder, *O Poder político e parentesco (Antigos Estados Mbundu em*

Angola, Luanda, 1995, pp. 136-137.

Missão de Inquéritos Agrícolas, “Cultura do Algodão, Ministério do Ultramar, Luanda, 1967, p.5.

Milheiros, Mário, “Vida Social das tribos angolanas” in *Mensário Administrativo* n.º 8, abril de 1948, p. 23.

Nascimento, Washington Santos, “Gentes do Mato: Os Novos Assimilados em Luanda (1926-1961), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, (Tese de Doutoramento), São Paulo.

Neto, Maria da Conceição, “Uma Escravidão Sem fim? Equívocos e lacunas na historiografia do trabalho em África colonizada (Século XX): O caso de Angola in Seminário de Mestrado: “As Marcas do Império”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 24 de fevereiro de 2017.

Neto, Maria da Conceição “Angola no Século XX (Até 1974) in *O Império Africano*, (Coord.) Valentim Alexandre, Lisboa, 2000, Edições Colibri, p. 188.

Neto, Maria da Conceição, “A República no seu estado colonial: Combater a escravatura, estabelecer o indigenato”, *Ler História*, 59, 2010, pp.205-225.

Neto, Maria Eugénia Neto (coord.), *Agostinho Neto e a Libertação de Angola (1949-1974)*, 1.º Volume, Fundação Dr. Agostinho Neto, Luanda, 2011, p. 117.

Nunes, António Lopes Pires (Dir.), *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974) – Aspetos da atividade operacional*, 6º. Volume - tomo 1, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1.ª edição, 1998.

Oliveira, Pedro Aires, *Armando Monteiro, uma biografia política*, Ed. Bertrand, 2000.

Oliveira, Pedro Aires de, Rosas, Fernando, Carvalho, Almeida, Rita Barbo, Bessa, Daniel, *Salazar e Caetano*, Ed. Círculo de Leitores, 2002 (1945-1974), 2. Vols.

Oliveira, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2007.

-E Rosas, Fernando, *A transição falhada: O marcelismo e o fim do Estado Novo*, Ed. Notícias, 2004.

-*As ditaduras contemporâneas*, Lisboa, Ed. Colibri, 2006.

Péllissier, René, *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-*

1961), Orgeval, Editions Pélessier, 1978.

Pélessier, René, *Histórias das Campanhas de Angola – Resistências e Revoltas 1845-1941*, 1.º Vol., 1977, Editora Estampa, pp. 382-383.

Weeler, Douglas e Pélessier, René, *História de Angola*, Edições Tinta da China, 2011.

Pinto, Alberto de Oliveira, *História de Angola*, Lisboa, ed. Mercado de Letras, 2016.

Pimenta, Fernando Tavares, *Angola, os Brancos e a Independência*, Lisboa, edições Afrontamento, 2008.

Pinto, António Costa, “Portugal e a Resistência à Descolonização” in *História da Expansão Portuguesa*, V. Vol., (Dir.) Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 1998, Círculo de Leitores, 1998.

Parreira, Adriano, *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola, séculos XV-XVII*, Editorial Estampa, Lisboa.

Redinha, José, *Distribuição Étnica da Província de Angola*, Luanda, 6.ª Edição – CITA-Centro de Informação e Turismo de Angola, Luanda, 1970.

-A Habitação Tradicional Angolana – Aspetos da sua Evolução, Luanda, CITA, 1964.

Resende, Fernando Pinto de Correspondência pessoal. A Guerra do Algodão, Vol. II, Nr. Prov.323, in *Arquivo Histórico da Força Aérea Portuguesa*, nº. 2508, de janeiro de 2011.

Santos, Maria Emília Madeira, *Nos Caminhos de África, Serventia e Posse. Angola no Século XIX*, IICT, Lisboa, 1998.

Silva, Álvaro Ferreira da, “A Globalização económica, história e atualidade” in *Estudos Sobre a Globalização – História e Sociedade* (Org) Diogo Ramada Curto, Lisboa, 2016, Edições 70, pp. 23-39.

Silva, Ana Luisa Mendes da, *D. Nunes Gabriel – Uma vida cheia de doação e simplicidade*, Lisboa, Roma Editora, 2017.

Silveira, Anabela Ferreira da, *Dos nacionalismos à Guerra. Os Movimentos de Libertação Angolanos (1945 a 1965)*, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2011.

Silveira, Luís Nuno Espinha da, e Fernandes, Paulo Jorge, *D. Luís*, Rio do Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

Silveira, Anabela, “Baixa do Cassange: O Prenúncio da luta armada” in *Revista Porto*,

vol. 2, 2013 – n.º 3, fls. 39-57, 2013.

Soares, Amadeu Castilho, Enquadramento Social dos Destribalizados, Separata da *Revista Ultramarina*, n.º 4 (1961), pp. 7-8.

Sousa, João Almeida, *Apontamentos de Etnologia por Africanos – Inquéritos aos hábitos e costumes do povo adstrito à administração de Nrikinya* – Transcrição, introdução, nota de leitura e anotações: Adriano Parreira, Luanda, edição Chá de Caxinde, 2008.

Tavares, Ana Paula e Santos, Catarina Madeira, *Africae Monumenta – A apropriação da escrita pelos Africanos* – Arquivo de Estado de Caculo Cahenda, Lisboa, Instituto de Investigação Científica, 2002.

Tenreiro, Francisco, “A Canção do Mestiço” in João Alves das Neves (Org.), *Poetas e Contistas Africanos*, São Paulo (Brasil), 1963, p.32.

Mc Veigh, “Caça ao missionário”, José Freire Antunes (Dir.), *A Guerra em África*, 2.º Volume, Lisboa: Círculo de Eleitores, 1996, p. 222.

Wheeler, Douglas e Péllissier, René (Dir.), *Angola*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009.

Vaz, Camilo Augusto Rebocho, *Norte de Angola 1961: a verdade e os mitos*, Coimbra, edição do Autor, 1993.

Ventura, Diogo, *Recordações Minhas*, Luanda, Edições Kilombelombe, 2011.

Revistas

Aguilusa, José Eduardo, Jornal “Expresso”, n.º 2431, Lisboa, de 1 de junho de 2019, p. 3.

Osório, Artur, “As Revoltas de Cassange” in *Proelium*, VII (11), 35-5635-56, Lisboa, Academia Militar, 11/07/2017.

Oliveira, Pedro Aires de “Uma mão cheia de nada? A Política externa do marcelismo”, *Penélope* n.º 26 (2002), pp. 93-122.

Oliveira, Pedro Aires de “The contemporary Era”, *Journal Portuguese*, Vol. 8, N.º 2 (Winter, 2010), pp 1-6.

Oliveira, Pedro Aires de “Harold MacMilan, os “Ventos da Mudança e a Crise Colonial Portuguesa”, in *Relações internacionais*, n.º 30 (junho, 2011), pp. 21-38.

Oliveira, Pedro Aires “Saber adaptar-se, saber durar” [Recensão a Bernardo Futscher Pereira. A diplomacia de Salazar, 2012], *Relações internacionais*, n.º 36 (dezembro, 2012), pp. 145-149.

A Miranda Santos, Padre da Congregação do Espírito Santo, “Um fenómeno e um método – A Aculturação”, - Portugal em África. Revista de Cultura Missionária, vols. XVII-XVIII, n.º 100-105 – Número especial (julho 1960-1961) – Diagonais da Aculturação, pp. 12-54.

Jornais

Maciel, Artur, Jornal de Notícias, Porto, de 2 e 3 de março de 1963.

Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos: um depoimento. *Nó Pincha*, pp. 8-9, setembro de 1976.

“Ultramar secreto- Cassanje: a história de um massacre, agosto de 2002 *in* Semanário “Expresso”, Lisboa.

Documentos cinematográficos

A Guerra, documentário de Joaquim Furtado, 2012.

Angola: nos trilhos da independência – Esta é a nossa memória, documentário cinematográfico, ATD, Mário Bastos, 2016.

Os caminhos da Paz, documentário cinematográfico realizado e editado pela Televisão Pública de Angola (TPA), 2017.

História a História (2.ª parte), Fernando Rosas, RTP, 2017.

Dissertação de Doutoramento:

-Alves, Carlos Alberto de Jesus, *Política Externa angolana em tempo de guerra. Colonialismo e Pós-colonialismo*, Dissertação de doutoramento em Identidades Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo. Política e Relações Internacionais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013 Texto [Policopiado].

-Almeida, Manuel Carlos Ferreira, *Migrações forçadas e Dinâmicas Demográficas – O*

Caso Particular de Angola, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, 1993
Universidade Nova de Lisboa [Texto Policopiado].

Anexo Documental:

Anexo 1: Cópia integral da carta de Fredrich Welwitsch, de 5 de outubro de 1861.

III.^{mo} sr. – Tive a honra de receber a carta de v. s.^a, em que me participa achar-se um amigo seu presentemente em Liverpool, onde deseja receber as necessárias informações sobre a propriedade do território de Angola para a cultura de algodão em grande escala, e bem assim algumas indicações em respeito à aquisição e custo de operários, e à conveniência de ahi estabelecer feitorias para a compra do algodão, pedindo-me além d'isso de acrescentar quaisquer outros esclarecimentos, que eu julgar proveitosos a capitalistas que desejam fundar uma companhia de exploração grossypina na província de Angola.

Ainda que já tive oportuna ocasião de expor a v.s.^a de viva voz as minhas observações sobre este importante assumpto, aceito com maior gosto este novo convite, comunicando-lhe agora o que julgo mais necessário para completar as informações que se acham publicadas, há três anos, sobre esta mesma questão, no boletim oficial do governo de Angola⁸⁸, em resposta a uma serie de perguntas, que então me foram dirigidas, em nome do governo britannico, por um membro da comissão mixta em Loanda.

I - Em respeito à propriedade e aptidão do solo tropico africano para a cultura de algodão, tenho de lembrar, que esta questão já se acha decidida afirmativamente, há mais de meio seculo, pelo facto de não haver em toda a provincia de Angola um único districto em que os indígenas deixassem de cultivar maior ou menor porção de algodão, ora somente para uso domestico, ora também para commercio; pois já desde longo tempo se acha estabelecida, em Calunguambo, povoação cerca de 70 milhas de distância da costa, no caminho para o Golungo Alto, uma feira ou mercado periódico, onde concorrem com maior ou menor frequência os indígenas dos districtos de Ambaca, Cazengo, Cambambe, Massangano, etc., com seus algodões fiados ou em rama, e até com varios tecidos gossypinos fabricados por eles; e de algum d'estes fabricados, como por exemplo, redes

⁸⁸ Boletim oficial do governo geral da provincia de Angola, n.º 694 e 695 de janeiro de 1859.

de tipoia, colchas ou tangas, são muito procurados na provincia, mesmo pelos habitantes brancos, mormente por causa da sua elasticidade e longa dura, propriedades que evidentemente atestam a boa qualidade da matérias prima de que são feitos.

Tambem os colonos europeus de Angola nunca se descuidaram de todo da cultura do algodão, e é notório que, no decurso d'estes últimos dez anos, varios proprietários de terrenos se têm dedicado a esta cultura, com resultados bastante satisfactorios, de maneira que nos anos próximos passados já foram exportados para Lisboa alguns milhares de arrobas de algodão angolense, cuja excelente qualidade foi geralmente reconhecida por vários e bem competentes fabricantes em Portugal, França e Inglaterra.

A estes dados, já de per si assas concludentes em relação à notável capacidade das terras de Angola para a produção de algodão, ainda se pode acrescentar, que a cultura e aplicação destes preciosos filamentos, já desde remotos tempos era conhecida dos indígenas da Africa austro-tropical, o que julgo poder corroborar pelos factos seguintes: em primeiro lugar observo, que o algodão tem a sua designação particular na língua bunda ou angolense, pois os indígenas chamam-no *mugingha*, e esta denominação já a encontraram os primeiros missionários que penetraram, há mais de um seculo, n'aquelles sertões, então ainda não visitados por nenhum estrangeiro; em segundo lugar devo notar, que o algodão é aplicado pelos indígenas, não somente para os fios e tecidos, mas sim também como remedio tónico, mormente nas cefalalgias, sob forma de fumigações, e este modo de aplicação de certo não lhes foi comunicado pelos colonos ou viajantes estrangeiros, mas achase fundada nas tradições mas antigas de diferentes tribos entre eles.

O que, porém, mais que tudo confirma a considerável antiguidade da cultura e aplicação do algodão entre os indígenas austro-africanos, é o modo como eles ainda hoje o fiam e tecem, o qual em tudo é exactamente idêntico ao methodo algum dia em uso entre os antigos egypcios, conforme isso se encontra representado em vários monumentos que nos deixou este então tão industrioso povo.

II - Se os fatos que acabo de apontar, atestam a grande singularidade da cultura e aplicação grossypina entre os aborígenes da Africa portugueza, não faltam outros, não menos concludentes, para comprovar a completa idoneidade e aptidão das referidas terras para as culturas em questão. Já mencionei as excelentes qualidades de varios tecidos fabricados pelos indígenas do algodão cultivado por eles; mas a cultura do gentio notoriamente só consiste em semear e colher; pois a semente é lançada na terra sem

observância nenhuma dos preceitos agrícolas, ficando unicamente entregue á fertilidade do solo e á bonança do clima; e só quando os algodoeiros principiam a enfeitar-se com seus densos pennachos de alvíssimo algodão, é que volta outra vez o preto á colheita, a qual , apesar do abandono em que se desenvolveram as plantas, quasi sempre se mostra abundante. Quanto maior não seria a produção, quanto mais valioso não deveria tornar-se o produto, se as respectivas plantações fossem creadas e tratadas com a arte e com os cuidados, que costumam prodigalizar-lhes em outros paizes, nas térreas, actualmente reputadas clássicas da cultura *grossypina*?!

De certo a produção seria abundantíssima, e a qualidade do produto havia de aperfeiçoar-se cada vez mais com o esmero dos cultivadores. E não será difícil demonstrar que isso em parte já presentemente se está realizando em Angola, poisque as plantações modernas de algodão encetadas, tanto na costa como no interior da provincia, por colonos europeus e por alguns proprietários indígenas, acham-se espalhadas em quasi todos os districtos ao longo da costa e no sertão, desde o Ambriz até Cabo Negro, e desde Golungo Alto e Cazengo até Bumbo, e em todos estes logares, tão diffedrentes entre si relativamente á índole e composição das terras, tão variados em relação á sua exposição e elevação sobre o nível do mar, e não apenas em respeito á sua colocação geographica, em todos elles, repito, as plantações de algodão estão dando esperançosos resultados, tanto mais satisfactorios, por se acharem muito dos lavradores ainda sem a necessária pratica n'este genero de cultura, e sem as competentes machinas e ferramentas, para abreviar o trabalho e aperfeiçoar o produto.

Pouco importa neste caso a circunstância de muitas destas plantações ainda não terem grande extensão; pois para se formar um juízo sobre a possibilidade e conveniência da cultura de qualquer genero, não são precisos centenaes de hectares dela, mormente quando as tentativas encetadas em diferentes solos e em diversas exposições offerecem os mesmos satisfactorios resultados. Verdade é que certas condições do solo e subsolo, e certas exposições e elevações do terreno, se mostram mais favoráveis ao desenvolvimento, ora de uma ora de outra espécie de algodoeiros; mas isso mesmo ninguém estranhará, por ser geralmente sabido que não existe nem uma única espécie entretantos géneros cultivados na Europa, que não manifestasse certa tendência e predilecção para uma ou outra qualidade de terreno; mas ainda a este respeito devo observar que, entre todos os géneros de cultura recentemente introduzidos ou desde mais tempo existentes em Angola, reconheci no algodoeiro um d'aquelles que menos

dependem da condição do solo e da elevação dos terrenos, pois tanto nas campinas arenosas e de aluvião da região litoral, e nas terras argilosas e marnentas da região de colina, como no solo pingue das varzeas e matas derrubadas, e não menos nas encostas da região elevada⁸⁹ cobertas de decomposições, já de granito ou gneias, já de mica-chisto, de trapp, ou de schisto arenáceo, encontrei os algodoeiros desenvolvidos quasi com a mesma força de vegetação e com igual prodigalidade de fructificação, uma vez que os terrenos respectivos não eram destituídos de toda a fresquidão, convenientemente preparados, e um tanto abrigados dos ventos reinantes da estação *invernosa*, a qual na África austro-tropical, e por conseguinte também em Angola, não é a epocha das chuvas, como erroneamente muitos acreditam, mas sim a estação mais secca de todo o anno. Estas experiencias comprovativas da singular idoneidade do solo angolense para culturas gossypinos, não se limitam somente ás espécies de algodão até agora mais geralmente cultivadas em Angola, como por exemplo: *o gossypium vitifolium* e *o gossypium punctatum*, mas estende-se igualmente ás variedades ali recentemente introduzidas de varios pontos dos Estados Unidos; pois as sementeiras de algodão de Luiziana (chamada Buena Vista), feitas com sementes americanas, de cuja distribuição o governo de Sua Magestade me encarregou, quando viajei nos districtos de Golungo Alto, Cazengo e Ambaca, deram, para a grande satisfação dos lavradores d'aquelles districtos, logo no primeiro anno, os mais animadores resultados, como isso consta das amostras de bello algodão luziano que remetti do districto do Golungo Alto ao conselho ultramarino em setembro de 1856. E quando eu, três annos depois, percorri os districtos do sul da provincia, tive opportuna ocasião de visitar por vezes repetidas os esperançosos algodoeiros do sr. Bernardino Freire de Figueiredo, em Mossamedes, os quaes já n'aquelle tempo occupavam uma área de perto de 80 hectares, o pude convencer-me que todas as espécies de algodão que este hábil cultivador, mormente durante a enérgica administração do ex-governador o sr. major Leal, ahi conseguiu reunir do Brazil, do Egypto, dos Estados Unidos e outros paizes, se achavam no mais prospero desenvolvimento, provando assim que o território angolense não só se mostra favoravel a uma ou outra espécie de algodão,

⁸⁹ Sobre esta região elevada, cujas extensas planuras, sulcadas de rios poderosos e de um sem número de ribeiras fertilizantes, e não menos distinctas por sua riqueza em gados, cera marfim e muitos outros productos coloniaes, constituem o terceiro terraço da conformação orographica do continente africano, e serão, sem dúvida, já no próximo futuro o berço da colonisação do vasto interior d'este continente, tive já ocasião de indicar algumas feições características nos meus *Apontamentos phytogeographicos sobre a lora de Angola*, publicados nos *Anaes do conselho ultramarino* n.º 55, de dezembro de 1858.

mas que a fecundidade e aptidão d'este solo para a cultura grossypina se refere a quasi todas as espécies e variedades de algodão actualmente cultivadas nos diferentes paizes dos três grandes continentes, e procurados nos mercados da Europa.

Como outra considerável vantagem que offerece o território angolense aos lavradores de algodão, deve ser lembrado que ali os algodões, na maior parte dos sítios, não precisam de irrigações artificiais, circunstancia que simplifica e torna muito mais económico o grangeio d'elles; n'aquella zona equinocial acham-se as estações do anno de tal modo distribuídas que as chuvas da primavera, continuadas ou por vezes interrompidas, até o outono, provocam e promovem poderosamente a vegetação (o desenvolvimento) dos algodoeiros, enquanto a subsequente estação secca do inverno se torna mui própria e favoravel, á fructificação e colheita dos algodões; e efetivamente encontrei, durante as minhas digressões em Angola, não poucas plantas de algodão em pequena e em maior escala, tanto no interior da provincia como nos districtos de Loanda e de Mossamedes, que sem terem jamais recebido rega artificial, todavia se achavam no mais florescente estado, resultado este tanto mais para admirar por ser bem sabido que a maior parte dos lavradores d'esta parte da Africa tropical até agora ainda não se lembraram de estrumar ou adubar as respectivas terras, nem mesmo para dedicar-lhes a atenção e o zêlo com que se alcançam tamanhos resultados em paizes menos favorecidos pelo clima.

Finalmente não posso deixar de acrescentar que todas aquellas castas de algodoeiro que nos Estados Unidos, na Argelia, China e paizes análogos exigem um tratamento com plantas annuaes, em Angola logo no primeiro anno se tornam arbustivas, dispensando assim a annual repetição do grangeio das terras e as repetidas sementeiras, operações que, como é notório, absorvem consideraveis capitães.

Ponderando, portanto, todas as circumstancias acima apontadas parece-me ficar evidente que o solo e o clima angolense são eminentemente favoráveis á produção grossypina, e póde asseverar-se, sem exageração, que toda a vasta provincia de Angola quasi foi fadada pela Providencia para se transformar 'um ilimitado campo 'esta valiosa cultura; sim! Os imensos e variados terrenos d'este fecundíssimo paiz, junto com a reconhecida aptidão dos seus arbustos indígenas para trabalhos agrícolas, comprovada com summa evidencia no Brazil e nos Estados Unidos, etc., e não menos os graves distúrbios que actualmente estão sofrendo os paizes mais consideravelmente produtores de

algodão, offerecem agora a quaesquer empresas agrícolas em Angola, e particularmente á cultura do algodão, a mais oportuna ocasião e as mais favoráveis condições para dentro em pouco tempo poder alcançar bem proveitosos resultados.

III – Pelo que respeita á maior salubridade desta provincia, não posso deixar de observar que as ideias e opiniões geralmente espalhadas sobre a insalubridade do território angolense são pela maior parte muito exageradas; pois abstrahindo de alguns pontos isolados, onde circunstancias particulares concorrem a constituí-los menos saudáveis, pode-se afirmar que o clima de Angola em geral de certo modo é mais inconveniente a constituições europeas de que todos os outros paizes situados em zona tropical; pelo contrário seria fácil demonstrar que o clima deste território é consideravelmente superior ao de muitas regiões da mesma zona, as quaes, apesar d’isso, não deixam de ser habitadas por europeus; basta aqui apontar as colonias de Senegal e Gambia, de Serra Leoa e Gabão, de Java, Borneo e Cuba, da peninsula indica, das Guianas, franceza e inglesa, e do norte do decantado Brazil. O que porém á provincia de Angola dá uma superioridade incontestável sobre todos os paizes tropicais da Asia, Africa e América, é a circunstancia de possuir em Mossamedes um ponto vasto, seguro e sadio, onde europeus encontram o aprazivel clima e a salubridade do meio dia da Europa, e onde os recémchegados acham todas as condições favoráveis para sua aclimação, e os doentes ou valectudinarios de outros districtos um asylo consolador de fácilimo accesso para seu prompto restabelecimento.

Mas se Mossamedes com o seu sertão, cujas encantadoras planuras se entendem para leste quasi até ao coração da Africa austral, é abençoado de um clima eminentemente favoravel á constituição da raça branca, e d’esteste arte destinado para um dia se elevar a principal emporio do commercio e da colonisação da África occidental, comtudo não faltam em Angola varios outros sítios e mesmo districtos inteiros, os quaes, afóra grandes conveniencias mercantis, offerecem também um clima muito sofrível; pois é um facto comprovado por numerosas experiencias, que os europeus podem viver com bastante commodidade em alguns pontos da costa e em muitos do interior, uma vez que lhes não falem certos commodos da vida e que se abstenham dos costumados excessos *in Venere et Bacho*, os quaes, mormente acompanhados de delictos gastronomicos em toda a parte do mundo, e com mais rapidez climas tropicaes, dão resultados funestos; resultados porém que antes devem ser considerados como consequências inevitáveis de uma vida desordenada, do que interpretados como indícios da insalubridade do clima. De mais a

mais costuma-se atribuir erroneamente á influencia do clima africano a fatalidade de todos aquelles individuos que vão aportar áquellas praias, já bastante enfraquecidos por moléstias anteriores, ou excessos praticados antes da sua chegada a Angola; e esta chegada mesma, que devia calcular-se em conformidade com a epocha mais favoravel, é pelo contrário quasi sempre effectuada nas estações mais improprias para se aclimatar na zona tropical.

Em adição ao que fica exposto convem também indicar que a condição sanitaria, tanto da capital de Angola, como de varios outros pontos da costa e do interior da provincia, tem melhorado consideravelmente n'estes últimos annos, e há de sem dúvida melhorar-se cada vez mais como aumento dos commodos da vida domestica e social, mormente procedentes das communicações mais rápidas com a metrópole e outros pontos da Europa e America, e não menos com a perfeição sucessiva na construção das habitações, com a abertura de caminhos de estradas, abastecimento de água, com a introdução e observância de varias providencias hygienicas e policiaes, e muito particularmente com a extensão e o progresso da cultura das terras e da arborização da região litoral.

É como o governo portuguez, solicito de se effectuarem quanto antes estes melhoramentos, acaba de destinar para este fim um fundo auxiliar em adição ao orçamento geral da província, há toda a probabilidade que, dentro em breve tempo, o paiz gosará dos benefícios resultantes das providencias acima indicadas.

IV – Cumpre-me ainda responder ao quesito de v.s.^a em relação à aquisição e ao custo dos competentes operários para empresas agrícolas em Angola. A este respeito julgo poder asseverar-lhe que não é somente com escravos e libertos que os lavradores de algodão, de café e de outros géneros coloniaes, no futuro, poderão contar n'esta provincia, achando-se o governo portuguez firmemente resolvido a exigir, e persuadido de conseguir o trabalho de todos os indígenas, mesmo livres, mediante uma justa retribuição; e da efficácia dos meios que hão de ser empregados para alcançar este fim não há que duvidar, pois uma administração enérgica e circumspecta, em harmonia com os postulados da vida social e das leis humanitárias, há de sem duvida modificar sucessivamente a disposição preguiçosa d'aquelles indígenas, convencendo-os finalmente que o dever mais sagrado, e ao mesmo tempo mais nobre, do homem é o trabalho. E a animadora influencia da immediata retribuição de serviços prestados, em união com o bem-estar dos que atualmente

entre elles já se dedicam á agricultura, não deixará de estimular e convidar, pouco a pouco, até os mais resistentes, mórmente quando as medidas néste respeito tomadas forem executadas com aquelle rigor paterno e com aquella inflexível perseverança, sem a qual nenhuma transformação social ou política, nem mesmo entre os povos mais cultos, se torna exequível. E para corroborar por um fato, que medidas administrativas, quando conduzidas com acerto, mesmo no sertão de Angola, não deixam de produzir o desejado efeito, convem aqui narrar a v.s.^a o que aconteceu nos anos de 1854 e 1855 no districto de Golungo Alto, em respeito aos operários requisitados para a lavra do café. Achava-me eu então em Sanje, povoação principal e residência do chefe mencionado districto, e tendo o governador geral da provincia recomendado ás respectivas auctoridades, de promover quanto possível a plantação de café, apresentaram-se muitos agricultores com bastante desejo de encetar plantações délle, no caso de lhes serem fornecidos os necessários operários. A dificuldade de satisfazer a estas requisições argumentava-se ainda pelas grandes distancias em que se achavam as terras dos lavradores, das povoações mais populosas dos indígenas; mas apesar de tudo isso pôde o zeloso e instruído chefe, o sr. Tenente Antonio do Canto e Castro, remediar esta falta de braços dentro em pouco tempo, persuadindo os régulos e mucotas (conselheiros) da população indigena da reciproca conveniência d'esta cultura, e por este modo conseguir que todos os mezes alguns centenares de operários indígenas se apresentassem para serem distribuídos entre os lavradores do café, com a condição de sustento durante o período do trabalho, e de uma adequada retribuição mensal da parte dos proprietários das respectivas plantações.

Acho a menção deste facto, que de certo não é sem significação instrutiva para o futuro das empresas agrícolas em Angola, tanto mais oportuna n'este lugar, quanto tudo que acabo de relatar foi igualmente presenciado por um dos mais illustres viajantes em Africa austral, o insigne missionário David Livingstone, com quem, na epocha acima indicada, tive a particular satisfação de habitar em Sange durante algumas semanas debaixo do mesmo tecto hospitaleiro.

Satisfazendo agora ás perguntas que v.s.^a me dirige, relativas ao que até esse tempo em Angola se acha em uso acerca da compra e do sustento dos escravos libertos, empregados nos trabalhos das terras, tenho que notar que os preços de cada um variam entre 25 e 45\$000 réis (3 ^{1/2} a 6 ½ libras esterlinas)⁹⁰, conforme a idade, robustez e a

⁹⁰ Moeda fraca, ao cambio de 61 por cento, sendo o valor da libra esterlina 7\$000 réis.

maior ou menor pratica que já tiver dos respectivos trabalhos, e não menos em relação á distancia da costa em que as compras são efetuadas; os que se compram para servirem na condição de libertos, obrigados ao serviço durante dez annos, poderão ser obtidos por preços consideravelmente inferiores. Quanto ás despesas com o sustento e vestuário d'elles, póde-se assegurar que ellas não são de grande importância, pois com 120 réis a 130 réis diários (dez, onze shellings por mez) sustenta-se e veste-se um preto em Angola; e como em todos os estabelecimentos agrícolas de certo vulto se costuma também cultivar a maior parte dos mantimentos mais importantes, como mandioca, milho e feijão, torna-se por isso o sustento dos operários destinados a culturas especiaes, ainda menos dispendioso.

Considerando, portanto, a inegostavel fecundidade do solo, e a grande facilidade de aquisição de terrenos em Angola, onde o governo portuguez está decidido a concede-los com as maiores vantagens; e ponderando igualmente a bem conhecida barateza do custo dos libertos e operários livres n'aquella provincia, parece realmente explicável, colmo os capitalistas que deseja empregar seus fundos em culturas colinaes, podem, um momento só, hesitar na escolha do paiz para suas empresas agrícolas, quando Angola para isso lhes offerece todas as condições vantajosas, e sendo de mais a mais notório que a aquisição de terrenos em outros paizes coloniaes, como por exemplo no Brazil, se torna consideravelmente mais difficullosa e mais onerosa, absorvendo ahi só o custo dos indispensáveis operários africanos somas avultadas, quasi fabulosas, e alem d'isso arriscadíssimas.

V – Em referência á fundação de feitorias na costa de Angola, ou em pontos interiores de fácil acesso, com o fim de comprar qualquer porção de algodão que apparecer nos mercados, já me pronunciei mui affirmativamente na supracitada carta que dirigi ao illustre commissario inglez da comissão mista em Loanda, propondo então o estabelecimento de feitorias em pontos convenientes, como um dos meios mais poderosos e eficazes para desafiar e promover a cultura do algodão entre os indígenas, e pouco tempo de pois a conveniência d'esta minha indicação foi confirmada por factos; pois apenas constou no s sertões de Ambaca, Cambambe, Cazengo e outros, que alguns negociantes em Loanda, e nomeadamente o sr. Francisco Barbosa Rodrigues, se achavam dispostos a comprar o algodão cultivado no sertão, os indígenas principiaram immediatamente a afluir ao mercado de Loanda com seus algodões, e em breve tempo alguns milheiros de arrobas d'este genero foram comprados, só procedentes do cultivo

dos indígenas. Parece-me que, para um primeiro ensaio, este resultado não deixa de ser satisfactorio. Mas alem de Loanda, Ambriz, Benguella e Mossamedes, que como portos principaes se recomendam com preferênciã para n'elles estabelecer feitorias, há varios outros postos na costa ou próximo dela, onde se poderiam fundar feitorias filiaes com evidente vantagem, como por exemplo em Libongo, na barra do Bengo, em Calumbo junto ao rio Cuanza, e ao sul d'este rio em Novo Redondo, Quicombo, Egito, Luzira, etc., localidades estas situadas em visinhanças de valles susceptiveis de grande produção de algodão. Estas feitorias, achando-se em contacto quotidiano com os cultivadores, haviam também contribuir efficazmente para a introdução de sementes daas variedades mais valiosas de algodão, e das machinas mais aperfeiçoadas para o grangeio e descaroçamento d'elle, porque os beneficios resultados d'estes esforços iam todos convergir em proveito das mesmas feitorias.

VI – Concluindo estas minhas observações, não devo deixar de asseverar a v.s.^a que o governo portuguez se mostra animado da melhor vontade de facilitar aos que se destinarem ao cultivo de géneros coloniaes em Angola, e principalmente ao do algodão, a prompta aquisição dos respectivos terrenos, mediante concessões muito vantajosas, e de garantir aos lavradores de algodão não somente a importação, livre de quaesquer direitos, de sementes, ferramentas e machinas concernentes a este grangeio, mas também a livre exportação de algodão ahi produzido durante o decurso dos primeiros cinco ou seis annos.

VII – Parece-me ainda conveniente chamar a atenção de v.s.^a sobre a grande facilidade de communicações actualmente estabelecidas entre varios pontos de Inglaterra, França e Portugal, e os portos principaes da provincia de Angla, mediante os vapores da união mercantil de Lisboa, os quaes nas viagens mensais que fazem ás costas de Angola, communicam na ilha de S.Vicente de Cabo Verde com vapores inglezes e francezes da carreira brazileira e de Gorée.

VIII – Quanto ao tempo mais oportuno de aportar ás praias de Angola, devo informar a v.s.^a, que os mezes de maio até fins de agosto são os mais proprios para estas viagens, porque a estação secca, que reina durante estes mezes, é a adequada para os europeus recémchegados se aclimatarem á zona tropical do hemispherio austral.

Havendo assim respondido conforme melhor pude, aos quesitos que v.s.^a, em nome do seu nobre amigo em Liverpool, me dirigiu, resta-me só pedir benevola desculpa

se não consegui satisfazer plenamente aos desejos d'aquelle illustre cavalheiro, confessando-me comtudo muito penhorado pela confiança com que me honrou, e prompto a responder, com a mesma fraqueza e sinceridade, a quaesquer outros quesitos que me forem dirigidos sobre este momentoso assumpto, cuja summa importância ninguém desconhecerá, ponderando que o porvir de muitos milhões de habitantes dos paizes mais industriosos da Europa se acha intimamente ligado, senão totalmente subordinado, á resolução mais ou menos acertada deste problema agricola.

Sou com protestos da mais alta estima e consideração – De v.s.^a mui obediente servo, = Dr. Frederico Welwitsch, encarregado da exploração phytographica da provincia de Angola. – Lisboa, 20 de agosto de 1861. – Ill.^{mo} srs. W. I. Howorth. –

**Anexo 2: Cópia da Carta dos aborígenes de Angola às Nações Unidas in
História do MPLA, 1º. Vol. (1940-1966), Centro de Documentação e
Investigação de História do MPLA, Luanda, 2008.**

Carta do povo aborígene de Angola dirigida às Nações Unidas, 1951

MENSAGEM DO POVO ABORIGENE DE ANGOLA A ORGANIZAÇÃO DAS NA-
ÇÕES UNIDAS



Segundo nos transmite a imprensa, os Povos que constituem a Organização das Nações Unidas estão em preparativos de uma grande reunião na qual se vai decidir o destino dos povos africanos.

Um assunto tão transcendente para nós os aborígenes sob o domínio de Portugal, seria um grande crime que o homem Negro actual cometaria contra a posteridade, se cruzasse os braços ante o momento que passa, tão oportuno para o levantamento dos Povos e das Raças que sofrem o jugo de uma escravidão que tomou fôros de eternização.

Assim, o Povo Negro de Angola, escravizado e espezinhado há 469 anos sob o domínio de Portugal, traz o seu brado, os seus anseios e os seus sofrimentos junto dos Povos civilizados amantes da liberdade e que constituem a ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, a fim de nos julgarem em face das razões que adiante vão expostas.

Há 469 anos Diogo Cão, explorador português, pisou o solo de África, e é desde essa data que contamos a presença de Portugal em terras de Angola e do Congo, em África Ocidental.

Vieram depois os holandeses que conquistaram o litoral de Angola em 1641 até à vinda de Salvador Correia de Sá e Benevides que, com o auxílio poderoso de tropas Negras filhos de Angola, trazidas do Brasil e com a cooperação dos aborígenes a quem a astúcia dos portugueses conseguiu fazer inimigos da Holanda, conseguem expulsar os holandeses em 1648, sendo restaurada a soberania de Portugal em Angola.

Retomada e reiniciada a colonização portuguesa em Angola, em 15 de Agosto de 1648, vieram depois as guerras de ocupação efectiva que terminaram com a primeira guerra mundial de 1914-1918.

O Mundo ensurdecido pela intensa propaganda que Portugal vem desenvolvendo através da imprensa estrangeira para deturpar a verdade, certamente, os Povos ignoram que, em todas as guerras de ocupação da Costa Ocidental de África pelos portugueses, cooperaram 90% dos aborígenes e a estes se deve a pacificação dos seus irmãos de raça. Isto mesmo foi-nos revelado pelos nossos antepassados e quase diariamente pelos nossos conterrâneos, testemunhas oculares que graças a Deus ainda existem uns poucos daqueles que tomaram parte nessas guerras, e há 5 anos aproximadamente, numa conferência realizada na Casa da Metrópole em Luanda, o Consul da Holanda, cujo nome não podemos precisar, confirmou essa verdade, dizendo que a expulsão dos holandeses em Angola em 1648, se deve, em grande parte, à actuação dos aborígenes, afirmação esta que ele Consul prometeu, em caso de dúvidas, demonstra-la com documentos existentes nos arquivos do seu país - Haia.

Motivos imperiosos nos forçaram a tomar esta medida, proveniente da pressão actual das autoridades administrativas portuguesas contra os aborígenes, que se tornou insuportável em Angola.

Como prelúdio do actual regime da ditadura, o primeiro sinal que nos foi dado ver é que terminadas as lutas de ocupação e pacificação dos povos rebeldes, como medida preventiva e ingrata, foram imediatamente afilados do exército colonial todos os oficiais de Raça Negra que até ali existiam e que muito se celebrizaram nas guerras de ocupação, figurando entre muitos outros: o coronel, Francisco Pedro de Sousa, tenente Luiz Gomes Sambo, Manuel da Silva Feijó, Antonio Rodrigues Coelho, Lourenço Fernandes, capitão Antonio Jacinto de Carvalho, capitão Teixeira de Carvalho. E entre muitos oficiais que lutaram e que a consciência nos recorda, citamos: Apolinário de Carvalho, Francisco Fabião, Manuel da Silva Feijó, capitão Tiaba da Costa, major da 2.ª linha Antonio Francisco de Carvalho Neto, Carneiro Santos Torres, capitão Luiz Vieira de Carvalho, cap. Viegas, major Manuel Santana de Palma, tenente Ernesto Rodrigues da Costa, cap. Eduardo Francisco de Carvalho, cap. Ernesto Francisco de Carvalho, cap. Nicolau Castelbranco, major Domingos Francisco de Carvalho, tenente Manuel Ferreira da Silva, cap. Pedro Inácio, cap. Lino cap. Manuel Bento de Azevedo, alferes Maurício Rodrigues de Almeida, major Amâncio da Silveira e outros tantos que contribuíram com o seu sangue para uma vitória que a princípio se presumia ser benéfica, mas que afinal colocou os filhos de Angola na situação lamentável de escravidão.

Iniciado o despotismo e a tirania em 1921, em 1926 a ditadura sob a direcção do Dr. António de Oliveira Salazar, assume o poder, então escusado é dizer-se que dessa data para cá, a medida que Portugal adquire prestígio no estrangeiro, o oloco em Angola envaldece-se e os aborígenes são espezinhados, cujo procedimento se vinha assentando gradualmente até que no governo do capitão José da Silva Carvalho - Governador Geral de 1947 até à data - o barbarismo, o extermínio lento dos aborígenes entregue ao funcionalismo administrativo da Angola, a tirania, e de potismo aliado a um egoísmo feroz e estúpido, a violência, a crueldade e um novo método de escravizar o aborígene camuflada em contratos, em Angola, tomam fôres de um verdadeiro INFERNO para a vida do aborígene.

Esse tratamento próprio para animais irracionais do que para homens atingiu agora o seu auge, o que nos força a tomar medidas para pôr-lhe cobro de uma vez para sempre. E esperamos que as Nações Unidas pautando a justiça pelos princípios constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem, nos deem o justo lugar a que temos já em África, como componentes da família humana que DEUS instituiu e como donos insubstituíveis das terras de Angola e do Congo que DEUS nos doou.

Assim, vamos expôr os assuntos por capítulos para facilitar a consulta:

DOS COMPROMISSOS TOMADOS POR PORTUGAL

Na Conferência realizada em Berlim, em 1885, ha qual foi partilhada a Continente Negro pelos países da Europa, e na extinta Sociedade das Nações que nasceu da guerra de 1914-1918, os países coloniais comprometeram-se, entre outros princípios a respeitar, a não se permitir que a posse das Colónias fosse para os países tutores uma lavra, somente, para se colher, e por isso foi estabelecida como condição sine qua non para se poder possuir e conservar a posse das Colónias em África, educando, instruindo os aborígenes, desenvolvendo a agricultura, artes e ofícios, praticando os demais actos humanitários que a ciência revelou

go homem para o seu bem estar, como estão fazendo na Costa Ocidental da África: a Grã-Bretanha, a França e mesmo a pequena Bélgica a despeito da sua administração sob o regime de discriminação racial.

Só praticando o bem pelo cumprimento integral dos compromissos tomados e nos moldes da Declaração Universal dos Direitos do Homem, se pode permitir a permanência do homem branco em África, ao contrário a sua presença aqui seria abominável.

A função do homem branco em África, é de mestre, de professor. Mas Portugal com o seu truch de assimilação, esqueceu-se da sua missão para se dedicar a prática de actos de escravatura, despotismo e da tirania.

VEJAMOS COMO PORTUGAL TRATA OS ABORIGENES EM ANGOLA

Para que o Mundo saiba, o Povo de Angola, vêm manifestar no seio das Nações Unidas, que Portugal com 469 anos de permanência em Angola nunca procurou cumprir os compromissos tomados perante outros povos no sentido de educar, instruir e elevar o nível social da vida das populações Negras de Angola.

Há 25 anos para cá temos verificado com grande tristeza que Portugal por absolutamente de parte a política de elevar os aborígenes que era seguida nos tempos da monarquia, e adoptou uma política secreta tendente a eliminar lentamente a pequena percentagem de 0,5% dos aborígenes civilizados existentes em Angola, e ao mesmo tempo desenvolve uma intensa política de obscurantismo, vai transformando o aborígene mais atraído, numa espécie nova de HOMEM-AUTOMATO que se destina a servir eternamente de escravo do homem branco, entretanto vai gritando aos quatro cantos do Mundo de que Portugal não é um país racista. Mas que velha-co !?

Como fundamento dessas afirmações, demonstra-o: a política de emigração em massa do homem branco analfabeto para Angola, onde chega em condições miseráveis; a promulgação de leis criando enormes reservas de terreno - florestas - com café e palmares pertencentes a populações aborígenes que no momento oportuno, gradualmente, a pretexto de tudo e de nada, vão passando para a posse de brancos portugueses; a adopção de uma política de escravatura camuflada em contratos, no fornecimento de pessoal para servir de mão de obra a roceiros, em que as autoridades administrativas são angariadores mediante pagamento que vai de 1.000 a 3.000 angolares por cada homem ou mulher fornecido; o aprisionamento constante e sistemático dos aborígenes nas ruas e nos seus domicílios para forçosamente irem prestar serviços gratuitos em estradas e outras obras do Estado; a transferência, à força, das propriedades - lavras de café e palmares - pertencentes aos aborígenes imposta pelas autoridades sob fundamentos diversos sem razão; a desorganização gradual do lar dos aborígenes que resulta da política de compelir o chefe da família a ir trabalhar para uma roça de branco em prejuízo da sua propriedade, enquanto a mulher e filhos são enviados para uma roça diferente, os filhos menores até 6 anos lançados ao abandono; a quasi impossibilidade do indígena regressar ao seu lar depois de terminar o tempo do contrato de serviço numa roça, devido ao sistema seguido pelas autoridades de os indígenas saírem de um patrão e passarem, automaticamente, para outro patrão, levando, assim, uma vida de paria, de patrão em patrão e de roça em roça até que lhe chega a morte, apoderando-se o Governo das suas propriedades que passam imediatamente para mãos de brancos; a política surda de obscurantismo adoptada com a máxima

intensidade pelas autoridades em não admitir crianças pretas nas Escolas do Governo, muito principalmente no interior da Colónia; o desinteresse absoluto do Governo Português em assuntos de ensino, educação, progresso e elevação social do nível de vida do aborígene que se verifica através das dificuldades que se nos deparam da parte do Governo quando os aborígenes pretendem pôr em execução iniciativas tendentes ao seu levantamento e progresso.

Como prova evidente dos factos acima citados, vamos relatar aqui, entre muitos e variados casos que se verificam em Angola, um caso concreto que se deu em Landana, circunscrição de Cacongo, distrito de Cabinda, em Angola - África Ocidental - com o príncipe Elias Fernandes S. N. Albey, também conhecido por N'Gunde de Albey, homem velho dos seus 65 anos de idade, que depois de viver longo tempo na África Equatorial Francesa, regressara à sua terra natal - Landana.

Trata-se de um descendente dos príncipes do Cacongo, e proprietário de grandes lavras de café, palmares, bananeiras, ananazeiras e dentro dessa propriedade existem grandes troncos de avores para serração de madeira, situada na povoação de N'Cumbo Llambo a 27 quilómetros da Vila de Landana.

A riqueza do terreno provocou ambição e cobiça da população europeia no número dos quais se conta o próprio administrador de Landana - Cacongo - de nome Horácio Dias Marques Pinto, que, viajando de carro em companhia do seu genro o subdito italiano de nome Vercesi, no dia 10 de Julho de 1947, às sete horas e trinta minutos, apareceram na residência do príncipe N'Gunde de Albey, e, pelo administrador Horácio Dias Marques Pinto, foi o velho N'Gunde de Albey convidado a embarcar no carro a pretexto de irem dar uma volta ao Posto Administrativo do N'Dinge, com o fim de examinarem a estrada. Posto o príncipe N'Gunde de Albey no carro, largaram em viagem para o referido Posto do N'Dinge; no regresso sem que tivesse havido qualquer incidente pelo caminho que desse motivo à prisão, ao chegarem em frente da casa do príncipe N'Gunde de Albey, este fez sinal para parar o carro a fim de o deixarem ficar em sua casa. Qual não foi o seu grande espanto ao ver acelerado o carro em alta velocidade, conduzindo-o até Landana, onde o administrador ordenou ao cabo de cipaios indígena de nome Deque, natural de Tchicamba, Posto Administrativo de Massabi, para meter o príncipe N'Gunde de Albey, na cadeia. N'Gunde de Albey além de ser príncipe de Cacongo é também Regedor da Landana.

Depois de 58 dias de permanência na prisão, declarou-se-lhe uma pneumonia dupla, e só foi submetido ao tratamento depois da família haver protestado. Melhorado da doença, o príncipe N'Gunde de Albey procurou saber junto do administrador Horácio Dias Marques Pinto, das razões por que o prendera; a resposta do administrador foi de que devia apenas cumprir o nada tinha que saber dos motivos da prisão. Em face dessa resposta o príncipe N'Gunde de Albey queixou-se ao então Governador do Distrito de Cabinda, Raul de Lima; como este não desse providências, queixou-se ao Juiz da Comarca de Cabinda que imediatamente requisitou o príncipe N'Gunde de Landana para Cabinda. Posto em Cabinda o príncipe, e enquanto aguardava o termo das férias para abertura do Tribunal, foi o príncipe informado de que as suas propriedades estavam sendo distribuídas, por determinação do administrador Horácio Dias Marques Pinto, a vários europeus entre eles o subdito italiano Vercesi, industrial de madeiras, em Landana, e genro do referido administrador Horácio Dias Marques Pinto. O príncipe N'Gunde de Albey, foi de Cabinda à povoação de N'Cumbo-Llambo para se certificar da verdade. Chegado na povoação de N'Cumbo-Llambo em 11 de Março de 1948, pelas 17 horas e trinta minutos, no dia seguinte pela manhã apa-

receram vários europeus à porta da sua residência entre eles o comerciante Bordão e o chefe de posto administrativo, Jorge Bunci, que convidou o príncipe N'Gunde de Albey a embarcar na carrinha para irem dar uma volta até as suas propriedades a ver se encontravam, ali, madeiras. O velho príncipe N'Gunde de Albey, acedendo de boa vontade ao pedido, sobe no carro que largou a toda a velocidade até ao Posto do N'Dinga e dali directamente para Cabinda. Foi um autentico rapto, pois que nem deram tempo a que o homem se preparasse; foi quasi seminu e nem sequer teve tempo de levar os olhos; chegou em Cabinda, no dia seguinte pela manhã embarcava, a força, no avião que conduziu o príncipe para Luanda, onde permaneceu alguns dias, preso, e depois conduzido para Baía dos Tigres, dali para Mossamedes onde presentemente se encontra o velho príncipe N'Gunde de Albey a cumprir um desterro por um tempo indefinido.

Finalmente, conclue-se que essa cilada foi de propositadamente armada para o desapossarem das suas propriedades. Estes factos foram levados ao conhecimento do Governador Geral, capitão, José Agapito da Silva Carvalho, que nenhuma providencia tomou sobre o caso e a propriedade foi dividida por europeus e o velho príncipe a fazer no desterro onde passa uma miséria comparada a de um cão sem dono, deixando ao abandono mulher e filhos lançados tambem na miséria porque estão impossibilitados de se utilizarem dos produtos da propriedade.

Outro caso que demonstra a política de obscurantismo e obstrução do Governo Português: Há dois ou três anos, regressou a Colonia de Angola vindo do Congo Belga, um rapaz de nome SIMÃO TÓCO, de sóis 35 anos de idade, tendo como habilitações literárias o terceiro ano dos Liceus feito em Luanda, e natural do Quibocolo, distrito do Congo Português, que professando religião protestante, compadeceu-se da decadência moral e física dos seus conterraneos que via mergulharem, dia a dia, no vicio pelo uso desregrado de bebidas alcoolicas e outros hábitos que aviltam os Foyos; resolveu Simão Toco imprimir-lhes uma disciplina. Esse homem - Simão Toco - dotado de altos sentimentos altruisticos de um verdadeiro apostolo, procurou por meio de conselhos inculcar o amor a religião no animo dos seus conterraneos. No Congo Belga onde iniciou essa obra, provocou indignação do Governo Belga do que resultou a sua expulsão para Angola; posto em Angola pediu ao Governo Português para lhe conceder um terreno para se dedicar a trabalhos agrícolas com a sua imensa comitiva de milhares de homens, mulheres e crianças; aceite o pedido o Governo Português concedeu-lhe terreno e algum auxilio. Iniciados os trabalhos e depois de muito sacrificio por conseguir desbravar um terreno inculto, e de ter feito alguns progressos, Simão Toco foi raptado por determinação do Governo Português e desterrado para um lugar até hoje desconhecido, deixando a sua obra bastante adiantada, feita com sacrificio e vicissitudes de toda a ordem, e segundo tudo indica será legado a colonos europeus pobres que em condições miseraveis são despejados, em todos os barcos, para Angola.

Em Luanda, capital de Angola, e nas barbas do Governador Geral, dão-se cenas verdadeiramente tristes: Há bem pouco tempo o administrador do Concelho de Luanda, José Cansado Lobo de Carvalho, acompanhado dos seus acólitos - chefes de posto ~~de quarteirão~~ e outros funcionarios administrativos - invadiu o domicilio de um rapaz nativo, alfaiate, pertencente a uma familia de nome Imperial que foi barbaramente espancado a ponto de o matarem, pelo proprio administrador e todos que o acompanhavam, dentro do seu quarto e em presença da sua mulher e filhos. O irmão queixou-se aos Tribunais e o que se sabe é que não houve justiça e tanto o irmão agredido e o irmão queixoso, ambos foram vendidos para S. Tomé.

Outra dia as autoridades administrativas de Luanda em perseguição de um grupo de indígenas que queria prender para vender para S. Tomé e a outros roceiros da de Angola, dentro do cais acostavel, fizeram com que três rapazes se atirassem ao mar, morrendo dois deles afogados; as mesmas autoridades em perseguição de um grupo de miúdos para satisfazer a numerosos pedidos de roceiros, com uma carrinha em alta velocidade, atropelou um deles que teve morte instantanea; verifica-se ainda o habito das autoridades em reterem nas prizoões numerosos indigenas, mal alimentados, abafados num pequenino espaço anti-higienico para um numero consideravel de gente, resultando daí mortes, e quando as autoridades vem a amenencia de deixarem as vidas dentro das prizoões, liberta-os já completamente liquidados que uns chegam a morrer a porta das cadeias enquanto outros vão morrer nas suas casas. Entretanto todas essas iniquidades chegam ao conhecimento das autoridades superiores, não há repressão possivel.

Quatrocentos e sessenta e nove anos de permanência de Portugal em Angola, é tempo mais que suficiente para dar provas ao Mundo de alguma coisa de positivo ter feito em beneficio dos aborigenes, em cumprimento da missão que lhe foi incumbida em África. Mas infelizmente verifica-se que dos 4 milhões de aborigenes que habitam Angola, não é possivel tirar a percentagem de homens civilizados ou super-homens, segundo calculos comparativos de Strong e Morse que pretendem que num grupo de 10.000 Negros apenas se poderao gerar 80 homens superiores. A carência de valores, triste e confrangedora bem demonstra a politica de obstaculismo do Governo de Portugal nas Colónias.

E de quem é a culpa ?

Certamente que é de Portugal.

Um país que no decurso de 469 anos nada fez, é absurdo esperar dele mais alguma coisa, e uma desculpa para justificar esse lamentavel atraso, só um cego de nascença pode acreditar. Os fins que encobrem essa medida já nos todos os conhecemos: destruir alguns valores existentes e finalmente reduzir o indigena a um AUTOMATO que iria sendo tambem eliminado gradualmente.

Países europeus que tomaram o encargo de educar e civilizar povos aborigenes em África, e que aqui chegaram em datas muito recentes - 40 a 100 anos se tanto - estão fazendo extraordinários progressos na elevação do nivel de vida do aborigene de tal ordem que suplantam os feitos pelos portugueses em Angola onde vegetam há 469 anos que eles acham pouco e propagam sinicamente a politica de lentidão na civilização do aborigene, condenando a politica humanitária levada a efeitos pela Inglaterra na Costa Ocidental de África. Em todas essas manobras Portugal só tem revelado uma mentalidade propria de SELVAGEM e pretende justificar a incompetência e incapacidade de fazer obra util, com processos lentos.

Reparemos a obra de 1 seculo feita pela Grã-Bretanha na África do Norte (Acra, Serra-Leoa, Costa do Ouro) e na India, etc. onde os Ingleses mostraram ao Mundo o espirito liberal e democratico desse Grande Povo que, embora com alguns defeitos de inicio, sempre procurou esforçar-se por respeitar os compromissos que toma, e o gesto liberal do Governo Trabalhista Britanico para com a Costa do Ouro, deixou gravado no coração de todo o Negro do Mundo uma grande simpatia e respeito pelo Povo Ingles. Vejamos a obra dos franceses na África Equatorial, Senegal, etc. onde esse grande país benço da evolução dos povos; a sua Republica sob o simbolo de liberdade, igualdade e fraternidade, tem dado li-

ções de humanidade ao Mundo em matéria de educação e instrução do homem Negro. A nomeação para o alto cargo de Governador Geral de África Equatorial Francesa, conferida a Felix Eboe, de saudosa memória, através da segunda guerra de 1939-1945, colocou a França no grupo dos melhores países da Europa que sabem civilizar. Finalmente apreciemos o esforço gigantesco da pequena Bélgica, com 43 anos de ocupação efectiva do Congo e apesar da discriminação racial que esta, entranhada no sangue dos belgas, a sua obra de progresso do indigena é digno de admiração, pois o indigena do Congo Belga desfruta hoje um nível de vida, em certos casos muito superior ao que desfruta o branco português em Angola, para não se falar da miséria do Negro. E ainda verificamos, com grande surpresa para os angolanos, que no Congo Belga os aborígenes ocupam a maior parte de empregos: nos escritórios bancários e das firmas comerciais; nas secretarias das Repartições publicas, caminhos de ferro, oficinas, em carros de praça, e em todas as actividades do Governo no Congo Belga. Lá encontramos grandes massas de Negros. Ao contrário do que sucede em Angola, onde, as repartições publicas ~~se enchevem~~ entulhadas de brancos, até o lugar mais reles de guarda de retretes é disputado e contestado ao homem Negro e ocupado pelo homem branco, para não falarmos do resto.

E tal é o egoísmo em extremo do Governo e de todos os portugueses que não só não admitem o homem Negro nos seus escritórios como também fazem pressão nas casas estrangeiras estabelecidas em Angola, embora o queiram fazer, a não admitirem rapazes pretos nos seus escritórios. Em tempos a Companhia Americana "Vacuum Oil & Company", num gesto nobilitante e generoso, deu instruções à sua Filial em Luanda para constituir um quadro de pessoal nativo - aborígenes - para ser empregado nos seus escritórios espalhados pela Colónia, pois os portugueses que dirigem aqui os trabalhos cerraram fileiras opondo-se à criação desse quadro, e usaram de toda a mentira para impedir a sua formação sob a falsa justificação de que não havia Negros em condições de exercer tais funções. Se bem que esta afirmação é destituída de fundamento porquanto existem rapazes Negros com o curso comercial que eles exigiam, ~~mas~~ admitindo a hipótese que não existisse nenhum em condições, a quem cabe culpas dos Negros se encontrarem em tão lamentável estado de atraso?

Já tiveram tempo mais que necessário, se tivessem capacidade, para formarem em Angola uma grande elite de aborígenes!

É bem notória a política de Portugal nos ultimos tempos, isto é, depois da implantação da Republica, como que arrependidos do pouco ou nada que fizeram, presentemente, intensificam a politica de obscurantismo: acabar por completo com a instrução do homem negro. O Governo Portuguez, tem feito tudo para por em pratica essa politica surda, e tanto assim é que o chefe dos Serviços de Instrução em Angola, percorre a Colónia, de lés a lés, dando instruções verbais aos professores das Escolas do Governo para não admitirem crianças pretas. Entretanto cobardemente, na lei e na imprensa vai gritando aos quatro cantos que Portugal civiliza.

Um país estrangeiro desejoso de conhecer a verdadeira politica indigena do Governo Portuguez, em Angola, encontraria dificuldades para chegar à verdade, se for a guiar-se pelas leis que o Governo publica sobre a INSTRUÇÃO DO INDIGENA. Tudo muito bem pintado no papel, mas afinal o que se escreve no papel e se mostra ao publico é apenas para o inglês ver como diz o aforismo portuguez; aquilo que na verdade ~~se faz~~ não é aquilo que o publico viu e ficou conhecendo, mas sim a verdadeira lei e aquella que foi transmitida por meio de circulares secretas aos aos funcionarios brancos encarregados de executarem a lei.

- 8 -

As Nações Unidas quando tiverem que decidir os destinos de Angola, nunca devem guiar-se pela propaganda astuciosa e velhaca que os portugueses fazem através dos seus jornais e da imprensa estrangeira, para o que foram convidados o escritor e jornalista brasileiro, Gilberto Freyre; o escritor inglês, coronel, Eggerton; jornalista francês Marc Blancpain, jornalistas alemães, suecos e outros mais que depois de alguns dias de permanência na Colónia de Angola, onde lhes foram dados ver somente aquilo que ao Governo Português interessa e entendeu mostrar-lhes e sem que esses homens que são pagos pelo Governo Português, tivessem conhecimento, mesmo ao de leve, dos problemas vitais do Negro em Angola, andam, sem escrúpulo, a espalhar mentiras pelos quatro cantos do Mundo a favor do Governo Português.

Essa ofensiva política de mentiras tendente a encobrir a incompetência da administração colonial para demonstrar ao Mundo presumíveis e hipotéticos progressos de civilização realizados pelos portugueses, tem por fim esmagar ou sabotar qualquer iniciativa favorável aos Negros das Colónias, que as Nações Unidas pretendam tomar contra os disparates praticados pelos portugueses nas Colónias. Devem, por isso, as Nações Unidas estarem de sobreaviso contra a espionagem que Portugal vai certamente desenvolver no seio da Organização das Nações Unidas, quando chegar o momento da decisão da escravatura colonial.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, proclamando a Declaração Universal dos Direitos do Homem, ela constitui para os Negros de Angola que sofrem o jugo da escravidão colonial, uma esperança da libertação, nem de outro modo se poderia interpretar essa grande manifestação de altruísmo e humanidade que trouxe os estímulo e júbilo ao homem.

É desejo dos aborígenes de Angola, que, em obediência à Declaração Universal dos Direitos do Homem, seja posta aqui em execução as determinações constantes dos artigos 15^o da mesma Declaração, que diz "...que a ninguém pode ser negado o direito de mudar de nacionalidade", e do artigo 19^o que diz "...todos têm o direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferência e de procurar receber e comunicar informações e ideias por quaisquer meios e sem olhar a fronteiras".

Portanto, em face do exposto nesses dois artigos, os Negros de Angola baseando-se no artigo 19^o encontram-se no direito legal de se dirigirem à Organização das Nações Unidas, e pelo artigo 15^o também nos encontramos igualmente em condições de poder solicitar as Nações Unidas a mudança de nacionalidade de toda a nossa gente e da nossa terra - ANGOLA - que nos pertence por direito de herança que DEUS OMNIPOTENTE e CRIADOR DO MUNDO nos legou na sua distribuição das terras aos homens. E por conseguinte quando um tutor que nos foi imposto em tempos que os nossos antepassados não souberam apreciar e distinguir, revelar INCOMPETÊNCIA, nós os aborígenes do século XX estamos no direito de solicitar a sua imediata retirada.

Portugal mostrou não ter competência para governar Angola !

Um princípio natural de justiça que desde então deveria servir de condição para assegurar a não repetição da ESCRAVATURA COLONIAL e o massacre dos povos aborígenes africanos, é o de permitir os povos tutelados a escolherem o país TUTOR que mais lhes convenha. E nunca entregar os povos a tutores pobres, habarros, egoístas, velhacos, incompetentes que, impossibilitados de cumprir o mandato, só servem para arruinar a humanidade.

- 9 -

O processo que se vinha seguindo de condenar os povos a sujeição eterna sob jugo de um país que faz da gente dominada aquilo que ~~está~~ bem entende e lhe apetece, é desumano nesta quadra do século XX em que os povos anseiam a sua liberdade e progresso.

Todos nós sabemos que o Mundo e o homem, não são obras do homem mortal, mas sim obras de um DEUS OMNIPOTENTE.

Com que direito o homem sacrifica, explora, mata outro homem igual sem que dissá preste contas?

Os Negros de ANGOLA, nesta hora cruciante choram lágrimas de sangue em face da crueldade e violência que o recrutamento da Escravatura em ANGOLA, trouxe aos lares dos aborígenes.

O valor elevado do custo de Gafe, nestes últimos tempos, enquanto por um lado levou riquezas a brancos, por outro lado trouxe lágrimas e sacrifícios a maioria aborígenes em ANGOLA.

A necessidade e a dificuldade da mão obra indígena que se disputa por todos os lados, quer dos roceiros de S. Tomé, quer de ANGOLA, e a ganância, levam as autoridades administrativas de ANGOLA a exigirem de quem dele precisa, grandes somas de dinheiro por cada homem, mulher ou criança que se forneça, cujo preço vai de mil a três mil angolares, negócio tão reidioso como nefasto, tem dado riquezas aos Funcionários do quadro administrativo que governam a Colónia, do que resulta toda a violência, sem do nem piedade, praticada por esses funcionários na pessoa do aborígene.

Uma grande percentagem de construções de casas que se vê na cidade de Luanda, pertencem a funcionários administrativos, e são feitas com fundos obtidos pelos métodos acima indicados.

Desse nefasto negócio tem dado origem, por vezes, a mobilização de tropas para intimidar a população aborígene e assim conseguirem, sem reacção, apanhar a força, homens, mulheres e crianças, nas ruas e até nos seus domicílios e que são vendidos imediatamente aos roceiros e isto está sendo praticado por todos os funcionários administrativos da Colónia com pleno conhecimento de próprio ~~do~~ Governador Geral, pois que os factos são tão claros e frequentes que ninguém pode ~~atrasar~~ ignorância, em toda Colónia de ANGOLA.

Os homens que há 20 anos conheceram certas povoações dos aborígenes de ANGOLA, densamente habitadas, hoje teriam grande espanto ao vê-las completamente despovoadas e destruídas.

E porque?

Porque no recrutamento desse pessoal, as autoridades nunca respeitaram a família do indígena; o chefe da família, sua mulher e filhos são forçados a abandonar a sua propriedade para irem trabalhar sob pressão de chicote e de palmatoria para Roças de brancos, por salários miseráveis que são de 30,00 (trinta angolares) mensais com direito a um fardo de ganga (calção e camisa de mangas curtas) e um cobertor; nalgumas Roças só trabalham com um pouco de fuba e peixe seco, onde o estado de doença de um serviço indígena não impossibilita o trabalho contínuo e permanente encontrando ali a morte, na maioria dos casos.

Mas a grande aberração que repugna e revolta a consciência do homem, que se verifica da ambição e ganância de vender muita gente para se ga-

- 10 -

nhar muito dinheiro, é o facto de não haver respeito pela família do homem Negro que além de ser forçado a abandonar a sua propriedade não lhe poupam a mulher e os filhos que são enviados para as roças diferentes, sendo o homem para um lado, a mulher para o outro lado e os filhos ainda para outra banda ou passam a vida a trabalharem em serviços gratuitos de limpeza de extensas estradas com enxadas e catanas de conta própria e a alimentação que são obrigados a levarem de suas casas. A dispersão do pai de família para uma roça, a mulher para outra, os filhos de 8 anos para cima também para outra roça a escolha do café ou serviço gratuito de limpeza de estradas, e ainda com o agravante do pai andar de patrão em patrão, de roça em roça, sem nunca mais ver a mulher e filhos deixando a propriedade - lavras de café, palmeiras e criação - ao abandono, a cubata apodrecida; a falta de compaixão pelas mulheres grávidas, pois aconteceu numa região de Angola que mulher grávida forçada a ir fazer serviço gratuito na estrada, haver dado à luz uma criança e enquanto se retirou a uma certa distância para se lavar, um cão encontrou o recém-nascido e comeu-o. Provoca isto além dos demais efeitos mortíferos e deshumanos, um grande travão à procriação de um povo. É daí que se tira a conclusão de que as intenções de Portugal é de exterminar o homem Negro ou reduzi-lo ao AUTOMATISMO.

Onde está afinal o espírito de cristianismo que os portugueses se ufanam de difundir nas Colonias ?

Privar um homem livre que não é criminoso o direito de dispor da sua família, é de facto procedimento próprio de um país SELVAGEM, porque a própria autoridade gentílica nos tempos em que dominou, sempre reconheceu esse direito aos seus súbditos como qualquer outro país civilizado.

Ainda se pode admitir que Portugal em tal estado de atraso, continue na posse das Colonias com o encargo de educar povos atrasados, se ele ainda manifesta uma mentalidade pior a daquelas que domina ? !

Evidentemente que não ! As Nações Unidas a consentirem que Portugal continue na posse perpetua das Colonias, equivale a condenação dos povos aborígenes ao massacre e a destruição total.

A população aborígene de Angola desde o Enclave de Cabinda aos confins das margens do rio Cunene (Baía dos Tigres), do litoral aos confins do leste e sudoeste, levanta o seu brado de protesto perante as Nações Unidas contra o despotismo e a tirania do governo português, pedindo para que se retire e cesse imediatamente o mando de Angola, aos portugueses por se dedicarem a actos de escravatura e de extermínio total dos povos que domina.

Repetimos, homens, mulheres e crianças, são presos nas ruas de um modo espectacular, acorrentados e amarrados, como se tratasse de criminosos ou de cães sem dono, sempre que se necessitem de pessoal para fornecer a roceiros, pescarias, etc.. As autoridades administrativas - chefes de posto e administradores - dispõem da mulher e filhos do homem negro, em Angola, e manda-os para onde querem e entendem, como se tratasse de um recrutamento de emergência de soldados em defesa da pátria ameaçada em que a força substitui o direito. Qualquer homem branco que precise de um criado ou cozinheiro, um criado ou cozinheiro, tornou-se hábito invadirem-se domicílios e lá vão buscar homens, mulheres e crianças que são forçados a servir um patrão que no fim do mês se serve de todo o pretexto e astúcia para se furtar ao pagamento do justo salário combinado, perante as autoridades. E se o criado, lavadeira ou cozinheiro, encontra quem lhe pague melhor, não é permitido mudar-se de patrão, e se o faz clandestini-

- 11 -

namente é imediatamente levado às autoridades que sem ouvir os motivos da contenda, submetem o desgraçado a um violento castigo de 300 a 400 palmatoadas e ainda obrigado a voltar para o mesmo patrão. Autoridades há pelo interior da Colônia de Angola que regulam o tempo de aplicação desse castigo pela demora em fumar ~~um~~ um cigarro, passeando de um lado e outro, despreocupadamente. O Negro não discute o preço do seu trabalho; tem de aceitar ao que lhe for imposto.

O Povo Negro de Angola já sofreu muito e os seus sofrimentos já ultrapassam os limites do cativeiro dos Israelitas sob o jugo dos Faraós (Egípcios) - e por isso esperamos a todo o momento que por intermédio das Nações Unidas DEUS nos mande um MOYSES que nos conduza a terra da Promissão, salvando-nos desta escravidão.

Ao espírito de todo o homem Negro de Angola, soa a todo o momento a hora da libertação que se aproxima e esperamos que Deus disponha as coisas de uma maneira a evitar derramamento de sangue, mas, se para tanto for necessário e desde que nos forneçam material e comandantes, somos homens capazes de fazer todos os sacrifícios imagináveis para sacudir o jugo de Portugal. Os portugueses por experiência própria sabem quão doloroso é o jugo de sessenta anos de domínio Espanhol.

Portugal para se defender do direito à sua permanência na posse e comando das Colônias, usa como fundamento DIREITOS HISTÓRICOS !

Mas afinal, que valor tem um direito histórico perante o DIREITO NA TURAL que assiste aos aborígenes sobre as terras de Angola e do Congo que Portugal espoliara aos antigos Reis ?

Um direito histórico não tem base fundamental para reivindicar a posse perpetua de propriedade, e nem lhe pode conferir poderes que possam eliminar o direito NATURAL. Repelimos esse direito histórico !

Com a segunda guerra de 1939-1945, acabaram-se os IMPÉRIOS e com eles os absurdos direitos históricos.

Disse, e muito bem, o grande estadista americano Snr. Sumner Welles então subsecretário de Estado do Governo dos Estados Unidos da América, em Maio de 1942, "que se esta guerra de facto, é uma guerra destinada à libertação dos povos, tem de assegurar a soberania, igualdade dos povos de todo o Mundo, além da dos povos das Américas. A nossa vitória tem de dar liberdade a todos os povos. A discriminação entre povos atendendo à sua raça, credo ou cor, tem de ser abolida. A idade de Imperialismo findou. O direito de um povo à sua liberdade tem de ser reconhecido, exatamente como o Mundo civilizado ha muito reconheceu o direito de um indivíduo à sua liberdade pessoal. Os princípios da Carta do Atlantico tem de ser garantidos a todos o Mundo em geral - em todos os oceanos e em todos os Continentes."

Dito isto, os Negros de Angola, confiados na Declaração Universal dos Direitos do Homem que o Governo Inglês já põe em execução, e nas palavras ou conceitos do grande estadista americano, acima transcritos, entendemos que não deve existir compartimentos estanques no tratamento das gentes e dos povos.

O direito divino que Portugal invoca para assegurar a exploração exclusiva dos aborígenes colocados sob seu domínio pelas Convenções Internacionais, não pode subsistir nesta quadra em que outros poderes mais altos se levantam para manter e defender os direitos dos homens e elimi-

12-A

Est. Gomes
Rubens
Amorim

DEMOLIÇÃO DE CASAS EM LUANDA E A HIGIENE
PUBLICA

A pretexto do plano de urbanização, tornou-se hábito na cidade de Luanda a demolição de cubatas e expropriação de terrenos pertencentes a indígenas e que sistematicamente passam para a posse da Câmara Municipal que, como indemnização, paga a miséria de 10,00 angolares por cada metro quadrado de terreno, para depois os vender pelo preço de 100, 150 a 200 angolares o metro quadrado.

Que grande espoliação !

À excepção de um unico bairro indigena com edificações de caracter definitivo e acanhado que mal comporta 20 familias, o Governo nunca fincou localidades apropriadas e exclusivas dentro da cidade de Luanda para habitação do indigena e onde ^{podem} fazer seus negócios como no Congo Belga, de molde a pôr cobro à exploração infame e ignobil a que o indigena está sujeito pelo comereio retalhista europeu que vive nesses bairros, bem como no pagamento de foros sempre que pretende construir a sua cubatita.

O desgraçado do indigena atirado aos Muceques onde vive pagando foro, em cubatas que se pode considerar mais um curral de porcos do que habitação de um ser humano, construidas de pau-a-pique, em terrenos sem arruamentos, sem água, sem fossas nem esgotos, vendo-se escrementos entulhados por todos os lados, num fedor nojentos e repugnante e anti-higienico, principalmente, nas épocas das chuvas, constituindo esses bairros verdadeiros focos de infecções do que resulta, certamente, a causa de inumeras doenças que desimam as populações aborígenes.

Nesses bairros também habitam brancos portugueses comerciantes, que ali se vão promiscuar com pretos, atraídos pela ganancia, com suas tabernas construidas no mesmo genero da cubata do indigena e em condições anti-higienicas idénticas ás dos indigenas que são explorados por esses dasavergonhados retalhistas portugueses que usam de toda a astúcia, quer roubando no peso, quer adulterando os generos alimentícios e bebidas alcoolicas que vendem.

Em consequencia desse método de negocio, em pouco tempo o taberneiro português (branco) beneficiado pela protecção da gente da sua raça (Governo e Comerciantes) que tudo lhe consentem para erguer da miséria em que desembarcou vindo da sua terra, da cubata em que vive faz erguer um prédio. Cinco ou dez edificações obtidas por esses processo e levantadas no meio das cubatas indigenas, atraem as autoridades o desejo de estenderem a cidade para aquele ponto. Assim, as cubatitas dos pobres indigenas circunvizinhas, são destruidas, sem do nem piedade, na maioria dos casos sem indemnização e se indemnizam, nem chegam a receber a quarta parte do valor da cubata destruida, obrigado como se tratasse de parias em terra alheia, a percorrer os Muceques com poucos velhos restos da cubata demolida e chapas de zinco sobre a cabeça a mendigar outro lugar para armar a sua tenda, aguardando ali a repetição desse espectáculo que se prolonga em toda a vida do indigena até que lhe chegue a hora da morte, deixando aos filhos como unica herança a mesma miséria com que o pai passou durante a vida.

- 12 -

A MISSÃO DE CIVILIZAR OS POVOS

É um grande erro cometido pelos países da Europa na partilha dos povos de África, confiarem a administração dos povos atrasados entregue a países pobres e miseráveis como Portugal, por exemplo, completamente desprovido de indústria de toda a espécie, para dar trabalho que proporcione progresso e bem estar aos povos sob o seu domínio.

Através de 469 anos, a experiência mostrou-nos que essa missão devia ser confiada a países industrializados como a América, Grã-Bretanha, França ou mesmo a Bélgica, etc.

Confiar uma alta missão que requiere riqueza e sabedoria, a um país agricultor e semi-analfabeto, como Portugal, seria melhor que nos deixássemos, pois para administrar Angola pelos métodos de lobo e de ave de rapina, empregados pelos portugueses que esperam o progresso pela abundância das chuvas sacrificando a humanidade, ou à espera que outros países se envolvam em guerra para poder vender-lhes os seus miseráveis produtos agrícolas por preços de ladrão, é a coisa mais banal que se pode fazer. E nos os angolanos, presentemente, somos capazes de fazer coisa melhor.

O Mundo sabe que em Portugal quando surge a estiagem, principiam aparecer os déficits orçamentais e recorre-se, então, a empréstimos externos para o equilíbrio orçamental.

Confiar essa missão a Portugal, equivale a confiar a guarda de comida a um cão que, por mais fiel que seja, acabará por se alimentar dela. E o exemplo está nos portugueses; confiaram a Portugal a instrução e a educação dos aborígenes da Angola, e eis que ele esfomeado acabará, sem escrúpulo nem compaixão, por liquidar os tutelados, vendendo-os e sacrificando-os para saciar a ganância do dinheiro.

RELIGIÃO CRISTÃ NAS COLONIAS

A religião ^{que} de Portugal se ufana de ser o grande arauto da sua propaganda e difusão, hoje passou de história a uma lenda.

O Governo Português nas Colónias se serve da religião como instrumento para pacificação dos homens e assim poder conseguir roubá-los e aniquilá-los mais descansadamente sem receio de uma reacção incómoda, porquanto os exemplos de uma verdadeira pirataria que as autoridades e todos os portugueses de uma maneira geral nos dão, deixam-nos a convicção de que os portugueses têm acima de tudo mais o interesse material do que o religioso, mas nós os aborígenes amamos a religião cristã, e nunca dela prescindiremos mesmo que disso resulte a morte, enquanto não detestamos e repudiamos a escravidão, a tirania, a prepotência e demais actos contra os princípios da humanidade.

A CIVILIZAÇÃO DOS POVOS ABORÍGENES E A PROSPERIDADE DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

Os países que constituem as Nações Unidas, devem ter presentes na memória de que os povos industrializados do Mundo que tomaram parte na grande catástrofe da guerra de 1939-1945, a despeito de lhes ter sido milhões de almas, por outro lado ao terminar a guerra e depois da desmobilização, deixara outros milhões de seres humanos desempregados, sem lar

- 14 -

e sem pão, principalmente nos países atingidos directamente pelos bombardeamentos aéreos, cuja situação criou aos governos inúmeros problemas e dificuldades de toda a ordem.

Para que esses milhões possam reconstituir-se seus lares e famílias, necessário se torna o desenvolvimento das indústrias de forma a atingir o máximo da produção para dar trabalho a esses milhões.

Mas, por outro lado há que atender que quando o grande potencial industrial do Mundo atingir o máximo da produção, os países produtores esbarrariam com sérias dificuldades pela falta de consumidores, dada ainda a hipótese, como tudo deixa prever, da indústria americana e europeia vir a perder o grande mercado consumidor da Ásia - a China.

Desse problema resulta a necessidade de se criar desde já novos mercados consumidores através do Mundo, em substituição da China.

E como na quadra presente não há Mundos novos a descobrir, surge a imperiosa necessidade, para o bem da humanidade, de desenvolver e civilizar os POVOS ABORIGENES atrasados em África, ansiosos por se educarem e instruírem-se, e que poderia vir a ser grande mercado para absorver o excesso de produção das indústrias americanas e europeias. Feliz ideia que o egoísmo dos países europeus com colónias em África, infelizmente, procuram por todos os meios sabotar em desgraça da humanidade.

Que benefício não levaria à indústria americana, inglesa, francesa, belga, suíça, sueca, dinamarquesa, italiana, alemã, etc., quando o desenvolvimento cultural dos 150 milhões de Negros que habitam no Continente Africano, sentirem a necessidade de possuir um lar decente dotado de todo o conforto e comodidade que a ciência moderna proporcionou ao homem no século XX?

E que desgraça não tem causado à humanidade, a política de escravidão colonial que o Governo Português vem praticando e que outros países teimam em manter em África?

As Nações Unidas não tenham dúvidas de que da rápida civilização dos povos atrasados em África, adviria grande prosperidade para ambas as partes - produtores e consumidores -.

Só os inimigos do bem da humanidade, os egoístas ferozes, os escravagistas de todos os tempos, não querem ver essa verdade tão patente à vista, até mesmo, dos cegos.

Mas nós os aborígenes de Angola confiamos na autoridade das Nações Unidas para por termo ao actual STATU QUO de Angola, e pedimos que as Nações Unidas também, tenham confiança no angolano que saberá corresponder a todo o sacrifício que lhe for exigido para que as forças da justiça e do direito, triunfem sobre a tirania e a escravidão colonial, pondo cobr de uma vez para sempre as pesadas e constantes guerras sangrentas que a ambição de uns possuem Colónias e outros não as terem, provoquem.

A CENSURA EM ANGOLA

A censura à imprensa e à correspondência postal, é uma das razões que impossibilitam a transmissão dos nossos clamores e anseios às Nações Unidas. Uma verdadeira cortina de ferro nos cerca completamente algemados lutando com insuperáveis dificuldades para fazer chegar um pensamento, um desejo, uma ideia, a outrem dentro e fora da Colónia, em assuntos que

- 15 -

implicam politica.

Assim, quando Portugal tiver conhecimento da existencia deste trabalho nas mãos das Nações Unidas, a fiscalização e censura à correspondência postal intensificar-se-á e dificilmente poderemos transmitir mais elementos que forem necessários de molde a por as Nações Unidas ao corrente dos factos. Entretanto, estaremos atentos através da rádio e de outros meios para ouvir o que se passa acerca da resolução tomada pela ONU.

MONOPOLIO DE ALGODÃO E A SUA ESCRAVIDÃO

Na produção e venda do algodão, o Governo português adoptou um sistema altamente desumano e ruinoso à situação económica do produtor indígena.

Senão vejamos:

As areas produtoras de algodão, foram divididas, em Angola, em zonas colocadas pelo Governo sob monopólio das firmas: Lagos & Irmão, que explora a area do Ioo lo-o-Bengo; Algodoeira Colonial, que explora a região de Cuanza Sul; Companhia Geral de Algodões de Angola (Cotonang) que explora a area da provincia de Malange, etc.

O indígena habitante dessas areas está expressamente proibido pelas autoridades administrativas a cultivar qualquer outra especie de produto que não seja o algodão.

Dentro de cada periodo que vai do cultivo à colheita, é-lhe marcado uma grande extensao de terreno que é obrigado a trabalhar dentro de um determinado prazo por conta própria, sob pena de prisão, chicote e palmatoria. E depois da colheita do algodão, é forçado o cultivador indígena a entregar toda a produção, exclusivamente, à firma monopolista da região, que o paga por preços de ladrão, isto é, por cada quillo:

3	angolares	o	algodão	de	1a.	qualidade
2,00	"	"	"	"	2a.	"
1,00	"	"	"	"	3a.	"

Por cada quillo de algodão produzido pelo indígena e vendido ao monopolista, o funcionalismo administrativo da região (administrador, secretario, chefe de posto e aspirantes) recebe a firma monopolista uma percentagem seis vezes superior ao preço porque é pago ao indígena por cada quillo.

Dai resulta que enquanto o funcionalismo administrativo como simples intermediario com a função de compellir o indígena a produzir sob pressao do chicote e da palmatoria, recebe centenas e dezenas de contos no fim da colheita, o cultivador indígena que amassou a terra, exposto ao sol e as chuvas, ao massacre, à fome, à violencia do chicote e da palmatoria, recebe uma miséria de 500 a 600 angolares como produto do esforço de um de trabalho. Não só o produtor indígena é prejudicado no preço da venda do algodão como também é roubado na peçagem do mesmo.

Do estímulo do funcionalismo administrativo pela elevada remuneração que recebe, que tende a aumentar segundo a produção, expoe o indígena sob violencia e crueldade das autoridades administrativas.

Mobilizado o indígena para trabalhar no cultivo do algodão, os fiscaes do Governo que mais interesses tem nesses trabalhos pela elevada remuneração que recebem, não permitem que o indígena se dedique ao cultivo de generos para a sua alimentação ou qualqu

- 16 -

quer outro ramo de negócio que lhe dê maior rendimento, do que resulta o grande depauperamento físico que se verifica na estrutura da maioria dos indígenas que habitam nas zonas do algodão, verdadeiros escravos dos monopolistas, que se podem considerar prisioneiros em campos de concentração como aqueles que o nazismo nos deu a conhecer.

INSTRUÇÃO DO ABORIGENE

A instrução do aborigene em Angola, é letra morta.

Segundo Concordata de 1926, assinada entre o Governo Português e o Clero, a instrução dos aborígenes passou a constituir encargo das missões Católicas que nada fazem digno de ser apreciado por se desculparem com a falta de dinheiro que o Governo não lhes dá para poderem trabalhar convenientemente. Tudo isto se pode considerar uma bluff para enganar o povo.

Existem em Luanda, capital da Colónia, 2 Escolas Missionárias do ensino rudimentar para uma população computada em 30 mil crianças aborígenes na idade escolar, o que torna impossível dar uma instrução condigna por carencia de espaço e de professores.

Fora da Colónia, existem uma escola em Malange e outra em Nova Lisboa miseravelmente apetrechadas; noutras localidades nada existe, entretanto em todos os grandes núcleos de europeus, dentro da Colónia, existem escolas que são exclusivamente destinadas a filhos de brancos. Porém, para enganar o estrangeiro admitem nessas escolas um ou dois rapazes pretos para que não digam que Portugal tem ódio de raça.

Assim, para uma população de aborígenes computada em cerca de 4 milhões de habitantes, existem apenas duas escolas missionárias dignas desse nome, porque o resto não presta para nada.

A grande percentagem de nativos civilizados existente na Colónia, de vez ao esforço da generosidade das missões protestantes americanas e inglesas que mais não têm feito além do ensino primário, porque as dificuldades de toda a ordem que o Governo Português opõe tem-lhes cercado toda a boa vontade de que esses grandes apóstolos, desinteressados, são dotados para levarem a vante o desenvolvimento cultural dos aborígenes.

ESCOLAS DE ARTES E OFÍCIOS: Foi inaugurada no dia 28 de Maio corrente, uma escola dessas para ensino de arte de pedreiro, carpinteiro, marceneiro, etc., cujo edifício foi construído ao lado do Posto Administrativo do Muciques, em Luanda. Para o cumulo dos instintos de SELVAGEM de que são dotados os portugueses, verificou-se que essa escola era um chamariz para atrair as crianças, apanhando-as depois à força para os fornecerem a roceiros.

Senão vejamos:

Antes da sua inauguração, a autoridade administrativa avisou os pais para mandarem apresentar seus filhos a fim de a frequentarem; o que todos viram é que depois de reunidos centenas de miúdos, inesperadamente, apareceram camionetes nos quais foram carregados à força, sem consentimento de seus pais, e transportados para uma roça que muito depois se veio a saber que tinham sido vendidos para a roça do Ikau, propriedade de Ricardo da Silva Pires, situada a 70 quilómetros de Luanda, onde essas crianças ainda se encontram até a presente data, não obstante os pais

- 17 -

se terem queixado às autoridades da Colónia. Este hediondo procedimento foi praticado pelo chefe de posto administrativo de nome ANTONIO LOPES, macunhado com o administrador do concelho de Luanda, e é do conhecimento do Governador Geral. Porém, nenhuma providencia foram tomadas sobre o assunto.

OBSTRUÇÃO DO GOVERNO ÀS INICIATIVAS DOS ABORIGENES: — Luísa Gomes Sambo, grande hermaneira que se tornou celebre pela sua descoberta da cura da tuberculose de que deu provas evidentes no Hospital Central de Luanda, querendo vender a sua descoberta ao Governo Português, não só não lhe quiseram comprar como também o impediram a deslocar-se para o estrangeiro (Congo Francês) para onde quiz ir vender o seu segredo. Ainda o mesmo Sambo, montou uma indústria de salinas no Lobito que hoje rende milhares de contos, nada lhe valendo a escritura da sociedade a que Sambo foi obrigado a aceitar a pedido de juizes europeus para admitir sócios brancos que afinal se apoderaram da sociedade e esconderam o proprietário Sambo; estes factos foram expostos ao então Ministro das Colonias, Dr. Francisco José Vieira Machado e até ao próprio Salazar, e nenhuma justiça se fez; Sambo morreu, e as salinas ficaram em poder de brancos que as exploram até à data sem resultado para os herdeiros legítimos.

Na região do Cuanza-Sul apareceram indigenas que se dedicavam ao fabrico do ferro extraído do barrô dos rios, conseguindo com ele fabricarem armas de fogo e diversas ferramentas; após o conhecimento das autoridades portuguesas, esses indigenas foram barbaramente dispersos, uns mortos a tiros de espingarda e outros desterrados para terras distantes pelo administrador Figueira de Sousa (O Quibiaca).

Na região do Bié existe uma tribo também especializada no fabrico do ferro extraída debaixo da terra; após o conhecimento do Governo, os indigenas dessa tribo foram mandados apresentarem-se na sede da circumscrição onde ficaram a trabalhar nessa profissão sob fiscalização da autoridade administrativa, revertendo o produto do trabalho a favor do Governo.

Em tempos a Liga Nacional Africana, apresentou ao Governo um projecto para aprovação e autorização, de um regulamento para constituição de uma Caixa Economica ou Caixa de auxilios que auxiliaria o levantamento economico e social dos aborígenes, há mais de 10 anos que se encontra em estudo, e nunca mais se soube o seu paradeiro; ainda a mesma Liga, instituição dos aborígenes, pediu ao Governo para que ao imposto indigena anual que o aborígene paga ao Estado, fosse adicionada a quantia de 1,00 que se destinaria a subsidiar determinadas iniciativas para o levantamento social do estado decadente em que se encontra o aborígene, porém, esse pedido foi indeferido sob pretexto de isso corresponder a uma violência aos direitos do indigena, alegando ser desnecessária a acção da Liga em beneficio dos indigenas, visto tal atribuição caber ao Governo como protetor nato dos mesmos. Entretanto, quando o Governo necessitou de erigir o monumento a D. Afonso Henriques, e porque tinha interesse na sua erecção por tal monumento constituir defesa de Portugal perante a politica internacional, não teve compaixão de sobrecarregar com mais 10,00 ao indigena que foi coagido a contribuir para esse monumento que não tem nenhuma utilidade para os aborígenes.

É assim a administração portuguesa em Angola, que procura por todos os meios ao seu alcance, abafar e destruir todas as iniciativas tendentes ao progresso e elevação dos aborígenes, para nos reduzir a pobreza, a miséria, armas de que se servem os portugueses para nos dominarem.

- 18 -

Finalmente, por estes dias, surgiu-nos um novo obstáculo para aban-
 dar o aborígene na miséria cultural e financeira em que se debate. Foi
 proibida a passagem do BILHETE DE IDENTIDADE a todo o aborígene, e alguns
 que já o possuíam foi-lhes apreendido. Esta, é uma das grandes armas que
 os portugueses ~~em~~ puzeram agora em acção para impedir a instrução dos aborí-
 gos e todo o progresso do aborígene; visto que segundo a Portaria
 Ministerial nr. 32 de 12 de Dezembro de 1942, todo aquele que não possuir
 tal bilhete, não pode exercer qualquer função pública ou civil; não lhe
 pode ser concedida passaporte; não pode exercer a profissão de Advoga-
 do, solicitador, engenheiro, arquitecto, agrónomo, mestres de obras, re-
 gentes agrícolas, médico, enfermeiro, parteira; não pode obter emprego no
 comércio ou na Repartição Pública; as crianças não se podem matricular no
 ensino laical; não se pode conduzir uma viatura; não pode levantar uma
 carta registada ou vale do correio das Estações competentes, nem pode re-
 ceber dinheiros em qualquer estabelecimento do Estado. Enfim... um sem nú-
 meros de obstáculos arbitrários e injustos, criados apenas para dificul-
 tar, tapando o caminho de progresso aos aborígenes que são por esse méto-
 do empurrados para o serviço de escravatura nas roças, pescarias, etc.,
 único trabalho em que se não exige ao aborígene a apresentação do Bilhe-
 te de Identidade, considerada em Angola como carta de alforria.

INCOMPETÊNCIA DE PORTUGAL EM MATERIA DE COLONIZAÇÃO

Ao contrário do que a propaganda portuguesa espalha aos quatro cantos do Mundo, a experiência mostrou-nos, através de 469 anos de contacto permanente com eles, que esse país - Portugal, - possui uma mentalidade própria de infância; não tem capacidade nem competência absolutamente nenhuma para fazer progredir povos atrasados. Atentemos nisto: para dar a outrem, é preciso primeiro possuir aquilo que vai dar; ora se ele não o tem, como é possível satisfazer essa generosidade por mais boa vontade que tenha? É o caso de Portugal. Deram-lhe um encargo ~~em~~ ^{em} grande ~~em~~ ^{em} a sua capacidade financeira e cultural não lhe permite suportar. Então, para não perder uma preciosidade, se serve de mentiras para enganar o mundo.

O solo e sub-solo de Angola são bastantes ricos, ANGOLA como que uma mulher virgem em matéria de exploração, precisa de uma potência forte capaz de ~~profundamente~~ ^{profundamente} trazendo a luz do Sol aquilo que as suas entranhas alberga. Portugal é impotente!

Nós podemos justificar essa afirmação com dados concretos de como Portugal em matéria de ciência e engenharia é um país verdadeiramente ignorante, e como é precisamente nesse ramo de ciência onde reside o segredo do progresso e elevação dos Povos, pelas riquezas que ela vai buscar ao sub-solo, é daí que justamente se prova a sua incompetência, incapacidade e inferioridade.

Senão vejamos:

1º - Para construir os cais acostáveis do Lobito e de Luanda foi preciso importar engenheiros estrangeiros e técnicos; o de Luanda foi feito por Lamborg, técnico Dinamarquez e o do Lobito por ingleses;

2º - Para construir a central eléctrica que abastece de água a cidade de Luanda, foi preciso importar um técnico belga - o engenheiro Va-

- 19 -



mond;

3º - Para montagem da Central eléctrica das Mabubas no rio Dande para o fornecimento da energia eléctrica a cidade de Luanda, foi preciso um técnico dinamarquês, e ainda o Lamborg;

4º - A montagem da rede telefónica e rádio-telecomunicações da Colónia, foi necessário deslocar para Angola, técnicos americanos;

5º - Para construir as linhas ferreas de Benguela, Luanda, Moçamedes, Porto Amboim, foram precisos engenheiros ingleses;

6º - Para a montagem da rede telefónica- automática na cidade de Luanda, foi preciso engenheiros da Standar Electric;

7º - Para a montagem de novo sistema de abastecimento de água à cidade de Luanda, a fabricação de tubagens e instalação de maquinários-foi preciso contratar engenheiros e técnicos franceses;

8º - Na construção de barcos então é aquilo que todos sabem, e assim sucessivamente, um país requintadamente agricultor que na lavoura ainda emprega métodos do século XVI de enxada e catana, com chicote cavalo-marinho a traz do homem preto, sacrificando como a um animal, milhares de pessoas humanas que são forçados a ir trabalhar para outrem, deixando a sua propriedade ao abandono, quando o aborigene pode bastar-se a si próprio sem necessidade de trabalhar para outrem.

Portugal país que mal sabe ainda fabricar uma agulha, precisa de ser tutelado mesmo na sua metrópole como outros povos atrasados, porque colonizar não é somente explorar, mas sim civilizar, instruir, educar, etc. O elemento branco que envia para as Colónias é todo na maioria analfabeto constituído por cadastrados, carpinteiros, pedreiros, marceneiros e alguns sem profissões. Deuses também nós os temos.

O TESTEMUNHO DAS NOSSAS AFIRMAÇÕES

Para melhor justificação das afirmações constantes desta mensagem, tomamos a liberdade de juntar os seguintes documentos para a apreciação das Nações Unidas:

Doc. 1 - Livro intitulado "COIMBRA EM AFRICA" da autoria do estudante da Universidade de Coimbra Dr. António de Almeida Santos, um dos componentes do grupo de Orfeão Académico de Coimbra que percorreu ANGOLA e Moçambique em 1950; veja-se o que este escritor diz sobre o procedimento do seu país contra os aborígenes, a páginas 216, 217, 225, 257, 259, 294, 295, 296, 297, 298, 299 e 305.

Doc. 2 - Um recorte do "jornal de Benguela" do qual consta a entrevista concedida a sertonista do Liceu, Maria Manuela Victoriano Gonçalves, que tomou parte no grupo da Mocidade Feminina portuguesa que em 1951 se deslocou da Metrópole (Lisboa) para as Colónias de Angola e Moçambique, e que depois de ter observado escreveu aquilo que viu e sentiu; esse jornal foi imediatamente cassado e destruído pelo Governo;

- 20 -

Doc. nr. 3 - Uma cópia de um folheto de propaganda posta a circular em Luanda, em Julho de 1950, por um partido de europeus portugueses que se intitula de "Movimento de Unidade Democrática" contrário à ditadura Salazarista, - para as Nações Unidas apreciarem somente as afirmações assinadas por uma chaveta com a letra "A", na parte que diz respeito ao tratamento dado aos aborígenes, porque o resto não nos interessa.

Esses três depoimentos espontâneos e de autoria de testemunhas insuspeitos, revelando a deshumanidade de tratamento aplicado aos aborígenes em Angola, foram escritos por europeus, brancos portugueses amantes da sua pátria e que não tinham nenhuma necessidade de mentir em prejuízo do seu país. Escreveram aquilo que viram e sentiram, e acresce a circunstância de que o Dr. António de Almeida Santos e a menina Maria Manuela Vitoriano Gonçalves, vieram à África numa missão oficial patrocinada pela União Nacional Portuguesa, sendo por isso nulo qualquer argumento que os portugueses possam apresentar para desfazer tais afirmações. São palavras escritas por portugueses e não de estrangeiros para que se lhes possa atribuir ambição ou pretensão às Colónias sob domínio de Portugal.

Para reafirmar e realçar a verdade, aqui juntamos também uma cópia de um artigo que recentemente foi publicado num jornal dos Estados Unidos da América, e escrito por uma missionária americana, Suzana Welty, que viveu longos anos em Angola; esse documento vai assinalado com o nr. 4.

Esses documentos servem para confirmar as nossas acusações contra Portugal e ao mesmo tempo ~~para~~ desmentir a propaganda mentirosa e absurda que jornalistas ingleses, brasileiros, franceses, belgas, etc., sem escrúpulo, comprados pelo escudo do Governo de Portugal, estão fazendo no estrangeiro.

DA ACTUAÇÃO DO DR. A. ROSS, SOCIOLOGO AMERICANO, NA
EXTINTA SOCIEDADE DAS NAÇÕES, EM 1924.

Em 1924, na extinta Sociedade das Nações, o Dr. A. Ross, sociólogo americano, categorizado, dotado de extrema caridade e sentimento altruísta, apresentou um trabalho acerca dos maus tratos aplicados aos aborígenes pelos portugueses em Angola, e não obstante a verdade e a justiça das acusações feitas por Rossa contra Portugal, esse país ainda teve a felicidade de continuar na posse da Colónia de Angola. Para sua defesa Portugal tinha enviado para a extinta Sociedade das Nações, um advogado Negro, natural da Ilha de S. Tomé, Dr. Alves de Castro, a quem prometeu fundos e mundos para ir dizer mentiras em prejuízo dos homens da sua raça; entretanto esse homem, esse meliante que mergulhou o Negro de Angola nas profundezas da escravidão, morreu desgraçado por mal dos seus pecados.

Nós sabemos que quando Portugal tiver conhecimento da existência deste documento no seio das Nações Unidas, grandes fundos se despendirão e toda a astúcia posta em prática, e até homens Negros seriam forçados a irem fazer desmentidos, se lhe for permitida a sua entrada na Organização das Nações Unidas. Mas é de toda a conveniência em não se permitir o ingresso, nesse organismo, de países escravagistas para não contaminarem o seu veneno a outros países democráticos e civilizados.

- 21 -

Pedimos às Nações Unidas para não tomarem em consideração a qualquer declaração, documento ou manifestação, assinada ou feita por elemento aborígene da Liga Nacional Africana ou qualquer outra instituição com o título de naturais da Colónia, ou documento assinado por qualquer principal da Colónia de Angola ou mesmo pelo Rei do Congo, etc., tendente a destruir os argumentos aqui expostos. Esses documentos ou manifestações, se aparecerem devam ser tidos como actos impostos pelo Governo Português, e não considera-los documentos ou manifestações feitas de livre vontade.

As ideias expostas nesta mensagem, são apoiadas por todo o Homem Negro que habita a Colónia de Angola e do Congo sob o domínio de Portugal, a partir do Enclave de Cabinda aos confins das margens do rio Cunene (Bacia dos Tigres) e desde as populações do litoral aos confins das fronteiras leste e sudoeste.

A Liga Nacional Africana, apesar de ser instituição dos aborígenes, não passa de instrumento do Governo que, mesmo contra o desejo dos seus dirigentes, se utiliza dela para sua defesa como quere e quando quere, e muito principalmente quando pretende encobrir perante o estrangeiro actos graves imputados à má administração do Governo, das possessões coloniais. A existência da Liga Nacional Africana, deve-se a essa finalidade de fazer fretes ao Governo Português, entretanto sempre encontrou dificuldade da parte do Governo Português, em todos os assuntos tendentes a sua evolução e progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os factos narrados nesta mensagem: crimes, despotismo, tirania, escravidão, escravatura, etc., são do pleno conhecimento do Governo Central Português que deles não pode alegar ignorância porque a medida que eles se manifestam, as reclamações chegam ao conhecimento do ditador Srr. Dr. António de Oliveira Salazar.

Mas Salazar entende que a posse das Colónias, jamais lhe será contestada ou retirada porque construiu uma grande fortaleza que julga inexpugnável para defesa delas: a substituição da palavra "Colónias" por "Provinciais Ultramarinas" introduzida ultimamente na Constituição Portuguesa para enganar o Mundo, razões estas por que não toma em consideração as providências a qualquer queixeira que chegue às mãos.

Essa esperança, afasta o temor dos portugueses a quaisquer ambições estranhas ao seu domínio Colonial, por confiarem na indestrutibilidade do argumento astucioso, velho e absurdo de que as Colónias são províncias ultramarinas que fazem parte de um todo com a Metrópole. Este argumento que os portugueses consideram golpe de mestre Salazar, que não passa de uma filosofia estúpida, já nós o rebatemos nas páginas anteriores desta mensagem.

Segundo os portugueses afirmam publicamente, essa estratégia de Salazar, constitui grande estímulo das autoridades portuguesas à prática do tráfico da escravatura para o que o Governo de Angola, possui em Luanda um departamento com o nome de Repartição dos Negocios Indígenas, que

- 22 -



tem o encargo de orientar a escravatura em toda a Colónia. Assim, cada homem, mulher ou criança que se forneça para prestar serviço numa roça, todos ganham: os empregados dessa Repartição que são funcionários administrativos e todas as autoridades administrativas da região que fornecer o pessoal; cada qual explora a sua parte, segundo seu critério.

O sistema de administração das Colónias, entregue, exclusivamente, a um país, sem condições de dependência a um organismo central, que ha muito foi adoptado, levou aos portugueses a convicção de se considerarem as possessões coloniais e os aborígenes que nelas habitam, como sendo propriedade sua e se utilizam deles a seu modo e como entendem, e como que uma quadrilha de gatuños armados e que encontraram em lugar seguro e isolado um homem rico e indefeso, e sem temor por se sentirem invulneráveis, convenceram-se que podem rouba-lo, tripudiar e dispor em a vontade de toda a riqueza do que a presa é portadora. É o caso de Portugal nas Colónias.

É por causa dessas convicções erradas e prejudiciais a certos grupos da humanidade indefesos, que se criou a Organização das Nações Unidas como instituição com poderes de autoridade UNIVERSAL para corrigir mandos arbitrários e abusivos de determinados governos de povos de regime ditatorial, tirânico e despótico do modelo nazista e fascista, que os homens empossados em lugares do mando se convenceram ser senhores absolutos e pretendem sacrificar certa camada do povo aproveitando a sua ignorância e atraso cultural, para alimentar o gaudío, o vício e o comodismo das raças mais favorecidas.

(2) Em honra dos direitos da humanidade que devem ser postas acima de todas as paixões políticas tendentes a prejudicar o próximo matando-o se necessário for, porque entendem que no Mundo só uma raça deve gozar os prazeres que Deus concedeu ao homem, as Nações Unidas devem impor a sua autoridade na Colónia de Angola. Nos os aborígenes o pedimos. Portugal desta vez terá que pagar pelo sangue dos aborígenes que injustamente tem derramado nas Colónias.

Presentemente Portugal não tem quer do lado político como pelo direito histórico, razão fundamental que lhe permita permanecer a frente da administração de Angola:

1ª - porque no decurso de 469 anos da sua permanência em Angola, não só não cumpriu os compromissos tomados em Conferências Internacionais, como violou Tratados e demonstrou incontestavelmente incompetência na administração da Colónia de Angola, praticando actos de escravatura, espoliação, roubos e homicídios que evidentemente ficam demonstrados nesta mensagem;

2ª - a base fundamental da origem das duas ultimas guerras de 1914-1918 e 1939-1945, assenta no facto de uns países possuírem Colónias e a maioria dos países civilizados do Mundo com capacidade industrial e cultural de melhor poderem explorá-las e administrá-las, dando trabalho e progresso aos seus habitantes, não as possuírem, do que resulta que de 25 em 25 anos hajam guerras sangrentas em prejuizo da HUMANIDADE; os vencedores dessas guerras não só defenderam os seus países como também defenderam indirectamente todos os outros países com Colónias em África, porque de uma vitória em contrária, não só a Grã-Bretanha, França e a Bélgica que ficariam sem as Colónias como também Portugal que jogou com pau de dois bicos ficaria sem elas; a astúcia de Salazar, neste caso, seria infrutífera para deter o apetite insaciável de uma

- 23 -

Ext. mm. 7/28
Subm. 7/28

Alemanha vitoriosa com os seus acólitos. Portugal que nenhuma contribuição deu nessa última guerra, qual o direito que lhe assiste para continuar na posse das Colónias que, a bem dizer, foram salvas sob derramamento do sangue de brancos e negros estrangeiros, alimentados pela potência industrial Anglo-Americana combinada com a dos seus aliados ? !

INQUÉRITOS: - Ficam as Nações Unidas desde já prevenidas que para se fazer um inquérito com resultados satisfatórios na Colónia de Angola, por emissários da ONU, é necessário primeiro, antes de mais nada, a retirada do mando das mãos de Portugal, entregando a administração da Colónia de Angola às Nações Unidas ou em mandato de um outro país a nossa escolha, para com liberdade os aborígenes poderem actuar livremente sem coacção. Ao contrário do que acima fica dito, um inquérito feito na vigência da administração portuguesa, só traria o massacre e desaparecimento misterioso dos poucos líderes aborígenes corajosos que possuímos para dirigir e levar a vante a presente campanha.

CONCLUSÃO: - Nós somos um Povo que Portugal quando aqui chegou encontrou com uma certa organização, talvez muito superior àquela que foi encontrada em certos povos da Europa quando ali aportaram outros povos mais adequados em civilização.

Angola e Congo, mesmo em tempos pre-históricos e da história, esteve dividido por principados que o espírito usurpador e a astúcia portuguesa fez desaparecer para melhor vincar o seu domínio.

O reinado do Congo, instalado dentro de uma República de ditadores Vandalos, perdeu a voz para falar contra os desmandos da governação portuguesa que reduziu o povo à miséria, e por isso o Trono do Congo é sempre reservado a figuras apagadas simpatizantes do Governo e não mais obedecem à descendência por consanguinidade segundo usos e costumes da terra. O Rei do Congo reduzido a palha ou figura decorativa, é um outro trampo lim nas mãos do Governo como a Liga Africana para defesa de Portugal na administração das Colónias. E sempre que o caso colonial é agitado, os homens da Liga e o Rei do Congo são obrigados a exporem publicamente ao Mundo, oferecendo-lhes garantias e direitos a fim de salvarem Portugal nas emergências em que os seus depoimentos sejam exigidos para contrabalançar as acusações da incompetência na administração das Colónias.

O sofrimento imposto ao aborígene pelo jugo de escravidão de 469 anos, repugnante e detestável da governação de Portugal, atingiu o Povo Negro de Angola e Congo, um peso insuportável que os 4 milhões de Negros pretendem agora sacudir mesmo que disso advinha derramamento de sangue.

Quatro milhões de almas humanas ameaçadas de extermínio, levantam o seu brado junto das Nações Unidas convidando-as para virem em seu socorro porque constituindo parte da família Humana, não podem nem devem desaparecer em benefício de uma plutocracia de minorista ditatorial e incompetente que procura enriquecer mais ainda traficando carne humana sob a camuflagem de contratos.

Assim, o grupo de aborígenes abaixo assinado, líderes da causa Africana, representando e interpretando o sentir de 4 milhões de aborígenes que habitam a Colónia de Angola, e nos termos dos artigos 15º e 19º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, imploram as Nações Unidas para que, sem mais contemplações, determinem o seguinte:

✱ - Que mandem cessar, o mais urgente possível, a administração

- 24 -

28

de Portugal em Angola e Congo, devendo o GOVERNO ser entregue aos aborígenes que administrariam o país sob PROTECTORADO de uma Nação que seria indicada pelos aborígenes.

DEUS NOS AJUDE.

Luanda, 15 de Dezembro 1951.

Manuel Pereira dos Santos
Manuel Pereira dos Santos

Luzerna Pinto Mendes
Luzerna Pinto Mendes

Ernesto Guendes
Ernesto Guendes

Pedro Diogo dos Santos
Pedro Diogo dos Santos

Manuel Domingos Tiago
Manuel Domingos Tiago

Joaquim Miguel Bento
Joaquim Miguel Bento

Andão Simão Roque
Andão Simão Roque

Domingos Eugénio Kabulo
Domingos Eugénio Kabulo

Senatana Feliciano Neto
Senatana Feliciano Neto

Andão Kicombo Sobrinho
Andão Kicombo Sobrinho

Miguel Filipe dos Santos
Miguel Filipe dos Santos

André Guimbra Pedro
André Guimbra Pedro